



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

FELIPE KAISER FERNANDES

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E ESPAÇOS PRECÁRIOS: UMA
ABORDAGEM ATOR-REDE EM CIDADES

FORTALEZA - CEARÁ

2016

FELIPE KAISER FERNANDES

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E ESPAÇOS PRECÁRIOS: UMA ABORDAGEM
ATOR-REDE EM CIDADES

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de concentração: Gestão, Organização e Ambientes. Linha de pesquisa: Gestão e Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Silvia Rocha Ipiranga

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Fernandes, Felipe Kaiser.

Processos organizacionais e espaços precários: uma abordagem ator-rede em cidades [recurso eletrônico] / Felipe Kaiser Fernandes. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 127 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Administração, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Gestão, Organização e Ambientes.

Orientação: Prof.ª Dra. Ana Silvia Rocha Ipiranga.

1. Processo organizacional. 2. Abordagem ator-rede. 3. Favela. 4. Sociomaterialidade. I. Título.



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Ciência Tecnologia e Educação Superior
Universidade Estadual do Ceará - UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA



ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO (A) ALUNO(A) **Felipe Kaiser Fernandes** – DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM GESTÃO, ORGANIZAÇÕES E AMBIENTES

Realizou-se no dia **21/03/2016** no Centro de Estudos Sociais Aplicados / CESA a apresentação, avaliação e julgamento da dissertação de Mestrado em Administração – Área de Concentração em Gestão, Organizações e Ambientes do(a) aluno(a) **Felipe Kaiser Fernandes**, intitulada **“PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E ESPAÇOS PRECÁRIOS: UMA ABORDAGEM ATOR-REDE EM CIDADES.”**

Conforme determinação da Portaria nº **03/2016** – PPGA foi designada banca examinadora sob a presidência do(a) **Profª. Drª. Ana Silvia Rocha Ipiranga**, para procederem à avaliação e julgamento do trabalho apresentado, dentro das normas estabelecidas para os Cursos *stricto sensu* desta Universidade .

PARECER DA BANCA EXAMINADORA:

O trabalho foi aprovado com alguns sugestões de ajustes e alterações, sobretudo, na parte da análise empírica. As sugestões serão incorporadas no verso final para reentregar ao PPGA.

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA: Nota Final = 9,0 (Nove)

Ana Silvia Rocha Ipiranga

Profª. Drª. Ana Silvia Rocha Ipiranga – Presidente

Marina Dantas de Figueiredo

Profª. Drª. Marina Dantas de Figueiredo

Anne Marie Frédérique Gosselin

Prof. Dr. Anne -Sophie Marie Frédérique Gosselin

RESUMO

Durante um período considerável a perspectiva espacial no campo dos Estudos Organizacionais (EOR's) não teve um papel central. A intenção da chamada “virada espacial” é de revisitar a questão do espaço e da materialidade nas ciências sociais (LEFEBVRE, 1994; SOJA, 1989; MASSEY, 1994), e possui reflexos no campo de estudos organizacionais (CLEGG; KORNBERGER, 2006; DALE; BURRELL, 2008). Nesse sentido, diferentes linhas de pesquisa estão comprometidas em apreender o espaço organizacional – mais precisamente, na linha de epistemologia dos processos e na sociomaterialidade. Seguindo essa perspectiva, a abordagem ator-rede fornece uma opção teórico-metodológica no intuito de estudar as relações entre atores humanos e não-humanos em rede, e quais os seus efeitos em termos de organização. No princípio seus estudos dessa abordagem focavam na produção do conhecimento dentro os laboratórios de ciência e tecnologia, e eram baseados em estudos etnográficos. Porém ela se desenvolveu para diferentes campos de estudos. Assim, esta pesquisa busca abrir a caixa-preta da “favela” - uma impressão generalista, dela como como um fenômeno a parte da sociedade – no intuito de entender os processos organizacionais que são desenvolvidos nos “espaços precário” e descrever o espaço como as metáforas de regiões, redes, fluidos e fogo, propostas pelos teóricos da abordagem ator-rede Law e Mol (1994). Esse intuito também incluir questionar assunções sobre precariedade, e a organização aqui é tomada como uma entidade aparentemente estável por fora, obscurecendo as precárias relações sociais que garantem a sua forma por dentro (LATOUR, 2000). Poucos estudos utilizaram a abordagem ator-rede para discutir a questão dos espaços, e no campo dos estudos organizacionais, o contexto das favelas observado por essas lentes é ainda inexplorado. Considerando essa lacuna na literatura, esta pesquisa se debruça primeiramente sobre a organização MISMEC – 4 Varas (Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária da Comunidade 4 Varas) e os seus espaços urbanos adjacentes, no intuito de discutir os efeitos dos processos de organizar nessa comunidade do bairro Pirambu, localizado na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, no Brasil.

Palavras-chave: Processo organizacional. Abordagem ator-rede. Favela. Sociomaterialidade.

ABSTRACT

For a considerable time the debate on space in the field of Management of Organization studies (MOS) has not had a central role. The intention of the so-called “spatial turn” movement is to revisit the issue of spaces and materiality in the social sciences (Lefebvre, 1994; Soja, 1989; 1996; Massey, 1994), and how they are reflected in organization studies (Clegg; Kornberger, 2006; Dale; Burrell, 2008). Therefore, different lines of research found themselves committed to addressing the issue of organizational spaces – more specifically, in process epistemology and sociomateriality. Following this line of reasoning, the Actor-Network Theory (ANT) approach provides a theoretical and methodological strategy to the study on how the relations between human and non-human actors are intertwined on networks, and what their effects are in terms of organization. Initially, ANT studies were focused on the production of knowledge within science and technology laboratories, and were based on ethnographic studies. It has evolved, however, into a study tool in different fields of knowledge. We looked at a specific *favela*, or Brazilian slum, as a black box – a generalized impression of that *favela* as a phenomenon detached from the remainder of society – in an attempt to understand its precarious spaces proposing here the metaphors of space as (i) regions; (ii) networks; (iii) fluids; and (iv) fire (Mol & Law, 1994). The attempt also included questioning the assumptions about precarity, and an organization here is taken as a seemingly stable entity from the outside, obscuring the precarious social relations that hold it together inside (Latour, 2000). Only a few studies have used the Actor-Network Theory to discuss the issue of space, and only with management and organization approaches – in the context of Brazilian *favelas*, it remains unexplored. Considering this gap in the literature, this research will study primarily the MISMEC - 4 Varas organization (4 Varas Community’s Integrated Movement for Mental Health) and the adjacent urban areas on which it acts. The purpose, therefore, is to describe the actor networks that are active in MISMEC and its adjacent urban spaces, and to discuss the effects this organization has on the suburban neighborhood of Pirambu, located in the city of Fortaleza, the capital of the Brazilian state of Ceará.

Keywords: Organizational process. Actor-network approach. Favela. Sociomateriality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	OS ESPAÇOS DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....	13
2.1	O QUE SE ENTENDE POR ESPAÇO?.....	17
2.2	EPISTEMOLOGIA DE PROCESSOS: “ORGANIZAÇÃO É UM VERBO”	25
2.3	BREVE HISTÓRICO DAS FAVELAS BRASILEIRAS.....	32
3	A ABORDAGEM DA TEORIA ATOR-REDE (TAR).....	39
3.1	ORIGENS E PREMISSAS: O MUNDO SOCIAL É PLANO!.....	40
3.1.1	Da sociologia do social... ..	42
3.1.2	À sociologia das associações	44
3.2	“SEGUIR OS PRÓPRIOS ATORES”	46
3.3	OS ESPAÇOS DA TEORIA ATOR-REDE (TAR).....	48
3.3.1	Influência de Serres	48
3.3.2	Os pressupostos topológicos: espaços como regiões, redes e fluidos	52
3.4	O CONCEITO DE SOCIOMATERIALIDADE.....	58
3.5	A TAR E SUA APLICAÇÃO NOS ESPAÇOS URBANOS.....	61
4	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	67
4.1	CONSTRUÇÃO DO CORPUS EMPÍRICO	71
4.1.1	Pesquisa bibliográfica e documental	71
4.1.2	Entrevistas	72
4.1.3	Fotografias	73
4.1.4	Trabalho de campo e observação participante	74
5	DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO: DE LESTE A OESTE.....	77
5.1	UMA BREVE HISTÓRIA DO PIRAMBÚ: DO “CAMPO DE CONCENTRAÇÃO” PARA A VILA DO MAR.....	78
5.1.1	A Barra do Ceará	80
5.1.2	O Pirambu e o Cristo Redentor: “o bairro”	83
5.2	“QUATRO VARAS” E A FORMAÇÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	89
5.2.1	Onde está a Organização 4 Varas?	90
5.2.2	Despejo e ocupação: a comunidade 4 Varas	93
5.2.3	Quem são os atores?	95
5.2.4	O MISMEC – 4 Varas e os seus dispositivos de inscrição	104

5.2.5	Seguindo a TIC comunidade afora: espaços de regiões, redes, fluidos e fogo	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

Em Clóé, cidade grande, as pessoas que passam pelas ruas não se conhecem. Quando se vêem, imaginam mil coisas a respeito uma das outras, os encontros que poderiam ocorrer entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as mordidas. Mas ninguém se cumprimenta, os olhares se cruzam por um segundo e depois se desviam, procuram outros olhares, não se fixam. [...] Corre alguma coisa entre eles, uma troca de olhares como se fossem linhas que ligam uma figura à outra e desenham flechas, estrelas, triângulos, até esgotar num instante todas as combinações possíveis [...]

(Ítalo Calvino, *As Cidades Invisíveis*)

O presente trabalho apóia-se em estudos que consideram a organização não como um objeto estável e fixo, mas algo dinâmico e performático, isto é, que se voltam para uma abordagem processual das organizações e de seus espaços¹. As organizações são, dessa forma, compreendidas como um movimento resultante da dinâmica e do processo de organizar (WEICK, 1979; BISPO; GODOY, 2012). Apesar de muitas vezes a palavra “organização” ser empregada como sinônimo de empresa, alguns autores, tais como Weick (1979), Czarniawska (2008, 2013) e Gherardi (2006) discutem possíveis posturas ontológicas e epistemológicas sobre o tema que ampliam este entendimento e abrem novas fronteiras para o campo dos estudos organizacionais². Na perspectiva processual, as organizações devem ser entendidas como processos de organizar, “*as they happen*” (SCHATZKI, 2006).

Essa postura abre margens para pesquisas que exploram o espaço urbano e a cidade no campo de estudos organizacionais e que dialogam principalmente com áreas como psicologia, sociologia, antropologia e geografia (CHANLAT, 2006). Vale ressaltar que o assim chamado “*spatial turn*” ou “virada espacial” foi um movimento cuja intenção era resgatar a questão dos espaços e da materialidade nas ciências sociais, a partir de autores como Lefebvre (1994), Soja (1989; 1996) e Massey (1994) e que essa virada possui reflexos no campo dos estudos organizacionais (VAN MARREWIJK; YANOW, 2010; CLEGG; KORNBERGER, 2006; DALE; BURRELL, 2008). Dale e Burrell (2008), por exemplo, argumentam que o estudo do espaço é central para as organizações e nesse sentido a questão do espaço enfatiza como as organizações se relacionam umas com as outras. Nesse mesmo sentido, Clegg e Kornberger (2006) ressaltam que, em teoria organizacional, os pesquisadores

¹ Ver autores Law (1994), Law e Cooper (1995), Alvesson e Deetz (1996), Clegg e Hardy (1996).

² Estudos Organizacionais (ou EOR’s) aqui entendido enquanto campo (BOURDIEU, 2004), em que pesquisadores “ajudam a construir organizações por meio de termos derivados de paradigmas, métodos e suposições, todos decorrentes de conversações prévias” (CLEGG; HARDY, 1998, p. 30).

estudam poder, mudança e organizações sem se referenciar à realidade material, espacial, que compõe esses fenômenos e que isso representa uma ausência que precisa ser explorada.

Com relação à temática do espaço nos campos dos estudos organizacionais, no Brasil, esses estudos também tiveram reflexos em pesquisas que buscam apreender a dimensão espacial para analisar os objetos e temáticas relacionados aos espaços urbanos das cidades³. Dentre esses estudos, percebemos pesquisas que se engajam a analisar os aspectos organizacionais das regiões e espaços das cidades descritas como “comunidades” ou “favelas”, utilizando diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas⁴.

Dentro dos estudos que analisam a questão espacial e da postura processual no campo do estudos organizacionais, buscou-se inspiração nas abordagens ator-rede e sociomaterial. Essas duas perspectivas se relacionam de várias maneiras e destacam a intrincada relação mutuamente constitutiva entre o social e o material (PICKERING, 1995; DALE, 2005; LEONARDI, 2008; ORLIKOWSKI, 2006, 2007, 2010). A abordagem ator-rede forneceu a este estudo uma contribuição por rejeitar “dimensões sociais”, “contextos social” e “organizações” como entidades fixas e estáveis mas um movimento peculiar de associações o que dialoga com a perspectiva processual nos estudos organizacionais. Já a perspectiva sociomaterial, chama atenção para o fato de que as organizações não estão atentas para elementos do mundo material e social, são omissas em relação ao espaço que ocupam - e o próprio fato de serem pensadas como organizações prontas, como entidades definidas a priori, aponta para esta omissão.

A Teoria Ator-Rede, também conhecida como Sociologia das Associações e/ou ontologia do actante-rizoma, provém da necessidade uma nova teoria social adaptada dos estudos de ciência e tecnologia (ou *Science and Technology Studies – STS*), tendo sido desenvolvida pelos autores Callon (1986), Law (1986) e Latour (1991). Se, inicialmente, seus estudos centravam na área da ciência e da tecnologia, na produção de conhecimento no interior do laboratório, a partir de estudos etnográficos (LATOUR; WOOLGAR, 1979; KNORR-CETINA, 1981; SISMONDO, 2004), ela se desenvolveu para estudos em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, as *urban assemblages* (FARIAS; BENDER, 2010), a partir de uma ontologia de inspiração deleuziana, propõe a visualização da cidade em termos de composição (*assemblage*), no intuito de averiguar como a abordagem ator-rede pode contribuir para os estudos organizacionais em cidades.

³ Ver autores Soares (2000), Capelle e Brito (2002), Capelle *et al.* (2002), Carvalho e Vergara (2002), Castilhos e Cavedon (2004), Lemos (2004), Pereira e Carrieri (2005), Ipiranga (2010).

⁴ Exemplos desses estudos são Cunha, (2011), Fleury (2012), Leite (2012), Lacerda e Brulon (2013), Brulon e Peci (2013) e Brulon e Peci (2014).

Os conceitos de tradução e simetria são a base da abordagem ator-rede como dispositivo teórico-metodológico. Traduzir (ou transladar) significa produzir um desvio, deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos, etc, e é isso o que fazem os cientistas em laboratório para transformar suas alegações em fatos. Na concepção do antropólogo francês Bruno Latour, a abordagem ator-rede significa uma forma de analisar como os cientistas criam relações que antes não existiam e que de alguma maneira modificam os próprios elementos envolvidos, partindo de uma simetria entre os termos natureza e sociedade, erro e verdade, humano e não-humano. A Teoria Ator-Rede, portanto, nada mais é que o modo de seguir os atores - sejam eles humanos ou não-humanos – em sua prática, buscando descrever não apenas os elos produzidos, mas sobretudo os efeitos das associações.

Seguindo esta linha de pesquisas, o presente estudo propõe-se a discutir novas temáticas e problemáticas para o campo dos estudos organizacionais no contexto dos espaços urbanos e, mais especificamente, de processos organizacionais dos espaços periféricos nas cidades. Entretanto, no campo dos estudos organizacionais, são poucos os estudos que discutem a questão dos espaços, mais especificamente para analisar os aspectos organizacionais das regiões e espaços das cidades descritas como “favelas”, com base na abordagem ator-rede, enquanto opção teórico-metodológica. Portanto, esse estudo se insere nessa lacuna.

Nesse sentido, entende-se neste estudo a “favela” como uma identificação que se disseminou na reflexão sobre o urbano e em diferentes políticas aplicadas sobre cidades brasileiras. Certeau (2007) observa que os governantes estabelecem uma maneira de ver o urbano pelo alto, longe dos personagens que constroem o cotidiano das ruas e dos lugares. Esse olhar totalizante “tritura em si mesma toda identidade de autores ou espectadores” de uma cidade, produzindo um referencial e lugar distinto (CERTEAU, 2007, p. 170).

Assim, busca-se observar a “favela” não a partir de uma impressão generalista, como um fenômeno a parte da sociedade – no intuito de entender seus processos organizacionais como efeitos de associações entre atores – humanos e não-humanos. Assim, tomar como objeto de análise os processos organizacionais em uma favela implica em não se partir a priori de concepções do que seja “favela” e “precariedade”. Esse intuito inclui também questionar assunções sobre precariedade, e uma organização aqui é vista como “*a seemingly stable entity from the outside, obscuring the precarious social relations that hold it together inside*” (LATOURE, 1987). Utilizando o termo precariedade, o estudo também busca indicar que “*a network’s capacity to sustain an extreme alignment of its actors is precarious;*

networks are said to oscillate between a status of ‘actor’ and ‘network’” (DUREPOS; MILLS, 2012).

Com base nisso, o trabalho de campo deste estudo se situa em torno da favela do Grande Pirambu localizada na cidade de Fortaleza. Compreende-se que a “favela do Pirambu”, impressão generalista, não existe, e sim que se trata de um universo de diversos “pirambus”: os bairros Barra do Ceará, Cristo Redentor, Pirambu, comunidades Jacarecanga, Nossa Senhora das Graças, Goiabeiras, Quatro Varas, Terra Prometida... Conforme Valladares (2005) ressalta: “essa favela tão evidente é, de certo modo, uma favela ‘inventada’” (VALLADARES, 2005, p. 21).

Diante disso e considerando a abordagem ator-rede enquanto opção teórico-metodológica, como numa rede nenhum ponto é privilegiado em relação a outro, o que faz com que a rede tenha múltiplas entradas, o trabalho de campo desta pesquisa foi conduzido para os processos organizacionais que se dão na prática da Terapia Comunitária Integrativa (TCI) do MISMEC (Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária) também conhecido como “Projeto 4 Varas”, localizado na Comunidade 4 Varas, na região do Grande Pirambu.

Considerando, portanto, essas discussões, e tendo como base a premissa, segundo DALE e BURRELL (2008) e MASSEY (2008), que o espaço está sempre em construção e diz respeito a forma como as organizações se relacionam umas com as outras e com o mundo social, este estudo tem como objetivo geral:

- a) Compreender as relações entre processos organizacionais e os seus espaços urbanos, discutindo os efeitos desse organizar na favela do Pirambu da cidade de Fortaleza.

Como objetivos específicos, este estudo propõe-se a:

- a) Descrever as tipologias dos espaços organizacionais sob estudo, mapeando-os segundo as metáforas propostas pelos teóricos da abordagem ator-rede Law e Mol (1994) de região, redes, fluidos e fogo;
- b) Identificar os atores (humanos, não humanos e híbridos) envolvidos entre os espaços organizacionais sob estudo, descrevendo suas principais controvérsias;
- c) Discutir os efeitos das relações entre os atores, a organização e os espaços urbanos da favela do Pirambu.

Após a caracterização deste estudo – que em síntese, tem como objetivo compreender os efeitos dos processos organizacionais em uma favela e nos seus espaços

urbanos adjacentes, envolvendo o uso da Terapia Comunitária Integrativa (TCI) pelo Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária e como essa prática desloca-se por meio do espaço urbano da cidade, a partir da abordagem teórico-metodológica ator-rede – , a seguir, apresenta-se, a seguir, a estrutura deste texto envolvendo sete capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução.

O segundo capítulo, intitulado *os espaços dos estudos organizacionais* discorre sobre a relevância de estabelecermos um estudo nesse campo a partir da análise do espaço e dos processos organizacionais com base na leitura de autores que abordam esse tema. Por fim, é feito um breve histórico das favelas brasileiras.

Já o terceiro capítulo desse estudo apresenta uma leitura da abordagem ator-rede. Seguindo esta linha de discussão, essa abordagem fornece uma opção teórico-metodológica ao estudo de como as relações de atores humanos e não-humanos são entrelaçadas nas redes e seus efeitos em termos do organizar, o que possui muitos pontos em comum com a literatura de processo organizacionais e da sociomaterialidade. Nesse sentido, a perspectiva sociomaterial e a abordagem ator-rede são tratadas aqui como complementares. O capítulo se encerra com uma discussão sobre essa abordagem e suas contribuições para os estudos urbanos.

O capítulo quatro, *procedimento metodológico*, apresenta a estratégia de pesquisa, assim como procedimentos de coleta e análise de dados desenhados para investigar os espaços organizacionais neste estudo, particularmente as relações espaciais de processos organizacionais com a cidade.

É nesse sentido que procura-se dialogar com a favela e os processos organizacionais em estudo no capítulo cinco. Esse capítulo tem como objetivo situar o espaço organizacional do estudo dentro de um contexto mais amplo do Grande Pirambu para em seguida apresentar a descrição e discussão dos resultados obtidos em campo. Tendo-se como base os objetivos e pressupostos teóricos deste estudo, são narrados os sujeitos e atores da pesquisa de campo e articulados os esquemas analíticos eleitos para subsidiar a descrição do espaço urbano. Posteriormente, apresenta-se a descrição dos espaços conforme metáforas de regiões, redes, fluidos e fogo, propostas pelos teóricos da abordagem ator-rede Law e Mol (1994).

O capítulo seis apresenta as considerações finais deste estudo, buscando sintetizar a questão de pesquisa e aos objetivos propostos, seguindo as contribuições, limitações de pesquisa e agenda para possíveis estudos futuros.

2 OS ESPAÇOS DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Para compreender o espaço no campo dos estudos organizacionais se faz necessária a revisão da literatura de outras áreas que influenciaram teóricos do campo organizacional, apontando as principais perspectivas para definição, análise e construção do conhecimento espacial. Esta seção, através da revisão da literatura, tem como propósito realizar um apanhado da temática até chegar ao seu emprego como uma lente para entender as organizações, passando pela produção internacional e nacional sobre o tema.

Para Crang e Thrift (2000) o espaço está por toda parte no pensamento moderno, o que pode ser observado, apesar do menor desenvolvimento no campo dos Estudos Organizacionais (EORs), no crescimento do tema nas Ciências Sociais Aplicadas, (DALE; BURRELL, 2008). O campo de estudos organizacionais (ou EO) costuma denominar o espaço a partir do diálogo com outras disciplinas como o urbanismo, a arquitetura, a sociologia, a filosofia, além da leitura de autores como Georg Simmel (1903/1979), Henri Lefebvre (1994), Walter Benjamin (1999), Michel De Certeau (2007) e Michel Maffesoli (2008). Nessa linha de pensamento, esse campo se preocupa em como os espaços cotidianos são organizados e defendem que o espaço é central para as organizações e que as organizações são fundamentais para se entender as estruturas, os processos e as relações sociais. (DALE; BURRELL, 2008). Associado aos EO o espaço abre para nós a possibilidade de discutir a epistemologia dos processos e a abordagem da sociomaterialidade que também serão utilizados nessa pesquisa.

De acordo com Orlikowski (2007, p. 1435), “o campo dos estudos organizacionais tradicionalmente tem negligenciado as maneiras em que os processos organizacionais estão ligados à formas materiais e ao espaço através dos quais os humanos agem e interagem”. A partir do final dos anos 1990, duas correntes de pesquisa se desenvolveram no intuito de analisar essas questões.

O primeiro centrou-se nas formas em que os espaços (materiais) são constituídos e transformadas por meio de práticas cotidianas (CLEGG; KORNBERGER, 2006). Essa corrente sugere que a teoria organizacional deve performar uma "virada espacial", a fim de incorporar uma maior análise de objetos e práticas espaciais cotidianas.

A segunda corrente está relacionada com práticas sociomateriais, influenciada principalmente pelos autores Latour (2005), Pickering (1995), Orlikowski (2005, 2006, 2007), ela busca superar a dicotomia entre o mundo social e o material concentrando-se nas práticas

dentro das organizações. Estas práticas são constituídas por, mas também produzem, materiais e dinâmicas sociais.

Nas ciências sociais, como sociologia, psicologia, economia e teoria da organização, pesquisadores forneceram ideias relevantes à respeito da questão do espaço. A incorporação do espaço e uma preocupação com a materialidade nos estudos organizacionais não é recente. Entretanto, apesar dos esforços notáveis para se compreender as organizações como “sistemas sócio-técnicos”, o “técnico” era visto como distinto e separado do “social”, com um hífen fazendo sua inter-ação (VAUJANY; MITEV, 2013).

Muito da literatura que trata do assunto no campo dos estudos organizacionais advém de publicações em revistas acadêmicas. Duas exceções recentes são as obras *Materiality and Space: Organizations, Artefacts and Practices* de De Vaujany e Mitev (2013) e *Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World* de Leonardi *et al.* (2012) que examinam o fenômeno da materialidade a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

O quadro 1, elaborada a partir de Vaujany e Mitev (2013), apresenta um breve resumo das abordagens teóricas fundamentais para o espaço, as suas principais questões de pesquisa e qual o papel desempenhado pelos objetos e pela materialidade em sua análise. Os autores o fato de que ocorreram muitos cruzamento entre essas abordagens teóricas (*e.g.* entre a sociologia, psicologia ambiental e estudos organizacionais). Em particular, essas abordagens teóricas enfatizam a importância do espaço na construção do seu objeto de pesquisa - por exemplo, a cognição do indivíduo, a mobilidade, a economia e as dinâmicas sociais.

Quadro 1 - Principais abordagens de Espaço nas Ciências Sociais

ESPAÇO E MATERIALIDADE	QUESTÕES DE PESQUISA	PAPEL DOS OBJETOS E DA MATERIALIDADE	REFERÊNCIAS
Arquitetura sociológica nos Estudos Organizacionais	Aplicação das duas questões de pesquisas anteriores ao mundo das organizações.	O que representa, constitui e delimita o espaço organizacional? A estética da organização.	Guillén (1997), Fischer (1983, 1990)
Sociologia do espaço ou lugar (na sociedade)	Como o espaço é instanciado/estabelecido nas interações sociais	Uma dimensão do espaço ou um aspecto espacial.	Altman (1975), Girin (1987), Urry (1996, 2000)
Sociologia do espaço nas organizações	Como o espaço organizacional é constituído? Como descrever as dimensões simbólicas e materiais do espaço organizacional? Quais são as práticas espaciais dos membros de uma organização? Como eles contribuem para a dinâmica, competitividade, vantagens, legitimidade, identidade, etc. das organizações	O que constitui e delimita o espaço organizacional? Escala espacial e práticas móveis nas organizações.	Taylor e Spicer (2007), Kornberger e Clegg (2003a, 2003b, 2004), Rose e Tolia-Kelly (2012), Black (1997), Hockey et al. (2010)
Estudos sociais em Ciência e Tecnologia	Como são combinadas as ideias científicas e as ferramentas na prática? O que são as práticas científicas cotidianas?	Práticas científicas são inscritas no campo científico e no espaço científico, com os seus objetos legítimos, práticas e ideias.	Hughes (1983), Mackenzie e Wajcman (1985), Bijker et al. (1987), Bijker (2001)
Geografia econômica	Como incluir o espaço em um sistema de pura e perfeita competição? Foco macro- ou meso-econômico.	Mercado, produtos. Elementos alocados no território material.	Schumpeter (1934), Hotelling (1929), Lee and Wills (1997), Massey (1984), Knigman (1992), Pujita et al. (1999), Feldman (1990)
Psicologia ambiental em organizações	Como os indivíduos apreendem o espaço nas interações cotidianas? Qual a influência do ambiente físico nas interações individuais?	O que o sujeito não é. Algo localizado entre um espaço específico, um ambiente físico.	Uexküll (1956), Tinbergen (1957), Lorenz (1977), Taylor e Lanni (1981), Brown et al. (2005)
Sociologia	Espaço como estruturante das interações sociais	Espaço como uma propriedade relaciona entre atores e objetos.	Giddens (1981, 1984), Lefebvre (1991), Simmel (1908)
Arquitetura sociológica e urbanismo	Qual o vínculo entre arquitetura (e.g. construção do espaço urbano) e as interações sociais?	Espaço em si mesmo (em particular, as construções da cidade).	King (1980), Jones (2010), Berger (1978).
Sociologia da translação (Teoria do Ator-Rede)	Como redes sociais de actantes emergem e se tornam irreversíveis.	Actantes. Materiais sociais e objetos juntos. Possível lugar para inscrições.	Callon (1986, 1987, 1991), Latour (1987), Latour e Woolgar (1986)
Perspectivas sociomateriais e Estudos Organizacionais	Como os aspectos sociais e materiais são enredados na vida cotidiana? Porque o espaço material é co-substancialmente social?	Elementos materiais e sociais são fundidos em práticas sociomateriais. Práticas são mediadas por artefatos materiais (corpo, roupas, carros, voz, STI...). Materialidade (como identificado pelos atores) é sempre um produto social. Distinção entre que mantêm uma fronteira entre elementos sociais e materiais (em particular, à nível de agencia e.g. Leonardi, 2011) e aqueles que mantêm uma necessária simetria entre elementos sociais e materiais no nível sociomaterial das práticas.	Barad (2007), Pickering (1995), Dale (2005), Leonardi e Barley (2008), Orlikowski (2007, 2010)

Fonte: Adaptado de De Vaujany e Mitev (2013).

Não será o objetivo aqui realizar uma revisão de toda os tópicos apresentados no quadro 1 sobre os espaços organizacionais, no entanto busca-se tecer breves comentários à respeito das abordagens que foram escolhidas para fundamentar este estudo da teoria ator-rede e da sociomaterialidade que serão aprofundadas em seções posteriores. Como essas duas esferas serão tratadas de maneira mais aprofundada e complementar em capítulos posteriores, esses comentários visam efetuar uma breve introdução sobre o tema.

A sociologia da translação ou Teoria do Ator-Rede (TAR) argumenta que os sociólogos tem oscilado entre duas concepções de objeto: do mau objeto (um “fetiche”) para o bom objeto (uma expressão mais ou menos visível da natureza). Seus autores argumentam que o objeto comum e, de uma maneira geral, os sistemas materiais têm sido geralmente omitidos nas teorias sociológicas (BLANDIN, 2002). No entanto, os comportamentos anti-fetichistas denunciadas por Latour (1994), tornaram difíceis diferenciar estes conjuntos a partir da rede de objetos que mediam a ação, resultando em uma situação um tanto tautológica onde o social é explicado unicamente pelo o social. Na abordagem teoria ator-rede (CALLON; LATOUR, 1990), também conhecida como sociologia da inovação (ALTER, 2000) ou de construção social da tecnologia (BIJKER *et al.*, 1987; BIJKER, 2001) os objetos e o material ganharam aceitação. Noções como “inscrição”, “atores humanos e não-humanos”, “caixas-pretas” e “tradução” fazem dos objetos as entradas e saídas das interações na vida.

Nesses aspectos, a abordagem sociomaterial relaciona-se de diversos aspectos com a TAR. A “perspectiva sociomaterial” (PICKERING, 1995; DALE, 2005; LEONARDI, 2008; ORLIKOWSKI, 2006, 2007, 2010) vai além de entidades discretas e enfatiza a materialidade e os fluxos de informação destacando a intrincada relação e mutuamente constitutiva entre o social e o material. Baseando-se na abordagem ator-rede, ela propõe que, nas práticas cotidianas, tecnologias de informação, regras e recursos são intrinsecamente constituídos (ORLIKOWSKI, 2007; LEONARDI, 2010; CALLON; LATOUR, 1990; CALLON, 1991; LATOUR, 1987; ORLIKOWSKI, 2007; LEONARDI; BARLEY, 2008, 2010).

Abordagens sociomateriais foram adotadas na pesquisa organizacional (DALE, 2005; LEONARDI; BARLEY, 2008; ORLIKOWSKI, 2007, 2010). Dois campos parecem emergir desses estudos. Por um lado, alguns pesquisadores (por exemplo Leonardí, 2011) que defendem a necessidade de distinção entre elementos materiais e sociais (à nível de agência). Por outro lado, alguns estudiosos se atém ao princípio de simetria entre elementos materiais e

sociais que estão imbricados em práticas sociomateriais (ORLIKOWSKI, 2007). Essa última é uma visão que dialoga com a teoria ator-rede.

2.1 O QUE SE ENTENDE POR ESPAÇO?

Com relação ao tema do espaço faz-se necessário detalhar a seguir alguns conceitos associados particularmente ao espaço como um tema amplo que tem sido de interesse de muitas áreas do conhecimento, elencando-os com a pesquisas já realizadas neste campo. Nesse sentido, será oportuno destacar alguns estudos sobre o espaço, apresentando alguns de seus conceitos, pensadores-chave e a relação entre espaço e lugar; e esse sub-tópico se encerra com uma visão contemporânea do tema. Nesse sentido procuraremos dialogar com os textos no campo dos Estudos Organizacionais de Chanlat (2006) que apresenta diferentes lentes para a compreensão do espaço nos Estudos Organizacionais, assim como a contribuição de autores da Sociologia, da Geografia e da Filosofia que contribuíram para o campo. Além disso, nos apoiaremos nas obras do autor Tor Hernes (2004) sobre a construção espacial da organização e dos autores Karen Dale e Gibson Burrell (2008) sobre os espaços da organização e a organização dos espaços.

Primeiramente, Chanlat (2006) possui uma obra ampla e abrangente sobre espaço e tempo nos Estudos Organizacionais a partir de leituras da psicologia, da psicologia social, da sociologia, da antropologia e da geografia. Segundo o autor “toda organização pode ser compreendida através de uma leitura espacial” (CHANLAT, 2006, p.21). O autor resume as reflexões sobre a forma do espaço em sete categorias que constituiriam o espaço organizacional:

- 1) dividido : o primeiro ponto a ser desfeito é do espaço organizacional como um espaço dividido entre os de fora e os de dentro, separação essa constituída muitas vezes por barreiras físicas, mas que hoje tendem a se desfazer em face do mundo virtual;
- 2) controlado: o espaço organizacional também se constitui como um espaço controlado seja pela presença física de um supervisor; seja pelo monitoramento por meio de uma câmera de vídeo; seja pelo controle eletrônico exercido por um gerente; ou ainda pelas três possibilidades ao mesmo tempo;
- 3) imposto e hierarquizado: o espaço organizacional é imposto e hierarquizado, sendo essa hierarquização, via de regra, visível na medida em que o tamanho dos escritórios, o número de janelas, vai determinar o status de seu ocupante;
- 4) produtivo: a organização é um espaço produtivo, pois é aí que os objetivos organizacionais precisam ser atingidos, daí o porquê da organização do espaço

de um teatro ser diferente daquela de um laboratório; objetivos distintos exigem espacialidades diversas;

- 5) personalizado: o espaço organizacional ganha personalização por parte daqueles que nele atuam em razão dos investimentos afetivos realizados de modo a se apropriarem do espaço para nele conseguirem viver e transformá-lo, dando conotações particulares às mesas, aos gabinetes, aos computadores etc;
- 6) simbólico: o espaço organizacional é um espaço simbólico na medida em que possui uma cultura particular que alimenta a configuração espacial e a identidade organizacional, sendo assim, o espaço possibilita a construção de significados. O espaço organizacional como um espaço social apresenta as diferentes relações de poder que se instauram entre os atores sociais; e
- 7) social: o espaço organizacional é um meio social. Nele, encontramos diferentes pessoas que se organizam em um sistema social através de um certo tipo de divisão do trabalho.

Vale ressaltar que as tentativas de trazer a questão dos espaços para em Estudos Organizacionais remontam a algumas décadas (STEELE, 1973). Internacionalmente, nas décadas de 1980 e 1990 esse tema esteve relacionado a pesquisas que investigavam a cultura organizacional (STEELE, 1981, GAGLIARDI, 1990, HATCH, 1990, STRATI, 1999), porém recentemente as pesquisas se acentuaram e passaram a relacionar outros temas à questão do espaço organizacional (HERNES 2004, CLEGG; KORNBERGER, 2006, DALE; BURRELL, 2008, MARREWIK; YANOW, 2010; DE VAUJANY; MITEV, 2013). Esses estudos também reverberaram no Brasil em pesquisas que analisam a dimensão espacial para apreender e analisar os objetos e temáticas próprios da área (SOARES, 2000; CAPELLE; BRITO, 2002; CAPELLE *et al.*, 2002; CARVALHO; VERGARA, 2002; CASTILHOS; CAVEDON, 2004; LEMOS, 2004 ; PEREIRA; CARRIERI, 2005; IPIRANGA, 2010).

Nesse contexto, destaca-se no campo dos Estudos Organizacionais a contribuição do sociólogo e filósofo Henri Lefebvre. O autor se insere no movimento chamado “*spatial turn*” ou “virada espacial”, cuja intenção é resgatar a questão dos espaços e da materialidade nas ciências sociais (LEFEBVRE, 1994; SOJA, 1989; 1996; MASSEY, 1994). Esse movimento possui reflexos nos Estudos Organizacionais (EORs), através dos trabalhos de, dentre outros, Van Marrewijk e Yanow (2010), Clegg e Kornberger (2006), Dale e Burrell (2008) e busca superar o patamar que observa o espaço como categoria fixa e imutável e

passar a observá-lo como um produto social em processo. Nos últimos anos, houve um comprometimento da pesquisa acadêmica em EORs para viabilizar o potencial ontológico, epistemológico e metodológico da perspectiva espacial em Administração.

Lefebvre salienta que o espaço é um processo de produção e não o produto. O processo de produção do espaço é reconhecido como algo fundamental para nossa experiência no mundo. A teoria de Lefebvre é uma resposta às teorias do espaço que o concebem como algo neutro. Rejeitando esta abordagem, Lefebvre argumenta que o espaço é antes de tudo um produto social (TAYLOR; SPICER, 2007, p. 334-335). O autor diferencia três aspectos do espaço social: as práticas espaciais, representações do espaço e o espaço representado:

O primeiro aspecto, “prática espacial”, está ligado ao espaço “percebido”. Lefebvre descreve-o como a “produção e reprodução, e os lugares específicos e espaciais definidos pela formação social (LEFEBVRE 1994, p. 33). A autora Dale (2005) o define como o espaço do cotidiano, incluindo trabalho, lar, lazer e as ligações (rotas) entre eles. A “prática espacial” também pode ser uma experiência espacial fenomenológica, tomadas como concebidas através dos hábitos do corpo (*cf.* no conceito de Merleau Ponty do “saber inconsciente” e no “habitus” de Bourdieu de como o comportamento dos indivíduos é engajado no mundo sem reflexão consciente por normas sociais baseadas em torno de estruturas da sociedade, tais como gênero ou classe. Para Lefebvre:

Prática espacial – que engloba a produção e a reprodução, e as localizações particulares e, os conjuntos espaciais característicos de cada formação social. Prática espacial assegura continuidade e algum grau de coesão. Em termos de espaço social, e de cada membro de um dado relacionamento da sociedade com aquele espaço, esta coesão implica num nível garantido de competência e um nível específico de performance (LEFEBVRE, 1994, p. 33).

O segundo elemento da tríade de Lefebvre são as “representações do espaço”, e ele os caracteriza como os espaços concebidos. Esses são espaços planejados e executados por designers, arquitetos e engenheiros, Dale e Burrell acrescentam ainda, apesar do autor não citá-los, os administradores. Esse elemento se refere ainda segundo os autores ao “espaço organizado” (DALE; BURRELL, 2008). Vale lembrar que esse elemento é essencial na medida em que captura “corações e mentes” através do “uso de políticas espaciais na tentativa de construir tanto a cultura organizacional quanto identidades adequadas de funcionários” (DALE; BURRELL, 2009). Segundo Lefebvre:

Representações do espaço, que são amarradas, às relações de produção e a “ordem” que essas relações impõem, e portanto ao conhecimento, signos, aos códigos, e para as relações “frontais” (LEFEBVRE, 1994, p. 33).

O aspecto final do espaço social são os elementos de representação, caracterizados por Lefebvre como “espaços vividos”. Esses são, segundo Dale e Burrell (2008), espaços fenomenologicamente experimentados coberto por “espaços imaginários” nos quais o material e o cultural se fundem: a criação social do espaços assim como de sinais, imagens e símbolos são feitos de material. No ambiente trabalho, observamos isso nos símbolos que representam status, nos móveis e também, por exemplo, em figuras, desenhos, e-mails pessoais e fotos de família. Para o autor:

Espaços de representação, incorporando complexos simbolismos, algumas vezes codificados, outras não, ligados ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, como também para a arte (que pode eventualmente ser definida menos como um código do espaço do que um código dos espaços de representação) (LEFEBVRE, 1994, p. 33).

No campo dos Estudos Organizacionais destacamos o trabalho de Tor Hernes no livro *The Spatial Construction of Organization* (2004). O autor, ao analisar a construção do espaço organização, apresenta três aspectos de investigação. Baseando seu argumento sobre as três formas de “organização” nos trabalhos dos teóricos Latour , Giddens , Bourdieu , Luhmann e Elias, o autor desenvolve a notação de organização como contexto para ação e interação; a tipificação de espaço em relação à organização, e a discussão sobre fronteiras. Hernes, no primeiro capítulo da obra, chama a atenção para o uso do termo “organização” não limitada pelas fronteiras organizacionais convencionais; ela existe tanto atravessando esses limites, quanto fora ou dentro deles – “as características que distinguem ‘organização’ das ‘organizações’ é que organização é emergente, não terminada, múltipla e amorfa” no lugar de “organizações” (entidades com nomes próprios, categorizadas, limitadas no tempo e espaço), “organização” (uma forma determinada) na teoria organizacional (HERNES, 2004).

Em sua obra, Hernes também propõe a transição do conceito de contexto para o de espaço. Para o autor, a ideia de contexto sofre de duas conotações, a primeira da imutabilidade e de interioridade. De maneira a melhor compreender a complexidade do ambientes organizacionais contemporâneos, Hernes (2004) propõe como um conceito dinâmico o “espaço” para que seja possível estudar a organização de acordo com essa perspectiva, porque esse traz a questão do locus da atividade social. Além disso, o autor foca nas fronteiras do espaço, assumindo que as fronteiras influenciam como os espaços interagem.

De tal modo, concordamos com a afirmação de Hernes (2004) que:

Estudar organização significa que nós consideramos a organização como estando em um estado contínuo de formação, onde novos contextos para a ação humana e interação são criados e desenvolvidos enquanto outras diminuem ou reaparecer de outra forma (HERNES, 2004, p. 11, tradução nossa).

Assim, Hernes (2004), ainda, discute três tipos de espaço aplicados para os estudos de organizacionais que eles chama de: físico, mental e social. Essas categorias, conforme apresentadas na quadro 2, são derivadas em parte da discussão de Lefebvre (1991) vista anteriormente, mas ela sugere também interpretações específicas aplicadas às organizações. Para Hernes (2004), o espaço físico é essencialmente material e se refere às estruturas tangíveis; o espaço social é caracterizado como uma rede de relações sociais em que normas de comportamento regulam o que acontece; e o espaço mental seria o espaço do pensamento.

Quadro 2 - Três noções de espaços nos Estudos Organizacionais

	Espaço físico	Espaço social	Espaço mental
Exemplos	orçamentos, domínios eletrônicos, barreiras físicas, planos de trabalho e regras	confiança, identidade, amor, dependência, fidelidade e normas de comportamento	conhecimento, significado, estratégias, construção de sentido e aprendizado
Elementos básicos	Estruturas tangíveis	Relações sociais	Pensamento
Meios	Regulação	Presença humana	Pistas
Fronteiras definidas por	O aceitável	O permissível	O idealizado

Fonte: elaborado a partir de Hernes (2004).

Hernes (2004) também ressalta a importância de, ao fazer a transição da organização como contexto para a organização como espaço, é importante estudar suas fronteiras, isto é, os limites organizacionais e as suas dinâmicas. Destarte, o autor assume as seguintes quatro ideias:

fronteiras são centro, não periferia; as dinâmicas espaciais dizem respeito a criar, mover e consolidar fronteiras;
 as fronteiras são compostas; uma organização consiste de múltiplos espaços cada qual com seu próprio conjunto de fronteiras;
 as fronteiras são constantemente sujeitas à construção e reconstrução; e
 as propriedades das fronteiras refletem a substância do espaço que circunscrevem.

Dessa forma, conforma apresentado na quadro 2, o autor sugere que as três

categorias de espaço apresentam fronteiras sendo que algumas dessas visíveis, como nos espaços físicos, os portões das fábricas, orçamentos, programas, descrições de tarefas e agendas de reuniões; e outros, invisíveis, por exemplo, no caso dos espaços mentais, os limites de construção de sentido; e no caso dos espaços sociais, os limites de um comportamento tolerável.

Nesse sentido, vale ainda ressaltar o trabalho Taylor e Spicer (2007) que levantam as pesquisas sobre o tema no campo de estudos organizacionais e sugerem que tais investigações podem ser classificadas em três categorias: estudos de espaço como distância física, como materialização de relações de poder e como experiência. Essas categorias são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3 - Concepções metodológicas do espaço

	Definição do espaço	Conceitos de análise	Abordagens	Metodologias privilegiadas	Principais estudos
Espaço como distância física	Distância entre dois ou mais pontos (Geometria Euclidiana)	Ergonomia, projeto de locais de trabalho, aglomeração de empresas, distância entre recursos	Análise de redes; Programação	Análises quantitativas e diagramas	Hatch (1987) Penn et al. (1999) Brookes and Kaplan (1972)
Espaço como materialização de relações de poder	Espaço como representação de relações de poder (e.g. identidade)	<i>Design</i> do ambiente de trabalho; Arquitetura organizacional	Processos de trabalho; Estudos Organizacionais foucaultianos	Pesquisa qualitativa; observação participante	Dale (2005) Dovey (2008) Foucault (1995) Bauman; Lyon (2013)
Espaço como experiência	Espaço como experiência vivida	Símbolos Estética Atores Interpretação Discursos	Cultura Organizacional Produção Social do Espaço ; Abordagens interpretativistas	Qualitativa ; entrevistas ; Análise de imagens	Oldham <i>et al.</i> (1976) Van Marrewijk; Yanow (2010) Gagliardi (1990) Vilnai-Yavetz <i>et al.</i> (2005)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Taylor e Spicer (2007).

Em relação à contribuição de teóricos de outras áreas ao campo de estudos organizacionais, vale ainda direcionar nosso olhar para a leitura do filósofo francês Michel de Certeau sobre as diferenças entre espaço, lugar e território. Certeau (2007) afirma que o lugar é a ordem, seja qual for, segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Destarte, para o autor, o espaço é um lugar praticado, como exemplo, “assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 2007).

Além desses conceitos, Certeau pensa o espaço e o lugar como coexistentes em duas dimensões: uma por o estar-aí, que denota o lugar; e outra por as operações, que especificam os espaços pelas ações dos sujeitos históricos. Dessa forma, o autor salienta o espaço, como uma produção que ocorre historicamente, definido e delimitado temporalmente, através da ação humana. Assim podemos imaginar que há sempre a transgressão de fronteiras, que transformariam espaços em lugares ou lugares em espaços. É diante dessas considerações que lugares e espaços ganham características simbólicas. Certeau (2007) diz que os relatos possibilitam a fabricação e o fazer dos espaços, permitindo delimitações e demarcações sem, no entanto, limitá-los claramente.

A leitura de Certeau (2007) nos fornece diversas pistas para compreensão da dinâmica espacial, da produção de lugares e de fronteiras que também traz uma importância às discussões espaciais vinculadas às organizações. A partir da leitura desse autor fica claro que há uma multiplicidade de produções de espaços devido às ações humanas e isso produzido a partir das manifestações simbólicas mais do que por lugares definidos e geometricamente articulados. Com isso, em um lugar geometricamente articulado de uma organização ocorre a produção de vários espaços, que podem estar cerceados pelos limites físicos e também ampliados pelas possibilidades virtuais.

Deve-se ressaltar que a partir da leitura de Certeau (2007), sua contribuição sobre a leitura de um território, concebido por meio da produção dos espaços, assim, podemos tecer a relação entre espaço e território. É interessante ainda para o autor o espaço se dá como lugar do móvel, enquanto ele coloca o território como lugar espacial de lutas e disputas, de dominação e de incorporação. Como por exemplo, o autor nos expõe a diferença na rua como lugar geometricamente delimitado e a movimentação dos indivíduos como produtora do espaço. No entanto, esse espaço passa a ser um território no momento de sua apropriação. No território não há apenas fronteiras, mas barreiras e bloqueios, que procuram impedir invasões, assim como acolhem e protegem aqueles que lhe pertencem. Barreiras e bloqueios podem ser de ordem física e/ou simbólica.

A partir da leitura dessas leituras interdisciplinares, consideramos que no campo dos Estudos Organizacionais o espaço não diz respeito apenas aos arranjos da configuração interna do ambiente de uma organização, mas como as organizações se relacionam umas com as outras e, de maneira mais ampla, com o mundo social a qual fazem parte (DALE; BURRELL, 2008). Ao se investigar uma organização a partir de seu espaço, ele pode ser utilizado e entendido de uma variedade de formas, da mais abstrata e teórica, através de

simbolismos, à mais concreta. Entretanto, Crang e Thrift (2000) admitem que o maior problema não é o “campo polissêmico” do espaço mas a “banalização” de uso do termo. Ainda conforme os autores, disciplinas diferentes utilizam o espaço de diferentes maneiras (CRANG; THRIFT, 2000). Pensamento compartilhado pela estudiosa Doreen Massey, no livro *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*, que afirma tratar-se “de uma velha associação; muitas e muitas vezes subjugamos o espaço ao textual e ao conceitual, à representação” (MASSEY, 2008, p. 43). Para a autora, é necessária uma “reimaginação das coisas como processos para reconceituação dos lugares, de um modo que possa desafiar localismos exclusivistas, baseados em reivindicações de uma autenticidade eterna” (MASSEY, 2008, p.44).

Doreen Massey (2008) ainda procura desmistificar as visões estruturalistas, propondo a noção de espaço relacional, própria do pensamento pós-estruturalista. Podemos compreender, a partir da autora, três proposições do espaço:

Primeiro, reconhecemos o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações [...]; Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção [...] um produto de relações que estão sempre sempre embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas [...] jamais acabado (MASSEY, 2008).

Diante disso, nota-se o entendimento do espaço como um conceito múltiplo, apontando para a complexidade de estudá-lo. Além disso, seu caráter não deve ser tomado como algo fixo mas sim sempre em construção. De tal modo, a importância de estudar o espaço é acentuado por Santos (1982, p. 6):

Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (SANTOS, 1982, p. 6).

Strati (1999, p. 180), atribui a exclusão do espaço físico do domínio analítico pelo menos em parte a falta de experiência dos pesquisadores: Pesquisadores organizacionais normalmente vêem artefatos visuais quando estão realizando suas pesquisas em organizações porém eles frequentemente não citam esses aspectos na vida organizacional em suas pesquisas, por não acharem isso relevante e por não saberem como estudá-los.

Como o próprio conceito espaço é frutífero e alvissareiro nos Estudos Organizacionais, a ideia de se estudar a cidade também segmenta essa perspectiva de estudos, pois serve de debate para percebê-la como uma organização. Associada ao espaços nos Estudos Organizacionais os estudos sobre a cidade abrem para nós a possibilidade de discutir uma organização localizada nos espaços periféricos da cidade e os efeitos do seus processos de organizar.

Contudo, antes de adentrarmos na proposta de estudo propriamente dita é necessário discutirmos o que é a Epistemologia de Processos, bem como a problemática da questão no campo que ele ensejou.

2.2 EPISTEMOLOGIA DE PROCESSOS: “ORGANIZAÇÃO É UM VERBO”

Uma organização é um processo, trata-se de um verbo em vez de um nome ou um substantivo. Essa afirmação pode ser constatada a partir da leitura de autores do campo dos Estudos Organizacionais que observam a organização como o resultado (instável) de uma série de processos organizacionais (WEICK, 1979) e que contrapõe-se aos estudos que a vêem como entidades sociais que possuem objetivos e são concebidas como sistemas de atividades deliberadamente estruturados e coordenados. Este trabalho apoia-se na primeira abordagem (também conhecida como processual ou proximal) que incentiva reflexões sobre os processos que formam um “senso de organização” e suas implicações para a ação social (BURRELL; MORGAN, 1979; COOPER, 1992). Neste item, serão discutidas as suas implicações aos Estudos Organizacionais.

Czarniawska (2004, p. 780) indica que para se estudar a “organização” deve-se ter em mente que “organizações” são reificações temporárias, pois o organizar nunca cessa. Nesse sentido, estudos apontam para o uso do termo inglês *organizing*, que aqui será traduzido por processos organizacionais no intuito de simplificar o seu entendimento. Conforme Gherardi (2006) esse termo aponta uma ideia de dinamismo e continuidade. Além disso, dessa forma, a organização adquire caráter ativo tendo em vista que seus processos geram resultados inacabados ou parciais e, além disso, fenômenos de diversas naturezas (COOPER; LAW, 1995).

A visão de *organizing* sugere, dessa forma, uma dimensão de produto contínuo, em movimento, que vai fornece como efeito todas as distinções dentro e fora, parte e todo, uma vez que estas não são dadas na ordem natural das coisas. Nesta perspectiva, a utilização

do substantivo organização imprime ao mesmo uma noção de rigidez e estrutura estática (Weick, 1979). Desse modo, para Weick (1979), assim como para Cooper e Law (1995), os fenômenos organizacionais poderiam ser melhor compreendidos se adotada uma noção de organização como verbo (*organizing*), evidenciando sua natureza ativa e processual e, ainda, se os estudos focassem mais no processo de organizar, ao invés da estrutura organizacional fruto desse processo. O quadro 4 apresenta um breve resumo no intuito de ilustrar as visões de cada uma dessas perspectivas.

Quadro 4 - Perspectiva da “Organização” e Perspectiva processual

Perspectiva da “Organização”	Perspectiva processual
Organização como “substantivo” (<i>organization</i>)	Organização como um verbo (<i>organizing</i>)
Entidade homogênea e concreta	Processos organizacionais heterogêneos e precários
Coisa concreta	Processo invisível
Organizações forma-funcional	A organização como uma malha de práticas tecida por processos organizativos
Ênfase: ordem	Ênfase: ordem-desordem
Perspectiva Relacional-Cognitivista	Perspectiva Relacional
Ênfase: ordem	Ênfase: ordem-desordem; Interações cotidianas e narrativas

Fonte: Elaboração pelo autor a partir de Weick (1979), Cooper e Law (1995) e Chia e King (1998).

Contudo, em relação aos Estudos Organizacionais podem existir duas diferentes ênfases ou metafísicas à respeito da Organização: substância e processo (CHIA; KING, 1998). Chia e King (1998) examinam as contribuições de A.N. Whitehead e de H. Bergson para a compreensão da organização, não como uma “coisa” ou a entidade social, mas como o processo criativo contínuo de estruturar e de estabilizar a realidade social. Para os autores a perspectiva processual é mais adequada para apreender a natureza precária de sistemas sociais tais como “indivíduos”, “organizações” e “sociedade” (CHIA; KING, 1998).

Cooper e Law (1995) sustentam que a base crítica da “moderna” sociologia dos estudos organizacionais é que eles tendem a lidar com resultados ou estados organizados em vez do processos complexos que levam a esses resultados ou efeitos. Nessa idealizada sociologia, o “estado de repouso” é visto como normal e daí implicitamente privilegiado em análises sociais enquanto que a “mudança” é considerada acidental, transitória ou até uma disfunção. Nesse sentido, propriedades como unidade, identidade, permanência, estrutura e essência, etc. são privilegiadas sobre dissonância, disparidade, pluralidade, e mudança. De acordo com Elias (1978), o trabalho de Talcott Parsons é um exemplo dessa tendência para um modo de análise homeostático idealizado. Elias observa que o trabalho de Parsons é uma

“sistemática redução dos processos sociais para estados sociais, e do fenômeno social heterogêneo para um fenômeno aparentemente simples e homogêneo. A partir de Elias, Cooper e Law (1995) propuseram uma sociologia do vir a ser ou tornar-se (do inglês *sociology of becoming*), “no qual os estados estáticos tidos como certos são vistos como efeitos de processos sociais complexos” (DUARTE; ALCADIPANI, 2013).

Os autores Duarte e Alcadipani (2013), acrescentam que esta última se apresenta como “a base para reconceitualizarmos a organização como um processo emergente e não como um fenômeno estático” (CHIA, 2003, p. 100). Representa assim uma ontologia alternativa, na qual as organizações são entendidas como um agregado, um resultado não intencional de esforços locais, como “ilhas de regularidade atingida ou alcançada em meio a um oceano de caos” (CHIA, 2003, p. 112).

Ainda segundo Duarte e Alcadipani (2013), diferentemente da noção naturalizada e reificada do que viria a ser uma organização – neutra, natural e não problemática – os estudos sobre o organizar (*organizing*) representam uma abordagem processual na qual as organizações e os fenômenos organizacionais são compreendidos como processos de organização e não como entidades fixas, homogêneas e estáveis. A partir da lente processual, o foco da análise a partir do organizar representa esforços de pesquisa para entender as organizações “como elas acontecem” (SCHATZKI, 2006), como verbos (organizar) e não substantivos (COOPER; LAW, 1995).

Weick (1979) seria uma voz dissonante nesse sentido pois procurou influenciar vários teóricos nos estudos organizacionais para mudar a visão das organizações como entidades acabadas para processos de organizar. Notamos ainda a tentativa do autor de mudar a visão ainda dos pesquisadores em estudos organizacionais das organizações como entidades acabadas para processos de organizar para processos nos quais ações interdependentes são reunidas em sequências sensíveis que geram resultados sensíveis.

Nesta perspectiva, podemos observar a noção de processo na qual se pautam alguns estudiosos organizacionais, se define pela visão de mundo que vê o processo, muito mais do que a substância, como a forma básica do universo (LANGLEY; TSOUKAS, 2010). Esta constatação, para Langley e Tsoukas (2010), prioriza a atividade em detrimento do produto, mudança em detrimento da persistência, novidade em detrimento da continuidade, e prioriza temas como mudança, fluxo, ou rompimento. Em seguida, essa abordagem assume o processo como essencial e não nega a existência de eventos, estados, ou entidades, mas insiste em desempacotá-los para revelar a complexidade das atividades e transações que se dão e que

contribuem para a sua constituição. A propósito, Shotter (2010, p. 71) esclarece que:

Adotar a abordagem dos processos nós podemos dizer que é adotar uma visão mundial – (...) – na qual, no lugar da substância nós vemos processos; no lugar de coisas que já existem, nós observamos coisas em construção, no lugar de uma sucessão de configurações instantâneas de material, nós vemos um unitário, holístico, um fluxo contínuo de eventos, nós vemos tornar-se ao invés de meramente ser (SHOTTER, 2010, p. 71, tradução nossa).

Desse modo, enquanto que a organização remete a uma entidade fixa, compreende-se as interações entre entidades estáveis que, embora interagindo de maneiras diversas, permanecem intactas como o processo. Podemos explicar assim a contraposição existente entre uma abordagem que enfatiza o processo (uma visão “forte” de processo) e uma abordagem que enfatiza a entidade (uma visão “fraca” de processo) (BAKKEN; HERNES, 2006). Enquanto que a perspectiva “forte” de processos pensa as entidades como produtos dos processos, a noção de processos de organizar esquematiza ontologias relacionais, que reconhecem que nada do que existe possui uma existência separada de suas relações com outras coisas e, destarte, supera-se os dualismos entre mente e corpo, razão e emoção, individual e coletivo, agência e estrutura. Peci (2004) considera que as perspectivas que transpõem em tais dicotomias avançam ao deixar de considerar as organizações como produtos acabados, dados, abrindo espaço para inclusão de dimensões espaciais ou relacionais na compreensão das organizações.

Podemos citar como exemplo Langley e Tsoukas (2010) que consideram que uma perspectiva processual nos convida a reconhecer, em vez de reduzir, a complexidade do mundo. É sob esse prisma que se pretende aqui dar conta de analisar a complexidade do campo em questão, que avança nos conceitos tradicionais de se observar a “organização”. Entretanto, essa perspectiva também é reconhecida como de difícil assimilação para os pesquisadores do campo. Shotter (2010) afirma que ao se enxergar o mundo por meio da perspectiva do processo, começa-se a ver uma realidade cada vez mais difícil de se compreender, cada vez mais distante do que se esperava. Weick (2010) ampara-se nesse mesmo reconhecimento quando afirma que pensar processualmente tende a ser difícil de se articular, difícil de se disseminar, mas não impossível. Por outro lado, tal intento reconhece a complexidade dos objetos de análise, tornando-se necessário aprofundá-los a partir da noção de processos de organizar mais do que reduzi-los a uma categoria de “organização”.

Desse modo, podemos assimilar a “organização” como uma abstração, constituída por processos de interação entre seus membros a organização é constituída pelos processos de

interação entre os seus membros, e o que chamamos “organização” é apenas uma abstração, a partir de Langley e Tsoukas (2010). Então, diante de todos os conceitos verificados falar de processos de organizar é considerar as organizações como um curso ativo de ações, um resultado contínuo de processos precários e parciais (Alcadipani, 2008). Nesse sentido, segundo Czarniawska (2010):

Meu apelo é para se estudar a organização como a conexão , re- conexão e desconexão de várias ações coletivas, quer de acordo com os padrões ditados por uma dada ordem institucional ou de uma maneira inovadora. Essa ação colectiva não precisa ser realizada dentro dos limites de uma organização formal (Czarniawska, 2010, p. 154, tradução nossa)

Sendo assim, outra particularidade que nos chama atenção na noção de processos de organizar baseia-se na cadeia de ações, enquanto tramas de eventos que possuem um propósito (CZARNIAWSKA, 2014). Segundo Lindberg e Czarniawska (2006), os processos de organizar dentro do conceito de redes de ações possui como interesse a ideia de que eles necessitam que diferentes ações coletivas estejam conectadas entre si seguindo um padrão institucionalizado. Segundo Gergen (2010), todas as ações requerem ações suplementares, e são, ao mesmo tempo, suplementos de uma ação anterior, e é nesse sentido que o processo se dá. As ações suplementares, segundo o autor, possuem duas funções: primeiro, a de conceder significado ao que a precedeu, e segundo a de também demandar uma ação suplementar. O significado que ela atribui permanece suspenso até que ela também receba o seu suplemento. Em outras palavras:

De uma forma mais ampla, podemos dizer que na vida cotidiana não há atos em si mesmo, isto é, ações que não são simultaneamente suplementos para o que as precede. Tudo o que fazemos ou dizemos ocorre dentro de um contexto temporal que dá sentido ao ato que o precedeu, enquanto que simultaneamente formando um convite para suplementações posteriores (GERGEN , 2010, p . 62, tradução nossa).

Langley e Tsoukas (2010) elucidam que a perspectiva processual é apenas uma orientação, e portanto pode ser desenvolvida em várias direções diferentes, abrindo espaço para diversos temas de pesquisa nos estudos organizacionais. Na visão Langley e Tsoukas (2010, p. 11), está faltando o “como” em estudos organizacionais: em outras palavras, são necessários mais estudos organizacionais na perspectiva processual não simplesmente para satisfazer a curiosidade acadêmica mas para se entender como agir dentro dessa perspectiva (LANGLEY; TSOUKAS, 2010). Podemos ainda acrescentar com base nos autores que os estudos que se aproximam mais desta abordagem são as que priorizam as atividades das

peças, como estas atividades contribuem para a criação de categorias estáveis (LANGLEY; TSOUKAS, 2010).

Assim sendo, nossa proposição de estudo também pretende observar os atores envolvidos em processos de organizar nas favelas, dentro de formatos organizacionais que se inserem nesses espaços e que se demonstram cada vez mais complexos e híbridos (CHRISTENSEN; LAEGREID, 2011). Com frequência, por exemplo, recursos públicos são aplicados em Organizações Não Governamentais (ONGs), que muitas vezes desempenham papel importante no espaço (ARELLANO-GAULT *et al.*, 2013). Nossa proposta é se inserir nessas formas organizacionais híbridas e de fronteiras imprecisas entre atores institucionais e políticos e a população que serão aqui compreendidos os processos de organizar em favelas. Portanto, estes são atores importantes de processos de organizar em que interagem diretamente com o espaço. Estes atores também se revelam papéis importantes nos processos de organizar capazes de reconfigurar o espaço.

Então em um ambiente conturbado, de disputas e fronteiras mal definidas, torna-se cada vez mais árdua e difícil identificar a “organização”, uma entidade fixa, estável e homogênea. Vale lembrar ainda que organização pode ser definida como uma simples atividade de ordenamento, consistindo em fazer em parte com que pessoas e objetos apropriados cheguem a um local apropriado e um determinado momento (LATOUR, 1993). Para Czarniawska (1997), a organização exige ações que são sociais e políticas, materiais e simbólicas, orientadas cognitivamente e emocionalmente.

Nesse sentido, vale lembrar que algumas alterações no campo dos Estudos Organizacionais foram necessárias quando a teoria dos sistemas apareceu (CZARNIAWSKA, 2010). Para Czarniawska (2010), a partir dessa teoria, tornou-se necessária a criação de entidades independentes (unidades como sistemas abertos) separadas por fronteiras bem delimitadas do ambiente externo e relacionada com ele por meio da adaptação. Passamos a pensar essas unidades como “organizações”, um termo genérico derivado da expressão “organizações formais” (CZARNIAWSKA, 2010). Daí, a ideia, para Tsoukas (2013), que é impossível pensar sem o conceito de “organização”, pois o mundo se faz perceber como organizado ou, pelo menos, como organizável.

Diante disso, para Czarniawska (2010), a insistência em se estudar as “organizações” ' pode obscurecer aspectos fundamentais dos processos de organizar; processos de organizar sem organizações; processos organizacionais entre organizações; processos organizacionais apesar das organizações. Além disso, vale lembrar que esses

processos de organizar acontecem entre organizações, seja na forma de alianças ou esforços cooperativos, seja na forma de redes, ou de fusões e aquisições, ou a cooperação entre várias partes de diferentes organizações formais, com o propósito de desempenhar uma ação conjunta (CZARNIAWSKA, 2010, p. 144). Processos de organizar, lembra Czarniawska (2010), raramente estão contidos em organizações, apesar de poderem ocorrer dentro de suas fronteiras formais. Influenciada por Bruno Latour a respeito de seu estudo das sociedades, Czarniawska (2014) reitera que os pesquisadores no campo dos Estudos Organizacionais devem voltar sua atenção para o performático no lugar de apenas para as organizações; devem voltar-se para como as organizações acontecem, e não para como elas aparecem.

Vale ressaltar, que dentro da abordagem processual existe uma crescente influência da Teoria do Ator-Rede (TAR). Os estudantes da TAR têm focado não apenas nos aspectos relacionais da organização mas também no caráter relacional da produção do conhecimento organizacional (BLOOMFIEL; VURDUBAKIS, 1999; CZARNIAWSKA-JOERGES; HERNES, 2005; HERNES, 2008; LEE; HASSARD, 1999). O conhecimento gerado por estudos de organização da TAR tem sido de amplo alcance na ajuda a re teorizar tópicos como a visão da firma baseada em recursos (STEEN, 2010; STEEN; COOPMANS; WHYTE, 2006); Administração do conhecimento (HULL, 1999; SPENDER, 1996), sistemas de informação (BLOOMFIELD; BEST, 1992; LOWE, 2001), e administração e história organizacional (DUREPOS; MILLS, 2012).

Para os autores Alcadipani e Tureta (2008), no entanto, o mais importante para a TAR é o fato de que cada ordenamento é específico e somente pode ser analisado de forma empírica. Desta maneira, ela coloca em evidência a necessidade de que sejam realizadas pesquisas empíricas sobre como estas relações são desempenhadas cotidianamente, ao invés de se produzir e reproduzir um discurso de suposta denúncia repleto de chavões e senso comum que partem de perguntas auto-respondidas. Por exemplo, poderiam ser conduzidas pesquisas em empresas multinacionais na tentativa de perceber quais práticas e como ferramentas específicas de gestão produzem centros e periferias (e.g. avaliações de desempenho, expatriações, etc). Ou então procurar entender quais as lógicas específicas em organizações não tradicionais e até que ponto estas estabelecem centros e periferias de forma diferente. Por exemplo, os autores asserveram o fato de se estudar organizações comunitárias em favelas, cooperativas auto-gestionárias e movimentos populares oferecem múltiplas formas de organizar diferentes dos negócios tradicionais (ALCADIPANI; TURETA, 2008).

2.3 BREVE HISTÓRICO DAS FAVELAS BRASILEIRAS

De que modo o desvelamento da epistemologia dos processos organizacionais poderia afetar o campo de Estudos Organizacionais (EORs)? Certamente uma resposta nos levaria através do fornecimento de novos instrumentos, ampliando o campo, investigando a amplitude de organizações nas cidades, sua dimensão espacial e, no caso deste estudo, nos espaços que convencionaram chamar de “favela” no Brasil. Dessa forma, tentaremos aqui esclarecer pontos para a discussão desse território a partir da literatura sobre o tema e apresentando, por fim, alguns estudos do campo que também se engajaram nessa temática. O objetivo deste tópico é de tentar organizar uma percepção geral e relativamente clara da imagem e dos discursos da realidade diversa e complexa das favelas.

Mas o que é “favela”? Esse termo transporta em seu interior uma complexidade semântica maior da palavra da qual provém: favella, faveleira ou faveleiro uma planta da família das euforbiáceas comum nos morros da Favella localizado na Bahia, local de resistência de sertanejos e caboclos durante a Guerra de Canudos, e da Providência localizado no Rio de Janeiro. No entanto, a “Favela” é um termo gerador de muitas discussões. Os autores de *The Challenge of Slums* (O desafio das favelas), Relatório do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas – UN Habitat de 2003, conservam a percepção clássica de territórios privados, em sua maior parte, de serviços públicos e transportes municipais, caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia (DAVIS, 2006). Essa definição operacional, adotada oficialmente numa reunião da ONU em Nairóbi, em outubro de 2002, está “restrita às características físicas e legais do assentamento” e evita as “dimensões sociais”, mais difíceis de medir, embora, igualem-se, na maioria das circunstâncias, à marginalidade econômica e social.

Conforme Das e Poole (2004), não é difícil perceber, quando se chega a uma nova cidade, onde estão os espaços reservados aos considerados “marginais”, muito embora as fronteiras entre estes e outros espaços sejam muitas vezes imprecisas. As grandes cidades, desde sua origem, sempre procuraram destinar espaços, geralmente às margens aos “excluídos” ou “menos favorecidos” (DAS; POOLE, 2004).

Uma importante contribuição para o estudo sobre o agenciamento dessa máquina no Brasil é o trabalho de Lícia do Prado Valladares em seu livro “*A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*” que nos servirá para esclarecer algumas das

discussões sobre a favela. A autora discorre um processo histórico que, envolvendo diversos agentes sociais (governamental ou não), resulta na concepção de um termo negativo (a favela). O termo, assim, identificaria não apenas um determinado espaço específico, mas uma infinidade de territórios.

A referida autora, no seu percurso metodológico, tece comentários a partir de dois eixos históricos, o da periodização da atividade estatal sobre a favela do Rio de Janeiro, e o da construção social das representações da favela, chegando a apresentar uma espécie de “maquinação anônima”, no caso da sociedade carioca, voltada à produção social de um rosto favelado. Deve-se ressaltar em sua obra a utilização do termo “invenção” para designar as condições (discursivas e extra-discursivas) que permitiram fazer faltar um objeto – é a partir daí que ele ganha um nome (favela), que designa seu trabalho como uma “sociologia da sociologia da favela”.

Nesse sentido, entendemos a “favela” como uma identificação que se disseminou na reflexão sobre o urbano e em diferentes políticas aplicadas sobre cidades brasileiras. Certeau (2007) observa que os governantes estabelecem uma maneira de ver o urbano pelo alto, longe dos personagens que constroem o cotidiano das ruas e dos lugares. Esse olhar totalizante “tritura em si mesma toda identidade de autores ou espectadores” de uma cidade, produzindo um referencial e lugar distinto (CERTEAU, 2007, p. 170).

Valladares (2005) denomina “história propriamente dita” o primeiro eixo que corresponde às datas, eventos e conjunturas que marcaram as ações e intervenções do poder público sobre a favela, em momentos distintos de suas administrações. A autora estabelece um caminho a partir da periodização difundida das relações entre Estado e favela:

- 1) Anos 1930 – A gênese do processo de favelização do Rio de Janeiro e reconhecimento da existência da favela pelo Código de Obras de 1937;
- 2) Anos 1940 – A primeira proposta de intervenção pública corresponde à criação dos parques proletários durante o período Vargas;
- 3) Anos 1950 e início dos anos 1960 – expansão descontrolada das favelas sob a égide do populismo;
- 4) De meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970 – eliminação das favelas e sua remoção durante o regime autoritário;
- 5) Após 1980 – urbanização das favelas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e pelas agências de serviço público após o retorno à democracia;

- 6) Anos 1990 – urbanização das favelas pela política municipal da cidade do Rio de Janeiro com o Programa Favela-Bairro (VALLADARES, 2005, p. 22-23).

A “sociologia da sociologia” das favelas corresponde ao segundo eixo, que se sobrepõe ao primeiro, e se refere ao surgimento de um pensamento erudito sobre esse fenômeno social, dando ênfase aos atores, às representações e aos interesses que determinaram as ações intervencionistas. Para Valladares (2005), dá origem a uma outra historicização da construção social das representações da favela. A autora divide essa historicização em quatro etapas:

- 1º) Os antecedentes da invenção: que compreende o final do século XIX e início do XX, época dos cortiços, aqui vistos como as “sementes da favela”, do centro da cidade do Rio de Janeiro e do deslocamento de um grande contingente para as periferias e morros.

Nesse ponto, a autora nos mostra que o novo século se abre com o acirramento do controle biopolítico para a inscrição do país (a partir da capital federal) numa era de desenvolvimento e prosperidade à partir da higienização e descriminalização da cidade. A partir daí, nas primeiras décadas do século XX, engenheiros, médicos, homens públicos ligados à gestão da capital e jornalistas – deixam pouco a pouco de se interessar pelo cortiço, que se tornava uma “coisa do passado”, de importância menor para o higienismo [...], tornando-se alvo do discurso médico-higienista que condenam as moradias insalubres. Desse modo, a favela passa a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil. A autora constata que ao postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humanos para a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade, dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o habitat popular – já desde o século XIX agitando as elites cariocas e nacionais – fará emergir um pensamento específico sobre a favela do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005, p. 28).

- 2º) A elaboração de um mito de origem (Canudos): o período vai do início do século XX podendo se estender até 1950; corresponde ao povoamento dos morros da cidade (em especial o Morro da Providência) e à popularização do termo favela.

Nessa etapa, identificamos a origem da palavra favela, proveniente da Batalha de Canudos. Vale ressaltar que os territórios de favelas carregam esse mesmo nome, mesmo apesar de suas diferenças. Como consequência disso, eles passam a compartilhar uma série de estereótipos formados e estigmas que as levam muitas vezes a receber um tratamento comum. A autora esclarece que, após a guerra, os soldados que ali lutaram nesse conflito instalaram-se em construções provisórias nos morros da cidade para pressionarem o Ministério da Guerra a pagar os soldos atrasados. A partir desse fato, seguem duas interpretações:

A partir da leitura de textos escritos no início do século associa-se o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, ao povoado de Canudos, no sertão baiano. Na verdade, as duas histórias se sobrepõem, pois foram os antigos combatentes da guerra de Canudos que se estabeleceram no Morro de Canudos, a partir daí denominado Morro da Favella. A maioria dos comentaristas apresenta duas razões para essa mudança de nome: 1a) a planta favella [*Cnidioscolus quercifolius*], que deu seu nome ao Morro da Favella – situado no município de Monte Santo no Estado da Bahia – coincidentemente ser encontrada na vegetação que recobria o Morro da Providência; 2a) a feroz resistência dos combatentes entrincheirados nesse morro baiano da Favella, durante a guerra de Canudos, ter retardado a vitória final do exército da República e atomada dessa posição, representando uma vitória decisiva da batalha (VALLADARES, 2005, p. 29).

No entanto, de acordo com os relatos jornalísticos da época, a autora ressalta que as semelhanças da favela com Canudos vão muito além dessas duas interpretações: especificidade de um processo de crescimento urbano (ainda que fosse um povoado em área rural) rápido, desordenado e precário; a topografia de uma região de morro que faz dela um verdadeiro bastião, de acesso muito difícil; a ausência de propriedade privada do solo, substituída pela propriedade coletiva de terra; localização de difícil acesso; ausência de uma propriedade privada do solo; ausência do domínio do Estado e de instituições públicas (leis, polícia, municipalidades etc.) nesse território; liderança política em torno de figuras carismáticas (redes de solidariedade e reciprocidades); espaço capaz de condicionar o comportamento dos indivíduos, integrando os recém-chegados à identidade coletiva, homogênea e uniforme do grupo; economia informal fundamentada no roubo e nas pilhagens; um perigo para a ordem social de toda a região, inclusive de todo o sertão, um considerável risco de contágio (VALLADARES, 2005).

3º) A transformação da favela em problema social e governamental: embora tenha como marco histórico originário o período anterior, concomitantemente à emergência da favela como um problema social (objeto de muitos discursos políticos), sua formalização como objeto de tecnologias do governamental somente aconteceria quando a favela passa a ser, oficialmente, objeto do Estado, alvo de recenseamentos, o que advém a partir de 1947.

4º) A generalização da favela como conceito ou categoria sociológica e governamental: a partir de 1950, com o Recenseamento Geral, estabelece-se uma definição estatística do que é uma favela, ou seja, aglomerados humanos que cumprem, total ou parcialmente, 5 características:

- 1) Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
- 2) Tipo de habitação: predominância no agrumento de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos especialmente de folha de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
- 3) Condição jurídica da ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- 4) Melhoramentos públicos: ausência no todo ou em parte de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- 5) Urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (GUIMARÃES, 1953, p. 259 *apud* VALLADARES, 2011, p. 68-69).

No Brasil, como provavelmente pode ter ocorrido em outros lugares, a população de imigrantes e desempregados ocuparam vários espaços urbanos nas cidades com maior concentração nas construções baixas das periferias. Há, é claro, uma distinção entre as cidades norte-americanas em forma de “anel”, com os pobres concentrados no centro, em núcleos dilapidados e subúrbios mais pobres, e as cidades-“pires” européias, com a população aquilombada em prédios de muitos andares na orla externa da cidade (DAVIS, 2006). No ponto de vista de Davis (2006), a população que mora em favelas norte-americanas, por assim dizer, mora em Mercúrio; a européia, em Netuno ou Plutão; a brasileira, várias órbitas urbanas.

Essas regiões, igualmente descritas como “margens do Estado” (DAS; POOLE, 2008), refletem as características de divisões de um espaço social, no contexto contemporâneo (SANTOS, 2008) e a presença do Estado no país distribuído não de forma homogênea (ZALUAR; ALVITO, 2006). A partir dessas perspectivas, torna-se importante pesquisar a questão desses espaços para buscar soluções para essa dimensão tomada pela urbanização na sociedade brasileira.

Enquanto que reduzimos a favela como um local de pobreza e precariedade; e um território urbano dos pobres, acaba-se por reduzir a uma só categoria um universo múltiplo o que acarreta em consequências metodológicas que escondem a sua diversidade e a pluralidade de formas (VALLADARES, 2005). Além disso, segundo Brulon e Peci (2014), o dogma de que as favelas representam uma categoria única parece prevalecer, e é o resultado de uma invenção disso que hoje é chamado “favela”, como foi visto anteriormente. Valladares (2005) ao retomar as representações sociais das favelas desde as suas origens, mostra como elas passaram de um problema a ser resolvido, a partir de um discurso médico-higienista, a um problema que necessitava de organização, de conhecimento e de soluções.

O universo das favelas se tornou uma realidade mais complexa e mais diversificada do fenômeno que existia na sua gênese. A favela se tornou parte de uma realidade virtual, demonstrada por numerosos endereços eletrônicos de programas sociais de ONGs (Organizações não governamentais) ou de assistências nacionais e internacionais. Também vale ressaltar que muitos desses espaços estão integrados ao turismo nacional e a economia de mercado, por exemplo a favela da Rocinha é visitada por quase 2.000 turistas/mês (Valladares, 2005). Um outro ponto que merece destaque é o das iniciativas dos bancos comunitários como o Banco Palmas, no conjunto Palmeiras em Fortaleza, que criou uma moeda local e ajudou em termos de criação de empresas locais.

No Brasil, diante dos estudos que buscam apreender a dimensão espacial para analisar os objetos e temáticas próprios dos Estudos Organizacionais, nos quais normalmente são analisados os espaços urbanos da cidade (SOARES, 2000; CAPELLE; BRITO, 2002; CAPELLE *et al.*, 2002; CARVALHO; VERGARA, 2002; CASTILHOS; CAVEDON, 2004; LEMOS, 2004 ; PEREIRA; CARRIERI, 2005; IPIRANGA, 2010), percebe-se também pesquisas que se engajam a analisar os aspectos organizacionais das regiões das cidades descritas como favelas (CUNHA, 2011; FLEURY, 2012; LEITE, 2012 ; BRULON ; PECI, 2013; BRULON ; PECI, 2014; LACERDA, 2015). Alguns deles relatam a importância de se investigar as relações de poder dos organismos públicos nos “espaços precários das cidades”,

como Brulon e Peci (2013) que estudaram a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas zonas precárias das favelas do Rio de Janeiro (RJ). Por outro lado, Tenório (2003) observa a descentralização do poder graças a participação dos habitantes nos espaços das cidades. Vale ressaltar que este trabalho também se guia na proposta de autores como Marcelo Milano Falcão Vieira e Sueli Goulart, que enfatizam e demonstram a importância de se inserirem nos estudos organizacionais as temáticas de espaço e território, de modo a se assumirem as organizações como configuradoras e configuradas por e a partir do território no qual estão inseridas (e.g., VIEIRA e VIEIRA, 2003 ; GOULART *et al.*, 2010). Dentre os trabalhos que esses últimos influenciaram podemos destacar a pesquisa de Lacerda e Brulon (2013) também sobre Política das UPPs e espaços organizacionais precários e a tese de doutorado de Vanessa Brulon (2015) *(Des)organizando o espaço social de favelas: o campo burocrático do estado em ação no contexto da “pacificação”*.

3 A ABORDAGEM DA TEORIA ATOR-REDE (TAR)

Le laboratoire est devenu en effet le monde, et il nous manque les règles de la méthode expérimentale permettant de suivre cette expérimentation collective exercée pour l'instant en dépit du bon sens.

(LATOUR, 2001, p. 146).

Em uma breve introdução sobre os espaços observamos que a favela também pode ser apreendida no campo dos estudos organizacionais. O que então envolveria tentar entender processos organizacionais situados em uma favela através das lentes dos espaços. A partir desse interesse, busca-se dialogar com as principais premissas da Teoria do Ator-Rede (TAR) ou Sociologia das Translações (ou das Associações) no intuito de apresentá-la como uma alternativa para compreender o problema de pesquisa.

A Sociologia das Associações como a denomina Bruno Latour no livro “*Reassembling the Social: An Introduction to Actor Network Theory*” (2005) é aqui apresentada como um modelo de análise e de aspectos metodológicos que julgamos pertinentes para esta pesquisa. Nesta parte também ela será tratada em relação ao seu desenvolvimento histórico de uma preocupação com redes e atores humanos e não-humanos para os estudos que dela originaram e que redefiniram algumas de suas principais noções (LAW; HASSARD, 1999; ALCADIPANI; TURETA, 2009), considerando complexidades e multiplicidades. Nesse sentido e conforme será discutido nos próximos itens, este estudo considera mais especificamente a teoria das *urban assemblages* (FARÍAS; BENDER, 2010), ontologia de inspiração deleuziana que propõe a visualização da cidade em termos de composição (*assemblage*), no intuito de averiguar como a abordagem sociotécnica de Callon (1986), Law (1986) e Latour (1991) pode contribuir para os estudos organizacionais em cidades.

Neste esforço, serão feitas idas e vindas entre a apresentação da abordagem da Teoria do Ator-Rede e o que ela tem a oferecer ao problema de pesquisa. Deve-se reconhecer no entanto a sua dificuldade e limitações de operacionalização no território de análise. Nesse sentido, Latour (2005) foi o primeiro a reconhecer que essa teoria não diz nada de positivo sobre o que quer que seja mas que ela constituiria antes de tudo um argumento “negativo”. Em um diálogo fictício que o autor ilustra em um de seus livros, a um estudante que questiona seu professor sobre como a teoria poderia ajudá-lo em sua pesquisa, ele o respondeu:

O melhor que ela pode fazer por você é dizer algo como: “Quando seus informantes misturarem informação, hardware, psicologia e política numa frase, não a divida em

pedacinhos isolados; tente acompanhar a sequência dos elementos que pareceriam totalmente incomensuráveis caso você adotasse o procedimento normal. Isso é tudo. A ANT não pode lhe dizer positivamente o que seja a sequência (LATOURE, 2005).

A Teoria Ator-Rede porta sobre os modos de estudar as coisas e oferece um certo espaço aos atores para se exprimirem. Assim, ela será utilizada aqui tendo em vista suas limitações para o campo e terreno em estudo. É nesse intuito que serão neste tópico tratadas as suas contribuições enquanto esforço metodológico através dos seus princípios e regras em paralelo com sua forma de pensar e tratar a realidade que, ao invés de interpretar o mundo a partir de “grandes divisões”, visa narrá-lo levando em conta a sua hibridização.

3.1 ORIGENS E PREMISSAS: O MUNDO SOCIAL É PLANO!

A Teoria Ator-Rede (ou *Actor-Network Theory-ANT*), também conhecida como Sociologia das Associações e/ou *Actant-Rhizome Ontology* (Latour, 1999) provém da necessidade de uma nova teoria social adaptada dos estudos de ciência e tecnologia (ou *Science and Technology Studies – STS*), tendo como principais autores Callon (1986), Law (1986) e Latour (1991). A TAR fornece um olhar sobre a cartografia dos numerosos e entrelaçados atores implicados em um processo de inovação. Além disso, ela se preocupa com o processo no qual as coisas e as relações sociais são constituídas (LATOURE, 2012). Por exemplo, a criação e aplicação de uma dada política urbana pode ser entendida como o resultado de um longo processo de negociações, conflitos e disputas que acabam por alcançar uma certa estabilidade. Nesse sentido, a abordagem TAR fornece uma delimitação de uma ontologia alternativa para a cidade.

A partir da TAR, o termo social adquire uma compreensão diferente do da sociologia tradicional pois nela ele não designa um domínio da realidade, ele é mais o nome de “um movimento, uma mudança, uma transformação, uma tradução, uma gravação” (LATOURE, 2005). Assim, a TAR não parte de suposições pré-definidas sobre os fatores sociais, econômicos e técnicos. A presença de fatores, mais do que serem simplesmente postulados, devem ser demonstrados.

Uma das críticas da TAR à sociologia, praticada pelos “sociólogos do social” – como os denomina Latour (2005) – é pelo fato dela se deslocar constantemente entre dois lugares: as interações locais e o contexto global. Segundo Latour (2005), todo cientista social sabe muito bem que as interações locais não representam um bom ponto de partida na medida em que quando entramos em uma interação qualquer, nós nos percebemos rapidamente que

somos tomados por uma produção que nos ultrapassa. Toda interação dada parece, segundo Latour (2012), superabundar os elementos que já se encontram na dada situação, elementos vindos de outro tempo, de outro lugar e gerados por uma outra forma de existência, “a ação é sempre deslocada, articulada, delegada, traduzida” (LATOURE, 2005). Latour (2005) demonstra esses exemplos:

“Um bebê que aprende a falar encontra a sua língua já pronta no uso competente que sua mãe faz dela; um civil que fará uma queixa é intimado a comparecer perante o juiz e encontra um edifício jurídico solidamente estabelecido [...] Um operário que trabalha o dia inteiro num dos andares de uma fábrica que explora seus empregados não tarda a descobrir que seu destino foi determinado por agentes invisíveis que estão escondidos atrás das paredes do escritório na outra extremidade do estabelecimento” (LATOURE, 2012, tradução nossa).

Esses exemplos levam o autor a utilizar a metáfora segunda a qual as interações não são como um piquenique onde todo o alimento é reunido no local pelos participantes, mas sim uma recepção dada por alguns patrocinadores desconhecidos que preparam tudo nos mínimos detalhes – até o lugar para sentar-se já foi pré-inscrito por um “mordomo atento e autoritário” (LATOURE, 2005).

Dessa maneira, se um observador deseja apreender uma interação, sua atenção deve ser afastada e direcionada a outros lugares, outros tempos ou outras agências que parecem tê-lo moldado. O problema é saber para onde ir a partir dali (LATOURE, 2005). A partir daí, Latour (2005) enumera as seguintes questões:

Enquanto agimos, quais os outros atores agem ao mesmo tempo que nós? Porque estamos sempre sob o poder de forças independentes da nossa ação? Do fato da fala do bebê é realmente possível passar a “estrutura” da linguagem? A partir do civil que presta queixa há algum caminho para se ir a um “sistema” de lei? A partir do pavimento da fábrica exploradora há algum canal que leva a um “modo de produção capitalista” ou a um “império”? (...) Quanto essas questões são levantadas, a resposta é um desconcertante: não, sim, talvez (...) Pois por exemplo: “O sistema de direito não reside em nenhum lugar particular, mas é invocado de maneira não menos misteriosa em cada caso específico, conquanto se reconheça que ele deve ser feito de alguma totalidade *ad hoc* para cada caso”. Em todos os casos, para Latour (2012): “os aspectos estruturais parecem oferecer uma zona de conforto tão confortáveis quanto um ramo de urtigas” (LATOURE, 2005, tradução nossa).

Assim, se existe qualquer coisa que torne possível uma interação, ao trazer para a cena a maioria dos seus ingredientes necessários, para Latour (2005), essa “alguma coisa” ao mesmo tempo está presente por trás e é demasiado abstrata para fazer o que quer que seja.

O autor explica que a estrutura é ao mesmo tempo forte no poder de explicação de uma determinada interação, porém ao mesmo tempo distante para ser eficaz (LATOURE,

2005). Conforme Latour (2005), por esse motivo que os sociólogos passam de um lugar ao outro, passando de “aspectos estruturais profundos” para as interações mais “reais” e mais “concretas”.

3.1.1 Da sociologia do social...

A partir da constatação de que o social não pode ser apreendido como um material ou um domínio particular, Bruno Latour (2005) propõe uma teoria alternativa, a Teoria do Ator-Rede. O autor contesta o projeto sociológico de fornecer uma “explicação social” a um estado de coisas dadas. Assim, Latour (2005) retoma as ideias de Gabriel Tarde que sustentou que o social não era um domínio especial da realidade, e sim um princípio de conexões e que não havia motivo para separar o “social” de outras associações como, por exemplo, os organismos biológicos. Ainda influenciado por Tarde, Latour (2005) acrescenta que o autor considerava o social como um fluido circulante que devia ser seguido por novos métodos, e não um tipo específico de organismo. A modernidade, nos explica o autor, a ciência era uma necessidade absoluta, a ser prolongada indefinidamente, sem nenhuma preocupação, não impedindo seu progresso (LATOUR, 2005). O que então foi designado pelo termo “sociedade” sofreu uma mudança radical, o que se deve em grande parte a própria multiplicação dos produtos da ciência e da tecnologia. Esse fato teria uma consequência direta:

Já não se sabe ao certo se existem relações específicas o bastante para serem chamadas de “sociais” e agrupadas num domínio especial capaz de funcionar como uma “sociedade”. O social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular. Assim, nem ciência, nem sociedade permaneceram estáveis o suficiente para cumprir a promessa de uma sociologia forte (LATOUR, 2005, tradução nossa).

Entretanto, vale ressaltar que Latour (2005) reconhece que na maioria das situações é indispensável se recorrer à essa maneira de exercer a sociologia na medida em que ela ofereceria atalhos cômodos permitindo designar todos os componentes já aceitos do mundo comum. Nesse sentido, segundo o autor, seria pretensioso se privar da utilização de noções tais como “classes populares”, “cultura Maori”, “socialização”, “contexto político”, “capital social”, “construção social”, “agente individual”. No entanto, em situações nas quais as inovações proliferam, em que as fronteiras de grupo são incertas, em que o leque de entidades a considerar flutua, a sociologia do social não conseguiria mais encontrar novas associações de atores (LATOUR, 2005).

Dessa forma, Latour (2005) propõe redefinir a noção de “social” afim de dá-la seu sentido inicial para torná-la capaz de traçar conexões de relações locais com identidades mais abrangentes por meio de uma concepção espacial de redes. Nesse intuito, Latour (2005) propõe questionar as definições de conceitos essenciais:

Que vem a ser uma sociedade? Que significa a palavra “social”? Por que se diz que determinadas atividades apresentam uma “dimensão social”? Como alguém pode demonstrar a presença de “fatores sociais” operando? Segundo quais critérios podemos dizer que um estudo da sociedade é um bom estudo? (LATOURE, 2005, tradução nossa).

Segundo o autor, a abordagem sociológica tal como ela é posta em prática postula a existência de um tipo de fenômeno específico que ela denomina “ordem social”, “prática social”, “dimensão social” ou ainda “estrutura social” (LATOURE, 2005). Ainda, esse domínio da sociologia necessitaria se distinguir de outras esferas como economia, geografia, biologia, psicologia, direito, ciência e política. Um fenômeno específico era considerado “social” ou “inerente à sociedade” quando apresentava por definição propriedades específicas negativas ou positivas. As primeiras, o fenômeno não devia ser “puramente” biológico, lingüístico, econômico, natural; para os segundos, ele devia compor, reforçar, exprimir, preservar, reproduzir ou subverter a ordem social (LATOURE, 2005). Segundo Latour (2005), uma vez definido esse domínio, podia-se usá-lo para apreender outros fenômenos sociais, o social explicando o social e fornecendo, assim um certo tipo de explicação para aquilo que escapava a outros domínios.

Por exemplo, Latour (2005) constata que, segundo os sociólogos, mesmo se o direito dispõe de uma força própria, alguns de seus aspectos seriam mais compreensíveis se ajustássemos uma “dimensão social”; mesmo se a psicologia se desenvolve a partir de seus próprios motivos internos, alguns de seus aspectos mais intrigantes se devem à “influências sociais”; embora a ciência da administração tenha suas regras, convém-lhe às vezes levar em conta circunstâncias sociais, culturais e políticas à altura de explicar por que certos princípios organizacionais sólidos nunca são postos em prática (LATOURE, 2005).

Para Latour (2005), a “sociologia do social” se tornou a configuração padrão de nosso “*software* mental”. Como efeito, segundo o autor, a sociologia, no imaginário coletivo possui como atividade: estudar a sociedade e seus mecanismos de construção. Nesse sentido, existiria um “contexto” no qual se ocorrem as atividades sociais e não sociais que seria definido como um domínio particular da realidade que somente os sociólogos poderiam estudar. Nesse caso, na medida em que os agentes comuns estão sempre situados no interior

da situação que os abrange, eles podem, na melhor das hipóteses “fornecer informações” e, na pior, ignorar sua existência, cujo efeito total só é percebido pelos olhos mais disciplinados dos cientistas sociais (LATOURE, 2005). Esses, tratando seus estudos, imitam com sucesso as ciências naturais quando se mostram tão objetivos quanto as outras disciplinas graças ao emprego de ferramentas quantitativas e qualitativas. E, quando os cientistas sociais são solicitados a dar seu parecer sobre engenharia social ou a acompanhar uma mudança social, alguma consequência política deve seguir-se a esses estudos, mas só depois que um conhecimento suficiente tenha sido acumulado.

A partir daí, a sociologia dispõe de ferramentas teóricas para analisar a sociedade que se encontram atrás de nós e nos abrange: estruturalismo, funcionalismo, culturalismo, etc. A teoria constituiria um modelo explicativo e os sociólogos desejariam, a utilizando, estabelecer a prova de que eles avançam (LATOURE, 2005).

3.1.2 À sociologia das associações

Na sua abordagem da sociologia, Bruno Latour (2005) rejeita a maneira tradicional de fazer sociologia postulando que a ordem social não possui nada de específico, que não existe nenhuma “dimensão social”, nenhum “contexto social”, “nenhum domínio distinto da realidade ao qual poderíamos colar a etiqueta “social” ou “sociedade””. Da mesma maneira, não existe nenhuma “força social” para nos explicar os fenômenos residuais aos quais outros domínios não poderiam dar-se conta. Para Latour (2005):

Que os membros sabem muito bem o que estão fazendo, mesmo quando não falam a respeito para satisfação dos observadores; que os atores nunca estão inseridos num contexto social e são, por isso mesmo, muito mais que meros “informantes” (LATOURE, 2005, tradução nossa).

Também e sobretudo, para Latour (2005), mais do que considerar o social como um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, será necessário concebê-lo como um movimento peculiar de associações. Apesar das duas abordagens expostas parecerem incomensuráveis, o autor considera que sua abordagem busca “seguir as associações” contrariamente à primeira abordagem que se define como a “ciência do social”. Tomando esse sentido particular:

Sob este ângulo, o adjetivo “social” não designa uma coisa entre outras, como uma ovelha negra entre ovelhas brancas, e sim um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais (LATOUR, 2005, tradução nossa).

Formulada dessa maneira, a abordagem expõe a sociologia ao risco de a diluir, fazendo-a portar todo tipo de agregados: reações químicas, ligações jurídicas, forças atômicas, empresas e partidos políticos. Mas é exatamente esse o caminho que a abordagem da Teoria do Ator-Rede quer estabelecer: que todos os elementos heterogêneos possam se encontrar de maneira recombinação de uma maneira inédita e dar lugar à novas *assemblages* (composições) (LATOUR, 2005). Essa é na verdade, segundo Latour (2005), a experiência cotidiana que fazemos do “social”. Por exemplo, ele demonstra a partir de exemplos como quando um novo perfil profissional aparece no mercado, quando uma nova vacina é comercializada, quando um novo movimento político está sendo criado, um novo sistema planetário está sendo descoberto, uma nova lei está sendo votada, uma nova catástrofe está ocorrendo:

A cada instância, precisamos reformular nossas concepções daquilo que estava associado, pois a definição anterior se tornou praticamente irrelevante; não estamos certos do que significa o termo “nós”; é como se estivéssemos atados por “conexões” que não lembram em nada os vínculos sociais (LATOUR, 2005).

Através dessa constatação, Latour (2006) se interroga: Não é dessa maneira que nos encontramos na maioria das vezes face a face com a dimensão social de nossa existência? Para o autor, é justamente à essa questão que a sociologia das associações tenta responder, tendo em conta esse sentimento de crise e seguindo as novas associações que se revelam (LATOUR, 2005). Essa noção de social, para Latour (2005), deve ser mais ampla do que a usualmente chamada por “social” e, ao mesmo tempo, estritamente limitada à busca de novas associações e à arquitetura criada por essas composições. É por essa razão que Latour (2005) não define o social como um domínio específico, uma esfera exclusiva, mas como um movimento particular de reassociação e recomposição.

Segundo a visão da sociologia das associações, Latour (2005) explica que o direito, por exemplo, não deve ser visto como algo explicável pela “estrutura social” além de sua lógica interna; ao contrário, sua lógica interna é que pode explicar alguns traços daquilo que faz uma associação durar mais e estender-se por uma escala mais vasta. Nesse sentido, o autor se interroga “sem os precedentes legais para estabelecer conexões entre um caso e a norma geral, como inserir uma matéria “no contexto mais amplo”?” (LATOUR, 2005). Da mesma maneira, a ciência não precisa dar lugar ao “quadro social”, moldado por “forças sociais” tanto quanto por sua própria objetividade, pois os objetos dela deslocam, eles

próprios, qualquer contexto, graças aos novos elementos que os laboratórios de pesquisa associam de maneira imprevisível. O autor ainda acrescenta que as organizações não precisam ser inseridas em “contextos sociais mais amplos” porque elas mesmas dão um significado muito político ao que significa estar dentro de uma rede “maior” de negócios (LATOUR, 2005).

Enquanto que a abordagem sociológica clássica buscaria explicar os fenômenos através de agregados sociais que operam por trás deles, para a sociologia das associações não há nada subjacente a essas atividades, embora elas possam ser agrupadas de modo a produzir – ou não – uma sociedade. Nesta abordagem, o social não designaria mais uma propriedade segura e simples mas um movimento que às vezes não consegue traçar uma nova conexão e redesenhar um conjunto bem formado. Além disso, para Latour (2005), a “explicação social” teria se tornado contraproducente pois ela interromperia o movimento de associações no lugar de retomá-lo. A sociologia das associações pretende seguir o trabalho de associações e de coleta que “a sociologia da explicação social” suspende ou suspendeu. Pois os sociólogos teriam começado pela sociedade ou outros agregados sociais quando deveriam acabar por eles. E ainda, imaginaram a sociologia limitada a um domínio específico, ao passo que os sociólogos devem ir atrás de quaisquer novas associações heterogêneas (LATOUR, 2005).

Interessante ressaltar que, por se basear nessa ontologia simétrica, fluida e plana, a abordagem ator-rede já foi rotulada por ser acrítica e de não pressupor a existência de dominações, desigualdades, injustiças ou assimetrias. Ela, porém, no lugar de presumir explicações estruturais para esse fato, busca desvelar os processos e as práticas que reproduzem tais assimetrias na distribuição dos recursos e dotam os atores (humanos e não-humanos) de poder e capacidade de agenciamentos.

3.2 “SEGUIR OS PRÓPRIOS ATORES”

Uma das características-chave da TAR é o seu foco em “seguir” atores humanos e não-humanos (*e.g.* computadores, editais, conferências) e como eles se envolvem em atividades sociopolíticas que servem para agenciar (do francês *assembler*, também traduzido por montar ou compor, que oferece uma ideia de associações híbridas entre humanos e não-humanos) o conhecimento (LATOUR, 2005). Os seus autores argumentam que no agenciamento do conhecimento organizacional (*i.e.*, tanto na criação de um senso organizacional quanto nas ideias centrais dentro e envolta de uma organização) existe um

ponto, ou uma pontuação, onde a fluidez das práticas organizacionais e ideias se tornam uma “caixa preta” e as pessoas perdem de vista os processos humanos e não-humanos em suas produções (DUREPOS; MILLS; HELMS MILLS, 2008): uma organização é uma entidade aparentemente estável por fora, obscurecendo suas relações sociais precárias que a estabilizam por dentro (LATOURE, 1987).

Para Latour (2012) o social deve ser apreendido pelos traços que ele deixa (experimentalmente) quando uma nova associação é constituída através de elementos que não são de modo algum “sociais” por natureza. Por esse motivo, essa teoria se chama “Teoria Ator-Rede”. Nesse sentido, o ator seria:

não importa qual elemento que busca dobrar o espaço envolta dele, a tornar outros elementos dependentes dele, a traduzir as necessidades na sua própria linguagem. Um ator denivelaria ao redor dele um conjunto de elementos e de conceitos para descrever o mundo social e natural. Dizendo aquilo que pertenceria ao passado e ao futuro, definindo o que é antes e depois, batizando os calendários, e desenhando cronologias, ele impõe uma temporalidade. O espaço e sua organização (...) (CALLON; LATOUR, 2005, tradução nossa).

Por essa razão também que ela pode se chamar “sociologia das associações”, “sociologia da tradução”, “ontologia do actante-rhizoma” ou ainda “sociologia da inovação” e ANT (*Actor-Netowork Theory*) em inglês. O acrônimo inglês ANT é interessante na medida em que na língua inglês ele significa “formiga”. Ou, um viajante míope que segue os traços, marchando cego e em grupo, escrevendo para outras formigas (LATOURE, 2005).

Dessa forma, Latour (2005) chama atenção para o fato dessa teoria não restringir os atores ao papel de meros informantes, mas sim devolver-lhes a capacidade de elaborar suas próprias teorias sobre a constituição do social. A Teoria Ator-Rede constituiria a “seguir os atores”. Essa atividade consistiria em:

Tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, quais métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer (LATOURE, 2005).

Nesse sentido, a “sociologia do social” possuiria um “terceiro idioma” para traduzir a linguagem dos atores. Ela seria fabricada no “social”, segundo Latour (2005). Por outro lado, na abordagem da sociologia das associações, “longe de se mostrar estável e sólida, esta é apenas uma fagulha ocasional gerada pela modificação, pelo choque, pelo leve deslocamento de outros fenômenos sociais” (LATOURE, 2005, p. 63). Para Latour (2005),

ainda, é imperativo resistir a ideia de que existiria um “dicionário” no qual todo o vocabulário dos atores seria traduzido por um número restrito de verbetes do léxico social. Para utilizar a sociologia das associações, deve-se ter “coragem de não substituir uma expressão desconhecida por um termo corriqueiro” (LATOURE, 2005, p. 78). Ainda segundo Latour (2005), os sociólogos do social estariam sempre prontos a produzir termos precisos, bem escolhidos e sofisticados para exprimir aquilo que eles dizem que os atores dizem. Dessa forma, corremos o risco de confundir duas metalinguagens – pois também os atores possuiriam sua própria metalinguagem elaborada e plenamente reflexiva. Assim a Teoria Ator-Rede prefere supor que os observadores dispõem de uma infralinguagem, algo que não possui outro sentido além de permitir o deslocamento de um quadro de referência a outro (LATOURE, 2012).

3.3 OS ESPAÇOS DA TEORIA ATOR-REDE (TAR)

Na abordagem ator-rede espaço e tempo são resultados de modos que elementos heterogêneos estão relacionados entre si, distanciando-se assim da visão euclidiana de espaço e tempo como eixos abstratos que contêm e restringem eventos (DOS SANTOS, 2011). Também nesse tópico será explicado o uso do termo “topológico” nessa abordagem que é utilizado para apreender o espaço como produzido a partir das relações entre suas partes (LAURIER, 2004), assim como a influência do filósofo francês Michel Serres sobre a TAR, que dialoga com uma geografia filosófica, conforme Bingham e Thrift (2000) e os pressupostos topológicos de espaço como regiões, redes, fluídos e fogo, segundo Law e Mol (1994).

3.3.1 Influência de Serres

Law (2007) e Bingham e Thrift (2000) destacam a influência do filósofo francês Michel Serres sobre as ideias dos teóricos da abordagem ator-rede. Conforme Law (2007), as ideias de Serres sobre ordem e desordem originaram muitos dos conceitos utilizados pela TAR. Como exemplo podemos citar o conceito de translação quando o autor faz uso de uma série de metáforas para imaginar mensageiros que transitam entre diferentes ordens ou entre ordens e desordens, que estabelecem conexões precárias entre lugares que não pertencem ao

mesmo mundo. As ideias de Serres sobre tempo e espaço nos ajudaram a compreender a perspectiva de tempo e espaço da TAR que será desenvolvida no próximo tópico.

Bingham e Thrift (2000) enumeram quatro ideias de Serres que influenciaram a TAR e particularmente Bruno Latour, Primeiro, a inclinação antropológica de Serres, mas de um tipo particular de antropologia: uma viagem por meio do discurso. Em livro de uma longa entrevista que Bruno Latour realizou com Michel Serres (SERRES; LATOUR, 1995), o filósofo francês explica ao teórico da abordagem ator-rede seu método de trabalho que aproxima elementos distantes no tempo linear. Por exemplo, Serres aproxima ideias do pensador romano Lucretius (aproximadamente 96 a 55, a.C.) com os estudos atuais da mecânica dos fluidos. Nesse intuito, Serres utiliza um operador que frequentemente dá o nome de Hermes – um mediador livre que vaga por um tempo não linear e estabelece conexões. Seu método de trabalho envolve “trazer luz – sua claridade, claro, mas especialmente sua velocidade!” (SERRES; LATOUR, 1995, p.66, tradução nossa).

O segundo ponto que influenciou a abordagem ator-rede destacado pelos autores seria o modo como o autor apreende a relação a tempo e espaço. Nesse sentido, o filósofo é indiferente a distâncias temporais (BINGHAM; THRIFT, 2000). Como terceiro e influência, Bingham e Thrift (2000) consideram a suspeita de Serres das grandes categorias analíticas. Seu método é de reaproximação e relacionamento entre categorias; caracterizado como de um movimento rápido, um “comparativismo” congruente; trata-se de um método de espaços entre, de conjunção, de aproximação.

Em sua entrevista para Bruno Latour (1995), Serres destaca não fazer suas abstrações começando de alguma coisa ou alguma operação, mas através de uma relação, um relacionamento. A leitura dos meus livros pode parecer difícil porque ela muda e se move todo o tempo. (SERRES; LATOUR, 1995, p.104, tradução nossa).

Vale ressaltar que neste estudo isso também se reflete no método; por exemplo, como observado nos tópicos anteriores, Latour (2005) sugere tornar o mundo social o mais plano possível, por meio de realocar o global, redistribuir o local e conectar os lugares revelados nesses dois passos.

Conforme Bingham e Thrift (2000), a ênfase no objeto seria o quarto ponto de influência das ideias de Serres sobre a TAR, principalmente devido aos numerosos objetos manufaturados desde a Revolução Industrial e as novas relações que eles criaram. Serres quer escrever um novo “contrato” com esses objetos que nos deram poderes nunca sonhados pelas gerações anteriores. Serres descreve do seguinte modo o primeiro contrato:

“[...] Por exemplo uma maçã – aquela que Eva deu ao seu primeiro amor. Um presente, uma aposta, um fetiche, uma primeira mercadoria, que traça pesadamente pela primeira vez a relação de amor, desobediência, conhecimento, risco e louca profecia – essa fruta trouxe a primeira coletividade humana, a mais simples da história. Encontramo-nos nus, amantes, mortais e pecadores, já posicionados diante da árvore da ciência e já posicionados diante de um tribunal – divino, moral, civil, penal, decidindo sobre o bem e o mal – tudo devido a essa maçã, essa causa e coisa, o primeiro objeto.[...] Então, assim é como a história se deu: [...] O primeiro objeto torna o contrato mais pesado e denso, [...]. Finalmente, a ciência chega, em que os objetos tornam-se separados das relações, mas constroem novas. Este ‘*feedback*’ entre nossas relações e objetos nunca terá um fim.” (SERRES; LATOUR, 1995, p. 200 e 201, tradução nossa).

À respeito do tempo e espaço, Serres (SERRES; LATOUR, 1995) acrescenta que atualmente a visão moderna de tempo que considera que, à medida que avançamos no tempo, cada etapa que segue deixa para trás uma etapa anterior é predominante. Seja na perspectiva da ciência, em sua busca por excelência, ou naquela do historicismo, os dois grupos supõem que o tempo se desenvolve de um modo linear; isto é, que realmente há uma enorme distância, mais que muitos séculos, entre textos romanos de antes de Cristo e a física atual – não importando se esse tempo é cumulativo, contínuo ou interrompido, ele sempre se mantém linear. Além disso, para o filósofo, essa perspectiva moderna mais se assemelha a uma trajetória de uma competição, cujo vencedor tem o direito de reinventar a história em seu próprio benefício.

Para Serres, porém, o tempo é na verdade algo mais complicado que isso. Nesse ponto, o autor faz relação com a teoria do caos e de atratores fractais por meio dos quais a desordem que ocorre na natureza pode ser explicada, ou reorganizada; para a qual o acaso é de certo modo determinado, e a desordem é produzida por uma ordem subjacente. Segundo Serres:

[...] o tempo nem sempre flui como uma linha [...] nem como um plano, mas ao invés, como uma extraordinária mistura complexa, como se ele refletisse pontos de parada, rupturas, vales profundos, [...], aberturas – tudo disseminado de modo randômico, ao menos em uma desordem visível (SERRES; LATOUR, 1995, p. 57, tradução nossa).

Ressalta-se ainda que, para Serres, o Tempo, em um nível profundo, tem o mesmo significado que tempo quando remete a condição meteorológica (*weather*, em inglês); sendo, assim, precário, no sentido de fluir de maneira caótica. Nas palavras de Serres, o tempo:

Sim, ele passa, e ele também não passa. Devemos trazer a palavra passar mais perto de *passoir* – coar. O tempo não flui; ele filtra. Isso significa precisamente que ele

passa e ele não passa. [...] Em um filtro, um fluxo passa, enquanto outro não. (SERRES; LATOUR, 1995, p. 58, tradução nossa).

Bingham e Thrift (2000) vêem nisso o fato de que Serres não toma em conta as distâncias de tempo. Em uma cultura a noção de tempo linear pode fazer elementos parecerem muito distantes um do outro quando no entanto são próximos; ou, ao contrário, existem elementos que parecem muito próximos que, na verdade, estão muito distantes um do outro (SERRES; LATOUR, 1995).

Além disso, segundo Latour (SERRES; LATOUR, 1995), Serres possui uma visão de espaço topologicamente diferente para entender tempo. O autor acrescenta:

Mais intuitivamente, esse tempo pode ser esquematizado por um tipo de diversidade dobrável, múltipla e flexionável. [...] Todos ficam surpresos que depois de 1935 os nazistas, em um país avançado cultural e cientificamente, adotaram o comportamento mais arcaico. Mas estamos sempre simultaneamente tendo gestos que são arcaicos, modernos e futurísticos. [...] Um objeto, uma circunstância, é assim policrônica, multitemporal, e revela um tempo que é composto junto, com múltiplas pregas. (SERRES; LATOUR, 1995, p.59-60, tradução nossa).

Sobre a presença do que é arcaico, Serres afirma: “arcaísmos sempre podem ser encontrados entre nós [...]. Somos arcaicos em três-quartos das nossas ações. Poucas pessoas e menos ainda pensamentos são completamente congruentes com a data de seus tempos.” (SERRES; LATOUR, 1995, p.61, tradução nossa).

Ainda sobre esse tempo dobrável, em outro momento Serres questiona:

Que coisas são contemporâneas? Considere o modelo mais recente de um carro. Ele é um agregado fundamentalmente distinto ou diferente de soluções científicas e técnicas que datam de diferentes períodos. É possível datá-lo componente a componente: esta parte foi inventada na virada do século, outra, dez anos atrás, e o círculo de Carnot é de quase duzentos anos atrás. Sem mencionar que a roda data de antes dos tempos neolíticos. O conjunto é contemporâneo somente por meio da montagem, do seu projeto, sua finalização, algumas vezes somente por meio do estratagema da propaganda que o envolve. (SERRES; LATOUR, 1995, p. 45, tradução nossa).

Essa noção de tempo que pode ser esquematizado por um tipo de diversidade dobrável, múltipla e flexionável, leva Serres a uma noção espacial particular:

Se você pega um lenço e estica com o objetivo de passá-lo, você pode ver nele certas distâncias e proximidades fixas. Se você desenha um círculo em uma área, você pode marcar pontos próximos e medir distâncias. Então pegue o mesmo lenço e dobre-o, para colocá-lo em seu bolso. Dois pontos distantes, subitamente estão próximos, mesmo superpostos. Se, em outro momento, você separa em certos lugares, dois pontos que estavam próximos podem tornar-se distantes. Esta ciência da proximidade e fissuras é chamada topologia, enquanto a ciência das distâncias

estáveis e bem definidas é chamada geometria métrica. O tempo clássico está relacionado com geometria, não tendo nada a ver com espaço, [...]. Ao contrário disso, inspire-se na topologia, e talvez você irá descobrir a rigidez dessas proximidades e distâncias que você considera arbitrárias. E sua simplicidade, no sentido literal da palavra *pli* (dobrar): é simplesmente a diferença entre topologia (o lenço é dobrado, amassado, separado) e geometria (o mesmo tecido é passado plano) (SERRES; LATOUR, 1995, p. 60, tradução nossa).

3.3.2 Os pressupostos topológicos: espaços como regiões, redes e fluidos

A visão de tempo e espaço como regiões, redes e fluidos merece destaque neste estudo. Focando na perspectiva de John Law (2003), serão apresentados alguns outros aspectos sobre espaço e tempo

Law (2003), a partir dos estudos da abordagem ator-rede, procura investigar possibilidades de tratar as dificuldades com o termo “rede”; por exemplo, conotações diferentes – que aquelas aplicadas pela TAR – que o termo assume: considera-se que vivemos em meio a “redes sociais”, viajamos usando uma “rede de trens” e estamos enredados em “redes de poder”. Para o autor, influenciado por Serres, pensar topologicamente pode ser uma forma de tratar a questão. A topologia é um ramo da matemática, no campo das geometrias não euclidianas, em que se investigam as propriedades de figuras geométricas que permanecem invariantes sob transformações topológicas (como ações de encolher, esticar, deformar etc.) (SPERLING, 2008). Em seus textos, Law e seus coautores (LAW; MOL, 1994; LAW; MOL, 2003; LAW, 2002; LAW; SINGLETON, 2003) investigam quatro formas de espacialidade: euclidianismo e regionalismo (com as quais estamos mais familiarizados), redes (forma proposta nos primeiros estudos da TAR), fluidos e fogo (formas propostas a partir dos novos desdobramentos dessa abordagem, conhecidos como TAR e Depois, que redefiniram algumas de suas principais noções).

O conceito de espaço, a partir dos estudos da Teoria do Ator-Rede (TAR), problematiza muitas questões atreladas a múltiplas topologias, especialmente, porque Mol e Law em *Regions, Networks and Fluids: anaemia and Social Topology* (1994) o divide em quatro tipos. O estudo desses autores tem o enfoque em médicos que combatem doenças tropicais e o tratamento da anemia. No entanto, os autores apresentam pressupostos topológicos a respeito do desempenho de proximidade e de diferença social argumentando que o social não existe em apenas um tipo de espaço, mas performa-se com repetições e modos topológicos heterogêneos, diante de controvérsias investigativas.

Partindo de práticas cotidianas, Law e Mol (1994) apresentam o estudo sobre a forma com a qual médicos tropicais tratam a anemia analisando três formas de topologias sociais diferentes. Os autores partem das seguintes questões: onde está a anemia? Onde encontrá-la? Desso modo, percebe-se que a anemia é distribuída pelo corpo humano dentro de um grande número de conexões de veias, vasos, artérias e capilares, isto é, o sangue percorre esses espaços para atingir os órgãos de um paciente.

Entretanto, os autores consideram que o anatomista necessita ir além, realizando investigações que tomassem em conta as dimensões sociais e a localização relacionadas a questões espaciais geradas pela anemia. Dessa forma, o objetivo do estudo empírico foi considerar a vinculação da anemia às teorias sociais (MOL; LAW, 1994).

O primeiro conceito proposto é o de região. Uma região é definida onde um conjunto ou agrupamento é identificado e atribuído a limites específicos ou territórios delimitados e conforme a TAR é considerado homogêneo. Para se criar mapas regionais é necessário estressar similaridades dentro de regiões e diferenças além das fronteiras. O segundo conceito define os espaços como “redes” nos quais a distância se refere a um ponto de partida, na qual é capaz de se diferenciar da variedade relacional e, dessa forma, se apresenta com a função de relacionar elementos. As redes são compostas pelos chamados móveis imutáveis que são uma descrição de como as redes criam regiões (LATOUR, 1988). Os elementos (ou actantes, conforme a TAR) são imutáveis pois nem os objetos nem as suas relações mudam, mas são móveis pois possuem a habilidade de se mover de um lugar para outro ou unir dois locais em uma rede (MOL; LAW, 1994).

Segundo Latour (2001), os móveis imutáveis são tipos de inscrição, ou seja:

Termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade em um signo, em um arquivo, em um documento, em um pedaço de papel, em um traço. [...] São sempre móveis, isto é, permitem novas translações e articulações ao mesmo tempo que mantêm intactas algumas formas de relação. Por isso são também chamadas de ‘móveis imutáveis’, termo que enfatiza o movimento de deslocamento e as exigências contraditórias da tarefa (LATOUR, 2001, p. 350).

A metáfora da rede vem da semiótica, da sua aplicação no campo da linguagem. Porém, os autores ressaltam, que os elementos da rede não são necessariamente palavras, e as relações entre elas não dizem respeito necessariamente a sentido uma a outra. Elementos da rede podem ser máquinas ou gestos. Os autores caracterizam o último tipo como sendo o espaço fluido e suas relações constituem todo tipo de (co)constituição (MOL; LAW, 1994). Portanto, em um espaço em rede a proximidade não é métrica. O “aqui” e o “ali” não são

objetos ou atributos que residem dentro ou fora de um conjunto de delimitações ou fronteiras. Ao invés disso, proximidade diz respeito a identidade de um padrão semiótico. Conforme os autores, se trata de uma questão dos elementos da rede e da maneira como eles se mantêm unidos (MOL; LAW, 1994). Lugares que possuem um conjunto similar de elementos e relações entre eles são próximos uns dos outros, e aqueles com elementos e relações diferentes estão afastados. Redes coexistem e elas podem se envolver como em uma trama umas as outras. Os autores consideram os espaços fluidos nos quais os lugares são caracterizados por não possuírem fronteiras claras e nem serem ligados através de relações estáveis. O espaço, assim, se comporta em uma “continuidade líquida” e as entidades podem ser diferentes ou semelhantes em locais distintos. Vale ressaltar que nenhum dos tipos de espaço é mais ou menos importante que o outro, em vez disso, eles se encontram juntos (MOL; LAW, 1994).

Law e Mol (2003) acrescentam que a espacialidade fluida é uma possibilidade, uma terceira versão de espaço possível na TAR. Como exemplo, os autores citam o caso da bomba d’água no Zimbábwe, pesquisado por De Laet e Mol (2000). Resumidamente, a bomba é um sucesso e se espalha por todo país porque ela muda seu formato, tanto no espaço euclidiano quanto no espaço da rede. Como ela não se mantém estável na rede, poder-se-ia supor que se trata de uma rede que falhou, não conseguiu manter sua invariância – mas ela mostra variância; é um móvel mutável. Ou se poderia questionar se é a mesma em dois lugares; o analista da rede diria que não, mas também faz sentido dizer que é a mesma bomba, a bomba do Zimbábwe que se move pelo país precisamente porque não é um formato invariante. A conclusão de De Laet e Mol (2000) é que seria mais útil pensar esse objeto como um objeto fluido; um objeto que flui e muda seu formato, gentilmente – isso porque as mudanças que acontecem no objeto não são abruptas, a ponto de gerar o desaparecimento do objeto ou sua classificação como objetos diferentes. Trata-se de um objeto resultante de um conjunto de relações que mudam; um oxímoro: algo que muda e ao mesmo tempo permanece o mesmo (LAW; SINGLETON, 2003).

Figura 1 - Metáfora de espaços, segundo Law e Mol (1994)

Metáfora das regiões	Metáfora das redes	Metáfora dos fluidos
<p>As divisões são nítidas, nas quais não há sobreposição de campos. ou as coisas estão de um lado ou do outro lado da fronteira: há o que está dentro e o que está fora. Se limita ao espaço físico localizado geograficamente, como por exemplo protocolos que dividem regiões.</p>	<p>1 – Relações: Vê o espaço com conjunto de de associações entre Elementos Heterogêneos existentes numa rede de relações. 2 – Móveis imutáveis</p> <p>Expoentes: John Law (1986), Bruno Latour (1987)</p>	<p>Consegue manter sua identidade e inclusive graças a suas pequenas variações e adaptações locais. A forma como se manifesta uma cultura urbana certamente varia em distintos lugares, mas e todos eles mantém uma unidade e estilo. Expoentes: Michel Serres (1980), Zygmund Bauman (2001).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Law e Mol (1994).

Diante disso, Law e Mol (2003) propõem uma quarta visão do espaço na abordagem ator-rede onde eles engajam a metáfora do fogo utilizando como referência a relação que o filósofo da ciência Gaston Bachelard (1964) faz entre amor, morte e fogo, unidos no estado absorto de quem contempla as chamas de uma lareira – em três aspectos. O primeiro, em sua relação com morte e renascimento, o fogo seria visto como uma metáfora para tratar a continuidade da forma como um efeito de descontinuidades. O segundo aspecto, os autores tratam da relação de Bachelard em sua relação com os pares vida/presença, e morte/ausência, o fogo poderia ser visto como uma metáfora para a relação oscilante entre presença e ausência, a dependência do que não podemos fazer presente (isto é, do que está ausente) sobre o que está presente (LAW; MOL, 2003). Em terceiro, sua relação com devaneios e fantasias, o fogo poderia ser visto como uma metáfora para uma específica versão da relação entre presença e ausência: um vínculo entre um único centro presente e múltiplos Outros ausentes. A continuidade no caso da metáfora do fogo poderia ser vista como: um efeito de descontinuidades; a presença e a ausência de Outros; e (em casos particulares) um efeito de um padrão tipo estrela de presença e ausências simultaneamente (LAW; MOL, 2003).

É nesse sentido que Law e Singleton (2003) citam a doença hepática associada ao álcool para ilustrar um objeto cuja continuidade pode ser relacionada à metáfora do fogo. Esse exemplo foi resultado da pesquisa que desenvolveram para um hospital da Grã-Bretanha, interessado em um diagnóstico sobre a gestão e a organização do tratamento dessa doença

envolvendo o hospital e outras organizações de saúde. Law e Singleton (2003) ressaltam que a doença hepática associada ao álcool é um objeto que justapõe e transforma realidades descontínuas que não podem ser agrupadas e fazerem-se presentes. Por exemplo, no hospital a versão da doença e seu tratamento se articula em torno de uma série de presenças e ausências diferentes, mas relacionadas: (i) o tratamento inicia-se com o afastamento da pessoa do álcool; esse último ausente no tratamento, no entanto ao mesmo tempo necessário e presente; (ii) a pessoa que bebe, necessária para o diagnóstico e prescrição do tratamento no hospital, torna-se ausente depois desse processo inicial; (iii) as outras organizações associadas com a doença e o hospital (por exemplo, agências sociais) estão justapostas e têm sua versão da doença; essa última assume sua configuração porque se relaciona com essas presenças-ausências; (iv) talvez se esteja diante de um objeto que se espalha por corpos, mentes e sociedade; mas ele não flui simplesmente, porque mentes e sociedade se apresentam do ponto de vista do corpo como outras realidades. Os pesquisadores também relatam as versões de um psiquiatra que trabalha em uma clínica voltada a pessoas que apresentam quadro de abuso de drogas e de um médico que atende um tipo de casa de apoio a essas pessoas. Concluíram que existem três versões diferentes da doença: cada uma se estabelece a partir de ausências e de modo diferente. Nesse sentido, os autores estão diante de um objeto que não pode ser domesticado; um tipo de fogo não doméstico, menos controlado, como o fogo em um campo (LAW; SINGLETON, 2003).

Neste caso, as configurações que se movimentam nessas quatro formações espaciais ou topológicas são resumidas da seguinte maneira: como volumes no espaço euclidiano; como redes de relações estáveis; como fluidos que gentilmente remodelam suas configurações; e como vínculos generativos entre presenças e ausências que são ambos agrupados e não concebidos para serem agrupados (LAW; SINGLETON, 2003). Os autores também esclarecem não haver razão para supor que um mesmo elemento não possa se apresentar nessas quatro versões, e fluir ou saltar entre elas; ou que essas versões esgotam as possibilidades (LAW; SINGLETON, 2003).

É interessante notar como Law e Mol (2003) utilizam como exemplo o próprio artigo que escrevem, como um mesmo objeto pode estar presente em diversas espacialidades: Os autores o descrevem como:

- a) O texto é local; está sendo escrito em um computador pessoal; “está aqui e em nenhum outro lugar” (p. 10). Trata-se de um imóvel imutável.
- b) Se o artigo, porém, está sendo lido por outra pessoa, é porque se moveu; então,

é regional. E, além disso, foi transportado. Se as palavras foram transportadas por uma rede sem transformação, o texto é um móvel imutável.

- c) Novamente, talvez, ao mesmo tempo, o texto, contudo, se tornou um fluido – caso algumas palavras tenham sido editadas; ou mesmo no ato da leitura o artigo tenha sido reconfigurado. Tornou-se o mesmo, mas também diferente; um móvel mutável.
- d) O artigo também inclui a terra. Há a linguagem em que ele é escrito (no caso, o inglês) que, segundo os autores, revela e reforça o sucesso imperialista da língua inglesa. Ou o texto inclui (mas agora oculta) a terra na forma de cheiros e gostos do que se comeu enquanto o artigo estava sendo escrito. Esses elementos, e muito mais, estão presentes no texto, mas também ausentes nele. O texto, então, existe no espaço do fogo – o espaço da alteridade conjunta, unida. O artigo é também um imóvel mutável.

Dessa forma, os autores concluem que o artigo é “quatro coisas, localizado em quatro espaços: região, rede, fluido e fogo” (LAW; MOL, 2003). Assim, tem-se que, segundo a abordagem ator-rede, os objetos estão imbricados para sua consistência, em interseções de diferentes espaços e são sempre desempenhados em múltiplas topologias. E que, se eles se deslocam é porque são topologicamente complexos (LAW, 2002).

Assim, ao exemplificar a característica acima dos objetos, Law (2002) mobiliza de maneira ilustrativa um navio, em dois espaços – euclidiano e rede. Um navio que navega pelos mares mantém-se como tal no espaço euclidiano se suas dimensões são conservadas enquanto ele se desloca. De acordo com a abordagem ator-rede, o mesmo navio mantém-se como tal em uma espacialidade em rede; sustentando-se dentro de uma rede estável de relações com outras entidades – velas, marinheiros e muitos outros devem funcionar adequadamente para se ter um navio (em atividade de modo apropriado). O navio, portanto, é um objeto que se mantém constante no espaço euclidiano e também no espaço de redes, sendo assim, “habitam” tanto o espaço euclidiano como o espaço em rede – mantém-se fisicamente no espaço euclidiano e funcional e sintaticamente na espacialidade em rede – sendo, portanto, topologicamente múltiplos (LAW, 2002).

Na perspectiva do espaço euclidiano o navio se move porém permanece imóvel no espaço de redes (não havendo nas relações entre os componentes no espaço de redes, então não há mais um objeto-rede, ator-rede). Ao mesmo tempo, o que permite seu deslocamento no

espaço euclidiano é sua imobilidade no espaço de redes. Nesse sentido, conforme Law (2002), os objetos se deslocam porque são topologicamente complexos, ou pelo fato de que existem em diferentes sistemas espaciais ou ainda por serem produzidos em interseções entre diferentes espacialidades.

Law (2002) acrescenta que as próprias espacialidades são produzidas, “desempenhadas” em conjunto com os objetos (objeto aqui no sentido de efeito relacional; também pode ser um material, informação, pessoa, ação, divisão entre pequeno e grande ou global local etc.), em associação a essa visão de universo sociotécnico topologicamente múltiplo e complexo. Por exemplo, a produção, o “desempenho”, de um objeto como um navio (mesmo exemplo acima) que mantém as suas dimensões enquanto navega, enquanto se desloca pelo espaço euclidiano, também produz o espaço euclidiano no qual se localiza; e a espacialidade euclidiana torna-se reificada em uma série de desempenhos sedimentados (LAW, 2002). Para Law (2003), portanto, o espaço é algo feito, uma criação, um resultado material, como objetos, lugares, pontos obrigatórios de passagem, sendo, assim um efeito, não existindo fora de sua performance.

Neste ponto, a partir da corrente presente na TAR que tem como base os argumentos de Law e outros, adotamos nesse estudo a visão de espaço como regiões, redes, fluidos e fogo. Busca-se adotar essa abordagem como uma maneira de se investigar processos organizacionais em cidades, a partir da conexão com os estudos de sociomaterialidade. Dessa forma, verifica-se também a escolha pela utilização da abordagem ator-rede como uma ferramenta para os estudos urbanos, seguindo a orientação das *urban assemblages* de Farías e Bender (2010).

3.4 O CONCEITO DE SOCIOMATERIALIDADE

Nesta parte da será feita um levantamento de perspectivas que vêem o “social” e o “material” (não apenas “técnico”) como sendo mutuamente constituídos (inerentemente enredados), daí a ênfase na sociomaterialidade (sem hífen). Estudos recentes na teoria social e organizacional que abordam a questão da materialidade eliminam a distinção entre “sujeito” e “objeto”. Vale ressaltar que esse intuito serve para entender a vida organizacional e o seu espaço, no sentido de re-conceitualizar a organização simultaneamente “social” e “material”.

Dale e Burrell (2008) afirmam que a materialidade do mundo é apenas parcialmente attended to nas ciências sociais. Os autores argumentam que ela pode ser

considerada como uma “presença ausente”. Essa marginalização do tema se deveria em parte devido ao desenvolvimento de fronteiras disciplinares que separariam a matéria do mundo em diferentes áreas de estudo. Nesse sentido, o estudo do mundo material seria visto como uma área das ciências “naturais” ou da física. Esse movimento indicaria a tendência de se ver a materialidade como constituída por objetos naturais, mera matéria.

A materialidade no mundo é apenas parcialmente entendida no âmbito das ciências sociais. Isso é em parte devido ao desenvolvimento de limites disciplinares que separam os sujeitos de pesquisa em diferentes áreas de estudo. Os estudos do mundo material são dessa forma vistos como uma província das ciências “físicas” e “naturais”. Isso indicaria a tendência de se ver a materialidade como constituída de objetos naturais, meramente matéria. Em outras palavras, a relativa falta de atenção a materialidade nas ciências sociais é relacionada a prevalente influência do pensamento dualista Cartesiano, no qual existe a distinção entre a mente e o mundo material, incluindo o corpo humano: a separação do “*res cogito*” (coisa pensante) do “*res extensa*” (coisa extensa) que é o corpo (WILLIAMS; BENDELOW, 1998; DALE, 2001).

Na linha de pensamento da tradição cartesiana, o material, o espacial e a corporeidade tenderiam a ser deixados de lado na pesquisa social. Por exemplo, apesar de abordagens etnográficas incluírem o mundo material como contexto da vida material, ele tende a ser analisado a partir de lentes conceituais como discurso, cultura e identidade. Os autores argumentam, no entanto, que existem aspectos da materialidade inerentes em cada um desses conceitos. O discurso é ligado não apenas a formas linguísticas mas a várias formas de textos; assim como a cultura possui muitos elementos materiais, como mostraria a antropologia; além disso, muitos estudos recentes mostram o corpo como uma ferramenta de construção e apresentação de identidade. Apesar de algumas exceções, incluindo estudos sobre o simbolismo organizacional (GAGLIARDI, 1990; TURNER, 1990) e os trabalhos da Teoria Ator-Rede, a materialidade não tende a ser tomada em conta no Estudos Organizacionais.

Orlikowski (2007), Dale e Burrell (2008, p. 34) e Van Marrewijk (2009b) fazem um chamado aos estudantes de pesquisas organizacionais para pararem de tratar esses dois domínios como esferas distintas e independentes da vida organizacional. Organizações – ou mais precisamente, o conceito que temos delas através das teorias organizacionais – necessitam ser rematerializadas.

Materialidade não é colocada em uma relação dualista com as relações sociais. Em vez disso, o conceito de “sociomaterialidade” na qual os processos sociais e estruturas são mutuamente constituídos é desenvolvida. Nesse sentido, este trabalho busca estabelecer uma abordagem “sociomaterial”, na qual os processos sociais e estruturas assim como processos materiais e estruturas são mutualmente constituídos.

Vale ressaltar ainda que materialidade não diz respeito simplesmente a coisas, “*the stuff of the world*” (LAW; HETHERINGTON, 2000, p.52). Conforme Law e Hetherington (2000), a materialidade está imbuída na cultura, na língua, na imaginação e na memória; ela não pode ser reduzida ao mero objeto ou objetividade. Nesse sentido, para se entender o mundo sociomaterial de uma maneira não redutiva e que não isole os dois aspectos mas os reconheça como mutuamente constituídos busca-se tentar reconceitualizá-los como uma relação do material não como uma estrutura fixa e inerte, enquanto o social como ativo e dinâmico.

Nesse sentido, tratamos a abordagem ator-rede e a sociomaterialidade como complementares. Tonelli (2011) acrescenta que as noções de sociedade e de realidade nessa abordagem não são estáticas: mudam conforme muda o movimento das ações. Assim, a partir do pressuposto da abordagem ator-rede de que ela se propõe a seguir a ação (LATOUR, 2000), encontramos pontos em conexão com a sociomaterialidade pois Michael (1996) oferece a ideia de que a realidade segundo a TAR é influenciada por vários atores, sendo construída pelas pessoas, mas também existe fora da mente humana sob a forma de elementos materiais, não-humanos e não-sociais (MICHAEL, 1996). A associação entre a realidade contingente e socialmente construída permite integrar humano e não-humano, social e não social, através da abordagem ator-rede, uma vez que ela oferece uma alternativa em relação às posições ontológicas objetivas e subjetivas. Law (1999) seria uma voz dissonante nesse sentido ao afirmar que a ideia de materialidade relacional capta bem a noção ontológica de materialidade implícita na abordagem ator-rede. A materialidade relacional assume que tudo é definido por meio de interações e que nada pode ter existência definida fora dessa interações (TONELLI, 2011).

Nota-se que a influência da abordagem ator-rede sobre o debate acerca da natureza da realidade material está presente nos Estudos Organizacionais (EORs). Nesta perspectiva, Olikowski (2007) considera que as práticas organizacionais devem ser entendidas como agenciamentos sociomateriais. A crítica da autora se concentra sobre a limitação de grande parte desse campo que tradicionalmente negligencia o modo pelo qual o

ato de organizar está imbricado nas formas e espaços materiais nos quais as pessoas agem e interagem.

3.5 A TAR E SUA APLICAÇÃO NOS ESPAÇOS URBANOS

A partir da visão da abordagem ator-rede do social e dos espaços, neste tópico explora-se como essas visões contribuem nos estudos urbanos e de seu objeto por excelência – a cidade. Nesse sentido, serão tratados trabalhos relativamente recentes que suportam essa discussão com destaque para a coletânea de estudos *Urban assemblages: how actor-network theory changes urban studies* de Ignacio Fariás e Thomas Bender (2010) que investiga ferramentas da abordagem ator-rede no âmbito dos estudos urbanos, para o livro *Cities: reimagining the urban* de Ash Amin e Nigel Thrift (2002) e o livro de Bruno Latour e da fotógrafa Émilie Hermant *Paris : ville invisible* (1998).

Em 2010, o sociólogo Ignacio Farias e o historiador Thomas Bender (2010) editaram em uma coletânea de estudos na série “*Questioning Cities*”, da Routledge, com objetivo de avaliar possibilidades de importação criativa de ferramentas da abordagem ator-rede para os estudos urbanos, como uma forma de abordar seus tradicionais objetos sem tomar em conta uma série de posturas teóricas, metodológicas e epistemológicas encaradas pelos autores como verdadeiros pecados capitais: a incorporação de uma ontologia fechada, estável e homogênea da cidade; a mobilização de metas-narrativas estruturais para explicar a vida cidadina; a desconsideração da complexidade do urbano, entre outras. Os organizadores abordam como norte para guiar os diversos textos que compõem este volume as seguintes questões: Como a abordagem ator-rede muda os estudos urbanos? Quais as vantagens e as desvantagens envolvidas em sua importação? Como se entende a cidade pela ótica da abordagem ator-rede?

Nesse sentido, as *urban assemblages* (FARÍAS, 2011) podem ser consideradas uma tentativa de introduzir a abordagem ator-rede, em princípio centrada sua na produção de conhecimento no interior de laboratórios científicos, a partir de estudos etnográficos (LATOURE; WOOLGAR, 1979; KNORR-CETINA, 1981; SISMONDO, 2004), ao estudo dos espaços urbanos.

Fariás e Bender (2010) destacam ainda nessa coletânea uma discussão sobre a ontologia que deve reger a compreensão das cidades. Essa ontologia de inspiração deleuziana propõe a visualização da cidade em termos de composição (*assemblage*) assim como a cidade

como um objeto múltiplo (MOL, 2002) e é destacada como, talvez, a principal mudança que a abordagem ator-rede operaria nos estudos urbanos. A cidade aqui é entendida como uma entidade compósita, isto é, composta de vários elementos heterogêneos. Assim, a cidade é encarada como uma “*active assemblage of assemblages*” (FARÍAS; BENDER, 2010, p. 312), uma composição aberta feita de “*human networks, infrastructural networks, architectural networks, security networks [...] not confined by a circumferencial boundary*” (FARÍAS; BENDER, 2010, p. 316). Ainda nesse sentido, Farías e Bender citam o filósofo Manuel DeLanda, e definem a cidade como “*assemblages of people, networks, organizations, as well as a variety of infrastructural components, from buildings and streets to conduits for matter and energy flows*” (DE LANDA, 2006:5 *apud* FARÍAS; BENDER, 2010, p. 316). Pelas lentes da abordagem ator-rede, as cidades são concebidas assim como laboratórios (CZARNIWASKA; LÖFGREN, 2012) ou tramas (DE LANDA, 1994).

O corpo do livro é formado por três grandes blocos, cada qual composto por quatro artigos e por uma entrevista, conduzida por Ignacio Farías, com algum autor importante na fundamentação teórica dos artigos do bloco em questão. Merece destaque, em relação ao tema deste estudo, os dois primeiros capítulos da primeira parte dessa coletânea intitulada “Towards a flat ontology?”.

O primeiro capítulo desta obra, intitulado “*Gelleable spaces, eventful geographies: the case of Santiago’s experimental music scene*”, do sociólogo Manuel Tironi, trata dos participantes da cena musical experimental na capital chilena, visando conferir uma resposta à questão: “*how can Santiago’s experimental music scene exist and, in addition, be productive and innovative?*” (TIRONI, 2010, p.27). O tema é desenvolvido através do espaço como algo não performático e de uma discussão crítica do conceito de *cluster*. O autor utiliza assim dos conceitos topológicos de Law (2000) e de espacialidades fluidas (LAW; MOL, 2000) para descrever as práticas organizacionais através das quais a cena musical experimental da capital chilena performa.

O segundo capítulo, “*Globalizations big and small: notes on the urban studies, Actor-Network Theory, and geographical scale*”, dos geógrafos Alan Latham e Derek P. McCormack, busca explorar duas maneiras de analisar o espaço social – a plana e a escalar. Mediante o pontuar de uma série de limitações à análise escalar, o capítulo defende que se pense o espaço como “*flat, as not defined a priori by spatial hierarchy*” (LATHAM; MCCORMACK, 2010, p. 53). Nesse sentido, os autores propõem o abandono da assunção

escalar como item *a priori*, ao mesmo tempo em que declaram a assunção da do mundo social plano como ponto de partida.

Vale ressaltar que embora não haja um consenso entre os estudiosos da corrente *urban assemblages*, como observado na coletânea de estudos organizada por Farías e Bender (2010), sobre como fazer uso da abordagem ator-rede, há um consenso implícito de que, definidas pela simbiose mútua, e não pela simples relação entre partes, se encontra em interações a principal análise do espaço urbano – isto é, entre atores humanos e não-humanos (MCFARLANE, 2011). Dessa forma, seria possível traçar novas formas de associação e de espaços, a partir dos estudos do espaço urbano.

Um exemplo que antecede os estudos organizados por Farías e Bender (2010) de como apreender o espaço urbano através das lentes da abordagem ator-rede é o livro *Cities: reimagining the urban* (2002) de Ash Amin e Nigel Thrift. Os autores afirmam que os estudos urbanos devem ser concebidos de outras formas, observando a cidade como locais para todo tipo de atividades, práticas, discursos, e recusando-a como sendo delimitada por fronteiras, mas que, por outro lado, seriam melhor apreendidas como imbricadas, dinâmicas e fragmentadas. Para Amin e Thrift (2002):

A cidade está em todos os lugares e em todas as coisas. Se o mundo urbanizado é agora uma cadeia de áreas metropolitanas conectadas por lugares/corredores de comunicação (aerportos e linhas aéreas, estações e ferrovias, estacionamentos e rodovias, serviços de telecomunicação e linhas de informática), então o que não é o urbano? É o povoado, a aldeia, o campo? Talvez, mas apenas a um grau delimitado. As pegadas da cidade estão em todos esses lugares, na forma daqueles que viajam diariamente para o trabalho, turistas, trabalho à distância, meios de comunicação e urbanização dos modos de vida. A divisão tradicional entre a cidade e o campo foi perfurada (AMIN; THRIFT, 2002, p. 1, tradução nossa).

Assim como Farias e Bender (2010), Amin e Thrift (2002) também utilizam como referência o livro de Bruno Latour e da fotografa Émilie Hermant, e posteriormente com a contribuição de Liz Carey-Libbrecht (tradução) e Patricia Reed (web design), no qual os autores exploram e denominam como uma “ópera sociológica” sobre a ‘cidade-luz’ no projeto “*Paris: ville invisible*” (Paris: cidade invisível) (1998). Por meio de fotos e textos e mídias digitais publicadas na *internet*, os autores tentam mostrar por que nenhuma cidade – nem uma das mais fotografadas do mundo, como a capital francesa – pode ser resumida num único olhar.

A ideia de “cidades invisíveis” remete ao romance homônimo do escritor italiano Italo Calvino (1923-1985). O livro *As Cidades Invisíveis* reconstrói imaginariamente o encontro e um relato de viagem do veneziano mercador, embaixador e explorador Marco Polo, que partiu com seu pai e seu tio, em 1272, pela rota da Seda até a China. O livro

consiste de pequenas descrições de Marco Polo feitas a Kublai Khan, imperador mongol que viveu entre 1215 e 1294, era neto de Gengis Khan e foi o primeiro governante não chinês a governar a China. O autor relata cidades em sua forma feminina. Todas as 55 cidades tem nomes de mulher, possuem uma sinuosidade própria, ritmo e são enquadradas a partir de onze itens: memória, o desejo, o símbolos, o delgado, o trocas, os olhos, os nomes, os mortos, o céu, o contínuo e o oculto.

No livro de Calvino (2008), o explorador Marco Polo, mais do que descrever sensorialmente as cidades que visitou ao conquistador Kublai Khan, as decifra em seus símbolos e significados, conforme indica-nos o narrador: “Somente nos relatórios de Marco Polo, Kublai Khan conseguia discernir (...) a filigrana de um desenho tão fino ao ponto de evitar as mordidas dos cupins”. Em outra parte do livro, Calvino acrescenta: “As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa” (CALVINO, 2008, p. 44). Nesse sentido, vale ressaltar que por “cidade invisível” pode-se entender que se trata de revelar as infra-estruturas que servem de base para nossa vida urbana, de descobrir o funcionamento técnico da cidade e de ir aos bastidores. Porém, Latour e Hermant (1998) se baseiam nas ideias de Ítalo Calvino e buscam mostrar que as cidades reais se assemelham às cidades invisíveis de Ítalo Calvino (LATOURE; HERMANT, 1998).

Nesse sentido, com o objetivo de expor pesquisas embasadas nos pensamento apresentados acima, Coletta (2010) aponta estudos e que tentam integrar o espaço material ao espaço organizacional. Essas pesquisas buscam encontrar princípios organizacionais do urbano na medida em que as relação entre os atores e unindo, dessa maneira, diferentes disciplinas, tais como geografia humana, sociologia e os Estudos em Ciência e Tecnologia, onde a abordagem ator-rede é uma das mais preeminentes vertentes.

Primeiramente, Coletta (2010) chama a atenção para estudos que partiram do mapeamento de tramas de atores e, assim, demonstram que campos que a princípio podem parecer distantes, se encontram interligados. Leyshon e Thrift (1997) no livro *Money / Space: Geographies of Monetary Transformation* utilizam uma abordagem espacial para estudar as relações monetárias; Thomas Hughes no livro *Networks of Power. Electrification in Western Society, 1880-1930 (1983)*, a partir de análises historiográficas do sistema elétrico, propõe a noção de “tecido sem costuras” para dar conta da heterogeneidade dos elementos associados ao que ele chama sistema sociotecnológico, É interessante destacar pontos em comum desses

estudos com a literatura de sociomaterialidade nos estudos organizacionais, uma vez que ela aborda as questões sociomateriais e sua relação em processos organizacionais.

Nesse sentido, Coletta (2010) ressalta que um estudo sobre a cidade não pode ser feito sem uma reflexão de como a cidade é organizada. Para o autor para se dar conta de um espaço urbano, deve-se por um lado compreender como a organização necessita de ações que são sociais e políticas, materiais e simbólicas, cognitivas e emocionais e, por outro lado, as questões que essa união traz consigo, os aspectos residuais, as incertezas e as controvérsias que ligam o discurso do trabalho administrativo ao espaço urbano (COLETTA, 2010).

Esses estudos também se relacionam com o conceito de cidades de Amin e Thrift (2002), concebidas como um amálgama de processos desconexos e de heterogeneidade social, um lugar de conexões distantes e próximas, um encadeiamento de ritmos; sempre em movimento para novas direções. Dessa forma, a cidade é organizada por diferentes componentes tais como atores institucionais e políticos, participação popular, universidades, e estes a seu turno, de natureza diferente (heterogêneos).

Nesse sentido, ao que concerne os espaços periféricos de favelas das cidades, nos campos de estudos organizacionais poucos estudos adotaram a abordagem ator-rede enquanto opção teórico-metodológica para pesquisar empiricamente o tema no Brasil. Dessa forma, esse estudo se insere nessa lacuna.

Assim, este estudo observa a “favela”, e busca abrir sua caixa-preta – uma impressão generalista do terreno como um fenômeno a parte da sociedade – no intuito de entender seus espaços precários como objetos múltiplos. Esse intuito inclui também questionar assunções sobre precariedade, e uma organização aqui é vista como “*a seemingly stable entity from the outside, obscuring the precarious social relations that hold it together inside*” (LATOUR, 1987). Utilizando o termo precariedade, o estudo também busca indicar que “*a network’s capacity to sustain an extreme alignment of its actors is precarious; networks are said to oscillate between a status of ‘actor’ and ‘network’*” (DUREPOS; MILLS, 2011). A partir da análise da abordagem ator-rede e sociomaterialidade tratadas aqui de maneira complementar, e dos seus efeitos na organização do espaço, esta pesquisa busca identificar seus próprios processos de organizar.

Vale ressaltar que para a TAR, conforme será explicado em capítulo posterior, a noção de caixa-preta remete à complexidade interessante ao fato científico, isto é, ao processo pelo qual o fato científico é submetido até se consolidar como certeza. Resultado de disputas, controvérsias e associações, uma vez consolidado, o fato científico se torna uma caixa-preta,

isto é, pode ser referenciado sem discussão, sem controvérsias, dúvidas, até que algum evento posterior force sua abertura. Como uma caixa-preta que não pode ser aberta a fim de preservar, como no caso da invenção “favela”, um maior controle sobre o destino da mesma.

Considerando, então, as escolhas iniciais deste estudo, prevalecerá nos capítulos metodológicos a perspectiva espacial de Law e Mol (1994) tomando em conta o social como plano na abordagem ator-rede para os estudos urbanos, assim como o espaço como regiões, redes, fluidos e fogo.

Como comentado no capítulo de Introdução deste estudo, dos aspectos envolvidos com a questão de processos de organizar em uma favela, este projeto interessa-se pelo elemento espaço dos processos de organizar. O Capítulo 2 focalizou o tema espaço de modo abrangente e associado aos estudos organizacionais, assim como foi apresentado um breve histórico da favela brasileira, como um espaço de controvérsias de onde serão traçados os processos organizacionais deste estudo; e este capítulo (Capítulo 3, A Abordagem da Teoria Ator-Rede) discutiu como a Teoria Ator-Rede trata a questão do espaço, explorando também as origens, principais conceitos, assim como apresentando-a como método de pesquisa. Nos próximos capítulos será apresentado o projeto de pesquisa desenhado para investigar os processos organizacionais atuantes nos espaços da favela (Capítulo 4) e os resultados da execução de tal projeto, contendo a contextualização do espaço da pesquisa (Capítulo 5).

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Muitas vezes ao entrar em campo ou ao explicar meu projeto de pesquisa a outros estudantes do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará (PPGA-UECE), meus colegas me colocavam sempre a mesma questão: Mas, enfim, o que você irá fazer lá? Para entender o objetivo de se investigar a favela como campo de pesquisa para um aluno do mestrado em Administração, foi preciso voltar meu olhar sobre processos de organizar no espaço em busca de identificar os atores envolvidos e os efeitos de suas relações no espaço urbano. Nesse sentido, fui ao encontro da perspectiva teórica que fundamentou este estudo, apresentada no decorrer dos capítulos anteriores, partindo do entendimento relacional e processual do objeto de estudo e que também devem ser tratados como ferramentas desta pesquisa. Busca-se, assim, superar dicotomias como objeto-sujeito, ação-estrutura, indivíduo-sociedade, centro-periferia, micro-macro. Diante disso, as organizações não são pensadas como produtos acabados, possibilitando que o fenômeno organizacional seja investigado a partir da inclusão de novas dimensões (espaciais, relacionais...).

A discussão sobre a dicotomia objetividade/subjetividade no campo dos estudos organizacionais ganhou visibilidade a partir da obra *Sociological paradigms and organisational analysis* de Burrell e Morgan (1979). Nesta obra os autores identificam as teorias organizacionais a partir de quatro paradigmas: funcionalismo, interpretativismo, humanismo radical e estruturalismo radical. Porém, estudos recentes reconhecem algumas limitações desse modelo (BURRELL, 2007; PAES DE PAULA, 2014). Nesse sentido, alguns autores mostram como o entendimento das organizações de forma reificada e neutra, com fronteiras bem definidas, caracterizado pelo objetivismo dominante na área, não consegue apreender fenômenos organizacionais complexos (DUARTE; ALCADIPANI, 2013).

Superando esses dualismos, a abordagem ator-rede de Bruno Latour como postura teórica e metodológica aparece como uma alternativa para se pensar o mundo social, assim como as organizações que também o compõem, na medida em que se propõe a não partir de uma priorização dos pólos sujeito/objeto, natureza/cultura, micro/macro, mas entendê-los como efeitos produzidos *a posteriori* na rede. Neste sentido, a abordagem ator-rede pode ser transportada para o campo de estudos organizacionais no intuito de promover uma visão processual para se apreender os fenômenos organizacionais. Dessa forma, pelas lentes processuais as organizações são “como processos ou práticas de organização (*organizing*), os

quais se mostram heterogêneos, difusos e complexos, em constante fluxo e transformações (DUARTE; ALCADIPANI, 2013, p. 4).

Destarte, Latour (2004) salienta que a ciência é uma instituição culturalmente construída e a abordagem ator-rede é antes de tudo, um caminho para seguir a construção e fabricação de fatos. Assim, a abordagem ator-rede, aqui, é antes de tudo, um caminho, um método para seguir a construção e fabricação dos processos organizacionais no espaço urbano, que teria a vantagem de produzir efeitos que não são obtidos por outra teoria social. E, nesse sentido, a adoção da abordagem ator-rede neste estudo consiste em seguir as coisas através das redes em que elas se transportam, descrevendo os seus enredos (LATOURE, 2004).

Nesse sentido, ainda conforme Latour (1997), a abordagem ator-rede é uma teoria do espaço e fluidos circulantes numa situação. Ela deve ser entendida como um método, um caminho para seguir a construção e fabricação dos fatos, que possibilitaria a vantagem de poder produzir efeitos que não são obtidos por nenhuma teoria social. Um dos efeitos propiciados por esta teoria-método é o de, através do Parlamento das coisas, permitir aos mais diferentes atores - prefeitura, pescadores, ONGs (Organizações Não Governamentais), moradores, por exemplo - uma forma de se expressarem sobre uma mesma questão - precariedade na favela - já que se parte de uma relação simétrica entre os mesmos. Nesse sentido, todos estes atores, que diretamente interferem e são atravessados pela questão, teriam algo a dizer sobre ela, devendo suas falas serem igualmente consideradas.

Vale ressaltar que, a partir da abordagem ator-rede, não há como, a priori, privilegiar a atenção a nenhum ator em especial, uma vez que não há um ator primordial, do qual emana a fabricação do mundo, tendo em vista que a rede é sinônimo de ação e essa ação é também distribuída entre todos os atores. Assim, tomar como objeto de análise da precariedade em uma favela implica em não se partir a priori de concepções do que seja “favela” e “precariedade”, privilegiando, por exemplo, as definições dadas pela administração municipal, mas de acompanhar as controvérsias dos diferentes sentidos produzidos pelas ações dos diversos atores (moradores, líderes locais, prefeitura, etc), bem como as disputas e tentativas de se encerrar a controvérsia, buscando-se fazer prevalecer uma afirmação como verdadeira.

Por abranger inúmeros fatores humanos e não humanos, as controvérsias geram híbridos complexos, envolvendo disputas, debates, jogos de interesse e influência de atores, desestabilização, aberturas de caixas-pretas, incertezas compartilhadas, negociação, a fim de se reduzir a complexidade do social. Por sua vez, a análise das controvérsias permite a

visualização de como se constitui o social em sua forma mais dinâmica.

Nesse sentido, por mais que uma realidade possa ser entendida pela sociedade como “natural”, no sentido de que não causa controvérsia, ela pode ser rastreada e apreendida enquanto um processo, sendo o efeito de uma cadeia de transformações e de processos de formação de híbridos (NOBRE; PEDRO, 2010).

Assim, no trabalho de campo, caberia a mim tentar identificar os *porta-vozes* do grupo, isto é, aqueles que falam pela existência do grupo. Justificando sua existência, eles estariam sempre em ação, como Latour (2012, p. 55) salienta “os grupos não são coisas silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias”.

Neste intuito, para a abordagem ator-rede existem algumas regras metodológicas que auxiliam nessa tarefa (LATOUR, 2000):

- a) Um fato sempre deve ser objetivado em ação e não deve ser pensado como fixo;
- b) Se um fato se apresenta como natural ou artificial, isso nada mais é do que um efeito dos processos de circulação que acontecem na rede;
- c) Sempre o pesquisador deve se colocar em simetria no que diz respeito ao estabelecimento de polaridades, como Natureza e Cultura, humanos e não-humanos;
- d) Os nós que marcaram os processos de circulação na rede devem receber atenção especial;
- e) Uma rede se forma sempre em que existe uma situação que causa controvérsias ou algum tipo de polêmica, pois atores são aliados para buscar explicações e técnicas que justifiquem tais acusações;
- f) É necessário o rastreamento da rede.

Nesse contexto, foram estabelecidos alguns princípios metodológicos para a realização do acompanhamento de uma rede. Conforme Pedro (2008), deve-se primeiramente buscar uma *porta de entrada* que permita que o pesquisador passe a participar da dinâmica da rede, nesse sentido, a partir da abordagem ator-rede, poderia citar como exemplo o grupo de pesquisa no qual eu faço parte no PPGA/UECE através da literatura do campo de estudos organizacionais sobre cidades que me fizeram despertar o interesse na favela do Pirambu; as primeiras conversas realizadas, em especial, a realizada com uma professora do Núcleo de

Cultura, Cidade e Linguagem – CCLin/UECE e ao Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade; e o campo de controvérsias ligado à Terapia Comunitária Integrativa (TIC) e os efeitos organizacionais que ela gera em seu espaço urbano.

Num segundo momento é essencial que se busque porta-vozes, ou seja, quem pode falar pela rede, sintetizando em si a fala de outros participantes, nessa fase é necessário que se busque vozes discordantes entre si. Não se pode deixar de lado os dispositivos de inscrição, ou seja, tudo que permita uma maior objetivação da rede, auxiliando em sua visualização, e assim feito, o último passo diz respeito ao mapeamento dos participantes da rede e das ações que nela se engendram. Na quadro 5 é possível encontrar esses passos em relação com as etapas deste trabalho.

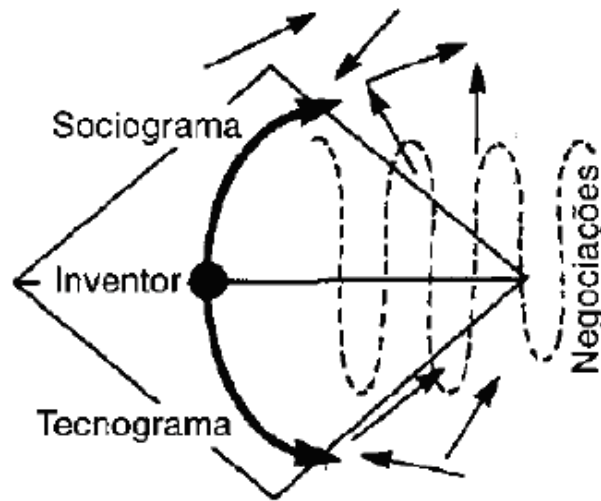
Quadro 5 - Relação entre processo descritivo e etapas de pesquisa

Processo Descritivo da Rede	Etapas de Pesquisa
Porta de Entrada	Revisão Bibliográfica e documental; TIC
Porta-vozes	Prof. Dr. Adalberto de Paula Barreto Atores políticos e institucionais Associação de moradores Convênios; pesquisa documental
Dispositivos de inscrição Mapeamento dos atores e das associações entre eles	Mapeamento dos espaços Entrevistas Projetos aprovados em editais públicos Observação participante

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta abordagem ator-rede uma caixa-preta sempre apresentará sistemas de alianças: um que diz respeito a quem ela quer alistar, e outro que considera a quem ela está ligada, ou seja, pode-se traçar o sociograma e o tecnograma de qualquer fato, “para cada informação obtida num sistema há também uma informação no outro” (LATOUR, 2000, p. 29) – ver figura 2. Dessa forma, “a palavra rede indica que os recursos estão concentrados em poucos locais – nas laçadas e nos nós – interligados – fios e malhas. Essas conexões transformam os recursos esparsos numa teia que parece se estender por toda parte” (LATOUR, 2000, p. 294)

Figura 2 - Relação entre o social e o técnico



Fonte: Latour (2000, p. 230).

Neste modelo, o projeto de inovação transforma-se continuamente de acordo com as provas a que é submetido, isto é, das translações que experimentou. O equilíbrio dessas translações encontra sua materialidade na forma de um protótipo que concretamente testa a viabilidade do compromisso imaginado. O “material” social e o “material” técnico são ambos relativamente maleáveis e uma inovação se concretiza quando estabiliza um acordo aceitável entre os atores humanos e os atores não humanos ao mesmo tempo. O papel do inovador é saber jogar permanentemente com ambos os registros, para tratar a natureza e a sociedade de forma simétrica (LATOUR, 2000; AKRICH *et al.* 2002a).

4.1 CONSTRUÇÃO DO CORPUS EMPÍRICO

Aceitando a abordagem ator-rede como postura metodológica, tive ainda de lançar mão de dispositivos metodológicos que pudessem favorecer a apreensão de um conhecimento mais amplo do meu campo de estudo e facilitar minha inserção nele. A seguir, descrevo esses dispositivos por mim utilizados e que efeitos que sua utilização produziram no desenvolvimento deste estudo.

4.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental

Inicialmente, a pesquisa constituiu numa fase exploratória, durante a qual pesquisei diversos documentos, fontes primárias (jornais, acervos sobre a história do bairro,

informativos etc.), em especial que me fornecessem maiores informações sobre a história e organização do território. Durante essa fase também realizei uma pesquisa bibliográfica de trabalhos de interesse em torno da minha temática (fontes secundárias). Disso resultou basicamente uma análise da literatura existente sobre o Grande Pirambu e o Projeto de Saúde Mental Comunitária 4 Varas, e sobre a temática da cidade no campo de estudos organizacionais, com o intuito de explorar possíveis processos organizacionais ou princípios organizadores desse território da cidade Fortaleza. Parte da análise desse material encontra-se no quinto capítulo desta dissertação.

4.1.2 Entrevistas

Como instrumento de pesquisa, foi desenvolvido um roteiro de entrevistas semiestruturadas realizadas com variados graus de formalidade, no entanto, cabe ressaltar que a maioria delas seguiu um roteiro previamente estabelecido. No início da minha pesquisa, ainda buscando identificar princípios organizadores no bairro ou processos organizacionais e uma resposta para os meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará (PPGA-UECE), entrevistei moradores do Grande Pirambu, uma funcionária da SER I (Secretaria Executiva da Regional I)⁵ da cidade de Fortaleza, um assistente social que já trabalhou em um posto de assistência na Barra do Ceará e já realizou trabalhos na SOCRELP (Sociedade Comunitária de Reciclagem e Lixo do Pirambu) e dois professores de sociologia, sendo uma da UECE (Universidade Estadual do Ceará) relacionada ao Núcleo de Cultura, Cidade e Linguagem – CCLin/UECE e ao Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade dessa mesma universidade, e outro ligado ao Laboratório de Estudos da Violência e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC (Universidade Federal do Ceará) com pesquisas realizadas no Grande Pirambu. Entre essas, predominaram entrevistas com menor grau de formalidade, nas quais busquei fundamentalmente apreender informações sobre os processos organizacionais do bairro.

Como vantagem essas entrevistas iniciais me guiaram para uma favela localizada no Grande Pirambu, chamada de Quatro Varas. Nos últimos anos, essa pequena comunidade

⁵ Para auxílio na administração, desde a publicação da Lei Municipal 8.000, de 25 de janeiro de 1997, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) foi dividida em seis regiões administrativas denominadas Secretarias Executivas Regionais (SER), formados individualmente por bairros circunvizinhos que apresentam semelhanças em termos de necessidades e problemas. A SER I é formada pelos bairros: Barra do Ceará, Cristo Redentor, Pirambu, Moura Brasil, Carlito Pamplona, Jacarecanga, Vila Velha, Farias Brito, Monte Castelo, Jardim Iracema, Alagadiço, Vila Elery, Floresta e São Gerardo.

chamou a atenção da imprensa nacional e internacional, mídia em geral, pesquisadores e cidadãos devido ao fator de ser o local onde se estabeleceu o Projeto de Saúde Mental Comunitária 4 Varas, atualmente MISMEC – 4 Varas (Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária), campo deste estudo e que será tratada no capítulo posterior.

Em fase posterior, durante a pesquisa, as temáticas articuladas nas entrevistas abertas com os atores-chave tiveram por objetivo identificar os atores (humanos, não humanos e híbridos) envolvidos entre os espaços organizacionais sob estudo, descrevendo suas principais controvérsias e assim mapeá-los espacialmente segundo os pressupostos topológicos de Law e Mol (1994), além de discutir os efeitos das relações entre os atores, os processos organizacionais e os seus espaços urbanos. Busquei, nesse intuito, a partir do entrelaçamento das narrativas, visualizar as conexões estabelecidas entre os atores e as controvérsias surgidas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente. Através das lentes da abordagem ator-rede, pode-se afirmar ainda que o gravador agiu como um ator, fazendo parte das interações e também produzindo efeitos nas mesmas. Durante as entrevistas realizadas com funcionários do MISMEC – 4 Varas e com atores institucionais e políticos, por exemplo na SER I e na Secretaria de Saúde de Fortaleza o gravador contribuía como mediador das relações, favorecendo para uma melhor definição de nossas posições: eu enquanto pesquisador da UECE interessado na organização e nos espaços do bairro, eles enquanto representantes da organização, no caso dos funcionários do MISMEC – 4 Varas, como porta-vozes da organização, ou do poder público, no caso dos atores institucionais e políticos, agindo dessa forma como porta-vozes da atual prefeitura. No entanto, o gravador foi evitado durante as entrevistas com os moradores da favela Quatro Varas, agindo, assim como um ator sofrendo efeito de nossas ações e produzindo efeitos também. Algumas vezes como, ao entrevistar os moradores da comunidade Quatro Varas e citar temas como tráfico e violência eram citados, o gravador poderia causar inibição e insegurança por parte do entrevistado, sendo desligado ou abandonado nas entrevistas nessas entrevistas. Vale ressaltar que, na abordagem proposta pela pesquisa, as entrevistas puderam ainda ser consideradas como uma forma de transportar a realidade investigada e criar inscrições que se tornariam, posteriormente, meus “móveis imutáveis”.

4.1.3 Fotografias

A utilização o recurso imagético com a compilação de materiais fílmicos e fotográficos dos espaços organizacionais e suas características sociomateriais foi igualmente

importante. É interessante notar que a utilização dessas ferramentas é já muito conhecida na antropologia e na etnometodologia (BATESON, MEAD, 1942; MALINOWSKI, 1922), mais é igualmente defendida nos estudos organizacionais (KUNTER; BELL, 2006). As imagens permitem obter conhecimentos sobre os espaços organizacionais precários e suas localizações.

Além disso, as fotografias foram utilizadas como um recurso que me ajudassem também a contar a história dessa pesquisa, de como fui tecendo as redes do MISMEC – 4 Varas. Nesse intuito, conforme Guran (2000) em alguns momentos as fotografias intercalam à escrita, formando um todo com o texto escrito. Em alguns momentos a fotografia sucede o texto, apresentando-se como explicação complementar ou como evidência de um aspecto descrito ou documentado e outras vezes servirá como ponto de partida para uma reflexão.

4.1.4 Trabalho de campo e observação participante

Além de me basear em pesquisas organizacionais sobre o espaço organizacional (CLEGG; KORNBERGER, 2006; GAGLIARDI, 1990; WASSERMAN; FRENKEL, 2011; YANOW, 1995), foi adotado um procedimento metodológico de inspiração etnográfica. Nesse intuito, foram realizadas visitas em campo no MISMEC (Movimento Integrado de Saúde Mental e Comunitária da Comunidade 4 Varas), também conhecido como “Projeto 4 Varas”, nos seus espaços urbanos adjacentes, na região do Grande Pirambu e em outras localidades da cidade. As imersões de inspiração etnográfica foram realizadas no período de maio de 2015 à setembro de 2015. O trabalho de campo foi experimentado como um rito de passagem (DAMATTA, 1987) e apesar do período relativamente curto em campo mudei muito do meu ponto de vista sobre a favela em si e aprendi com os moradores e funcionários sobre o que é viver na comunidade 4 Varas.

Van Maanen (2010) ressalta que, atualmente as pesquisas de inspiração etnográfica, pautadas na observação participante, têm sido realizadas em diferentes áreas do conhecimento, como estudos culturais, jornalismo, medicina, tecnologia, dentre outras. No entanto, Cunliffe (2010) nos lembra que pesquisas de caráter etnográfico ou de inspiração etnográfica são adotadas com pouca frequência no campo de estudos organizacionais. Para Cunliffe (2010), a impopularidade desse método no campo de estudos organizacionais está associado ao longo tempo que precisa ser empregado em uma pesquisa etnográfica, o que vai de encontro às atuais pressões por publicação, e ao fato de carregar, às vezes, um sentido

pejorativo no campo associando-o a resultados que não são generalizáveis. Vale ressaltar, ainda, o crescente interesse por métodos estatísticos disseminados na área a partir da crença que estes fornecem um maior senso de precisão, que corrobora para afastar os estudos organizacionais de métodos qualitativos, dentre os quais se destaca a pesquisa etnográfica (ZICKAR; CARTAN, 2010). Nesse sentido, a observação participante apresenta-se como uma alternativa para a análise organizacional, especialmente devido ao fato de aqui elas serem pensadas a partir de seus processos de organizar, “as they happen” (SCHATZKI, 2006), sob uma lente processual.

Ainda, o etnógrafo pode ser entendido como um intérprete “na teia de significados tecida por ele mesmo” (GEERTZ, 2013). A postura de inspiração etnográfica, nesse sentido, ao ser trazido para o campo dos estudos organizacionais fornece um nível de interiorização e apreensão dos significados compartilhados pelo grupo em estudo (DAMATTA, 1987; CAVEDON, 2008).

Como técnicas de coleta de materiais e informações serão utilizadas as comumente aplicadas em um estudo de cunho etnográfico como: a observação participante, as anotações no diário de campo, roteiros de entrevistas abertas, levantamento de documentos históricos em diferentes bases de dados.

Em relação a imersão no campo, desde a primeira observação em campo até o último contato foram realizadas 25 visitas no período que vai de maio de 2015 até setembro de 2015. Durante as primeiras visitas em campo me preocupei em compreender o histórico do contexto de estudo, assim como conhecer e coletar informações variadas sobre os atores atuantes nas organizações e espaços urbanos envolvidos na pesquisa. Isso ocorreu a partir de dados recolhidos através de observação, entrevistas informais e de conversas realizadas. É importante ressaltar que, durante este período inicial, documentos sobre o espaço urbano do bairro foram igualmente levantados e consultados. Durante o primeiro semestre de 2015, foram realizadas no total 12 imersões em campo, sendo 5 visitas de observação flutuante (PÉTONNET, 2008) nos espaços do bairro do Grande Pirambu e 7 especificamente na organização em estudo que fica localizada na comunidade Quatro Varas – aqui, me dedicando a observação participante e entrevistas. Essas imersões aconteceram tanto em dias da semana como nos finais de semana. Durante o período de 20 de julho a 30 de julho foram realizadas entrevistas com gestores responsáveis pela organização, coordenação geral, assim como demais funcionários e visitantes da organização que moram na comunidade. Os documentos foram coletados na própria organização, na sede da Secretaria Executiva da Regional (SER) 1

de Fortaleza que abrange 15 bairros da cidade, incluindo o Pirambu e na Secretaria Municipal de Saúde devido ao vínculo de convênio que a organização possui com a Prefeitura da cidade de Fortaleza.

Nos meses de agosto e setembro de 2015 passei a visitar com mais frequência a comunidade Quatro Varas e o MISMEC indo todos os dias da semana, onde realizei atividades como voluntário, ajudava na preparação do almoço, visitava moradores da comunidade e participava de reuniões, o que me permitiu ter uma maior aproximação com os atores que visava acompanhar e descrever.

5 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO: DE LESTE A OESTE

Os relatos presentes nessa seção compreendem um breve histórico do campo em estudo, assim como informações recolhidas durante meu segundo ano de mestrado. Não será uma história exaustiva, mas apenas uma mostra de como o Grande Pirambu tomou forma a partir de um processo histórico e sua expressão material foi constituída dialeticamente e ocasionando a construção do seu território, marcado também pelas lutas por habitação e organização dos espaços graças à participação popular. Os relatos foram construídos a partir de dados colhidos através de documentos sobre o espaço urbano, observação, diários de campo, entrevistas formais e informais realizadas nesse período e imagens fotográficas produzidas durante o acompanhamento *in loco* nas atividades da organização MISMEC – 4 Varas (Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária da Comunidade 4 Varas) durante meu percurso de inspiração etnográfica. Os diários e as imagens fotográficas serviram como ferramentas de registro do cotidiano das atividades dessa organização nas visitas em campo.

Neste capítulo, busco descrever o cenário onde se desenvolve a maior parte da pesquisa, assim como suas relações com o espaço urbano em que se situa, o Grande Pirambu, território historicamente caracterizado por migrações ligadas a períodos de seca da população rural para a capital Fortaleza e as tentativas do governo federal para confinar esses refugiados em “Campos de Concentração”. Esse fenômeno migratório remonta ao início do século XX, mas se intensificou no anos 1960.

O meu percurso para chegar no campo era feito normalmente do lado Leste da cidade para o Movimento Quatro Varas, caminho feito pela Avenida Presidente Castelo Branco, conhecida como “Avenida Leste-Oeste”. Muitas vezes, pegava a linha de ônibus 130 – Vila do Mar/Náutico – e algumas vezes era prevenido pelo trocador que o ônibus ia para o Pirambu, como se estivesse tomando a direção errada. Durante esse trajeto, passava pela Praia de Iracema, área explorada turisticamente e caracterizada por numerosos hotéis na orla. Essa paisagem, quando mais me aproximo do oeste, assume características cada vez mais humildes na arquitetura urbana, aproximando-se do Movimento Quatro Varas – localizado no Pirambu, considerado um bairro “periférico” de Fortaleza, apesar de ficar a 3 km do seu centro.

Na primeira parte deste capítulo, adentramos nos espaços da “favela” do Pirambu e traçamos um breve histórico desse território. Na segunda parte entramos fisicamente nas ocas da organização MISMEC e apresentamos suas atividades, articulações, programas e

espaços, como integrantes fundamentais de uma rede que se estende pela cidade formadora de processos organizacionais.

5.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO PIRAMBÚ: DO “CAMPO DE CONCENTRAÇÃO” PARA A VILA DO MAR

O Grande Pirambu é uma localidade na zona oeste do município de Fortaleza, onde vive uma população genericamente identificada como pertencente às classes populares. Seu arranjo espacial urbano abrange uma área de 586,1 km² e é subdividido em numerosas comunidades de conjuntos habitacionais que ela engloba como Jacarecanga, Nossa Senhora das Graças, Goiabeiras, Quatro Varas, Terra Prometida, entra outras, além de áreas de auto-construção que se revelam como alternativa de conquista por parte daqueles que não tem acesso às políticas de habitação.

Figura 3 - Região do Grande Pirambu



Fonte: Prado (2010).

Apesar de algumas das comunidades que compõem o Grande Pirambu se constituírem de maneira autônoma, com representações e perfis sociais relativamente distintos, cada uma inclusive com uma associação de moradores própria, de um modo geral, possuem muitas características físicas, urbanísticas e infra-estruturais semelhantes. Na verdade, a própria delimitação geográfica destas comunidades é bastante difícil de ser

percebida por quem é de fora, uma vez que, na verdade, o que se nota é a inexistência de fronteiras físicas bem delimitadas, destacando-se à primeira vista muito mais uma continuidade dos espaços.

O Grande Pirambu se tornou nas últimas décadas o bairro mais populoso da cidade como receptor das populações que procuram na capital uma opção de sobrevivência na fuga do meio rural pelo fato da sua localização privilegiada – à beira-mar e por estar a aproximadamente 3 km de distância do centro da cidade – no sentido de oferecer oportunidades de trabalho às massas migratórias.

A partir dos aspectos geográficos e sociodemográficos do Grande Pirambu, uma primeira impressão pode evocar uma simplicidade que, na verdade, é apenas aparente. Enquanto uma cidade no interior de outra cidade, com toda a amplitude, contrastes e heterogeneidade que a caracteriza, o Grande Pirambu tem hoje uma complexidade que ultrapassa tais critérios de definição. Em visitas à setores da administração municipal e através da pesquisa de documentos e de outros estudos, percebi não haver uma definição consensual nem mesmo sobre a delimitação geográfica do Grande Pirambu.

Vinculada à SER I (Secretaria Executiva da Regional I), o Grande Pirambu é uma área formada pelos bairros Barra do Ceará, Pirambu e Cristo Redentor e totaliza uma população que ultrapassa 300 mil habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Já o bairro Pirambu, ainda segundo dados do IBGE (2010), possui uma população de 42.878 habitantes e maior densidade demográfica da cidade de Fortaleza, além de ser considerado o 7º maior aglomerado subnormal do Brasil (IBGE, 2010). Por sua vez, a Comunidade Quatro Varas é uma das cento e dez comunidades que pertencem ao bairro do Pirambu, contando com uma população aproximada de 12.000 habitantes. A denominação favela, durante meu percurso em campo, era utilizada por alguns funcionários do MISMEC, que caracterizavam o Pirambu como “aqui é a segunda maior favela do Brasil”, também moradores, contudo certamente mais utilizada por atores institucionais e políticos, como a instituição policial, concebendo essas áreas como alvo de atuação no que diz respeito à segurança pública e combate ao tráfico de drogas.

Atualmente, estes espaços tem sido cada vez mais tratados pelo termo “comunidade”, como é conhecida a “Comunidade Quatro Varas”, no discurso dos moradores, atores institucionais e políticos e das organizações da sociedade civil, no intuito de evitar o caráter pejorativo e do estigma carregado historicamente à palavra “favela”. Apesar da categoria “comunidade” ser apropriada por alguns de seus moradores em certas situações e

sugerir uma imagem unificadora para o espaço de região onde fica localizado a organização MISMEC – 4 Varas, está também é conhecida por “Comunidade 4 Varas” pelos moradores do “asfalto” (VALLADARES, 2000) que a visitam. Portanto, muitas vezes a região é tratada como “Conjunto Quatro Varas” por interlocutores no intuito de evitar confusão entre o espaço regional em que a organização está localizada e o MISMEC em si.

Devido à diversidade e inexistência de uma limitação única do Grande Pirambu, a perspectiva deste trabalho toma essa região como sendo a composição de três bairros distintos: Barra do Ceará, Pirambu e Cristo Redentor que coaduna com a da SER I, dos critérios da pesquisa realizada entre os anos de 1999 a 2003 pelo Laboratório de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Ceará (UFC), coordenada pela Professora Dra. Maria Salete de Souza, e de maioria dos moradores, porém, para esses últimos, incluindo também os bairros Nossa Senhora das Graças, Japão, Colônia, Cacimba dos Pombos, Cajazeiras, Areia Grossa, Arpoador, parte de Jacarecanga, Tirol e Titanzinho.

Além de não haver consenso sobre essas definições, conforme exposto anteriormente, atualmente, o Pirambu delinea um espaço de singularidades e hibridismos com um intenso fluxo de pessoas que ali se encontram, interagem, trabalham e se movimentam. Entre a pertença e o estranhamento, o viver em contínua oscilação entre o estar sempre e o não estar nunca, que remete à necessidade de comunicação das fronteiras entre os não lugares da fragmentação e solidão e os lugares de reconhecimento e partilha (IPIRANGA *et al.*, 2006).

Neste capítulo, busca-se compreender a singularidade dos espaços urbanos no Pirambu no sentido de verificar os processos organizacionais, assim, priorizando, sempre que possível, as categorias utilizadas pelos próprios moradores. Passemos então à descrição de cada um desses bairros que compõem aquilo que designo Grande Pirambu.

5.1.1 A Barra do Ceará

Apesar da Barra do Ceará ter passado por uma ocupação diferenciada das demais áreas, torna-se adequado começar a análise da formação espacial do Grande Pirambu por este bairro, pois sua ocupação é bem anterior a dos outros bairros.

Devido às características da faixa litorânea de Fortaleza, ao contrário de outras cidades litorâneas coloniais, as condições naturais da cidade não eram as mais indicadas para ação do colonizador português. Lemehe (1991) nos lembra que, sobre o processo de

colonização do Ceará, Fortaleza não possuía nenhuma foz de rio navegável, nenhuma baía, e pior ainda, localizava-se numa planície arenosa, sem qualquer condição de exploração agrícola, principalmente dentro dos padrões tecnológicos da época.

Apesar disso, Fortaleza não fugiu ao modelo de organização adotado em outras cidades litorâneas do Brasil, como o Rio de Janeiro e Salvador, com a cidade alta e a cidade baixa. Segundo Linhares (1992, p. 137), “[...] a cidade baixa, perto do mar, lugar de múltiplos perigos, fica sendo a cidade dos pobres. E a cidade alta é dedicada aos ricos. Em Fortaleza, a nossa vila velha foi localizada na Barra do Ceará e a vila nova edificada próxima a atual praça da catedral”. Como consequência desse processo, a Barra do Ceará foi basicamente ocupada por colônias de pescadores, que caracterizou esse território, as quais originaram o Grande Pirambu.

Conforme Santos (2006), nos anos 1940 tem-se início um lento processo de expansão dessa área, com a instalação das chácaras, atraídas pelas belezas naturais marcantes: o rio, o mar, o encontro das águas, o coqueiral e os campos dunares. Santos (2000, p. 73), ao analisar a segregação sócio-espacial da Barra do Ceará, afirma que a área compreendia “uma praia de elevado valor paisagístico, com suas extensas dunas recobertas por gramíneas. A ocupação da área na época mantinha livre a faixa de dunas que apresentava 350 metros de largura”.

Vale ressaltar que a Barra do Ceará dispunha do território do lazer, além do território da pesca e das chácaras da classe média, como o Clube de Regatas, construído em 1960, destinado ao lazer da classe alta e média da cidade e dos habitantes das chácaras na área, aspectos que diferenciam a ocupação do bairro dos demais que compõem o Grande Pirambu (SANTOS, 2006).

Posteriormente, a faixa litorânea foi inserida numa lógica diferenciada da anterior (lazer pra ricos e classe média), pois a praia ficou priorizada como território de lazer pelos diversos bairros populares da zona oeste da cidade. As pessoas que chegavam à praia da Barra do Ceará provocavam um movimento frenético nessa área, com o movimento de pequenos barcos fazendo a travessia do rio, a mistura de cores, sons e ritmos, construindo assim uma nova paisagem. Linhares (1992) descreve essa dinamicidade no trecho abaixo:

Na praia chegam os grupos de pessoas saídas de todos os conjuntos populares, todos os bairros suburbanos da zona oeste começa a se aglutinar naquela manhã de domingo. Caminhões chegam carregados, ônibus cheio de barulhentos grupos ficam abandonados à beira da estrada [...] Em poucos segundos, é possível perceber a diversidade de sons. Uma mistura de ritmos exalta e dá intensidade aos espaços. Os grupos se espalham por todos os locais da praia. Se misturam, se falam, se gritam.

Forró, carimbó, samba, rock, brega, musica caipira, se junta no ar, formando uma massa sonora difusa (LINHARES, 1992, p. 259-260).

O território da Barra do Ceará também é caracterizado por um processo de industrialização de Fortaleza, iniciado em 1872, com a primeira unidade industrial da cidade, a fábrica de tecidos “Progresso”. Conforme Amora (1995), a primeira industrialização da cidade estendeu-se até o final da década de 1950, e se caracterizou pelo predomínio de investimentos de iniciativa individual ou de propriedade de grupos familiares, tendo contribuído muito para o processo de urbanização de Fortaleza.

As indústrias, em sua maioria, concentravam-se no setor oeste da cidade, tendo como referencia central a área central, situada ao longo do eixo viário da Avenida Francisco Sá, que tinha seu início no bairro Jacarecanga, estendendo-se até à Barra do Ceará. Souza (1978, p. 80), afirma que entre os anos 1926 e 1928 foram instaladas no bairro de Jacarecanga a indústria têxtil e de cigarros, a fábrica de tecidos na Avenida Francisco Sá e a fábrica Urubus, da Rede Viação Cearense.

Contudo, somente após a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, foram destinados investimentos de incentivos fiscais para o Nordeste, colocando a região em um processo de integração da produção e do mercado internacional, consolidando Fortaleza como um pólo industrial, com a instalação de outras indústrias têxteis e de calçados.

A concentração de indústrias no setor oeste da cidade estava inserida no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (Plandirf), o qual representava a segunda fase de planejamento da cidade; e, conforme Souza (1978, p. 109), “Tratava do sistema viário e do zoneamento de uso e ocupação do solo. O Zoneamento destacava três aspectos: descentralização comercial e dos serviços; renovação da área central e planejamento para a área litorânea”.

No que diz respeito ao sistema viário, o Plandirf visava à abertura de vias, tais como: a Avenida Leste Oeste, Borges de Melo, José Bastos, Beira-Rio e Zezé Diogo. Dentre as áreas atingidas por estas vias, destacamos o Arraial do Moura Brasil, conhecido como zona de prostituição e da localização de “pensões alegres”, no setor oeste de Fortaleza, ocupado inicialmente por trabalhadores que serviam de mão-de-obra nas atividades portuárias no antigo porto da cidade (Porto das Dragas). Na atualidade, resta apenas um pequeno bairro constituído por população carente.

5.1.2 O Pirambu e o Cristo Redentor: “o bairro”

O Grande Pirambu sendo todo o bairro Pirambu e o Cristo Redentor e somente parte da Barra do Ceará é margeado pelo mar e pela Avenida Castelo Branco (Leste-Oeste). As fronteiras entre os bairros são muito tênues, em especial na distinção entre o Pirambu e o Cristo Redentor. Desse modo, durante minha pesquisa, me referi aos dois em “bairro ou Pirambu”, assim como alguns de meus interlocutores.

O Pirambu⁶ corresponde a uma antiga área marítima, na qual o território de pesca situava-se presente ao longo de toda a zona oeste (SANTOS, 2006). Porém, atualmente, o território dos pescadores restringe-se à área denominada de porto das jangadas, onde os pescadores guardam suas jangadas e realizam a prática pesqueira.

O Pirambu era composto de inúmeras belezas naturais. Em seu livro “Historiando o Pirambu”, Costa (1995, p. 15) descreve a área como repleta de belezas naturais, “Contava com uma paisagem de dunas brancas, coqueiros e lagoas, a lagoa do mel e a lagoa Funda, enchia de beleza esta parte da orla marítima de Fortaleza, de morros altíssimos, como o do Japão, onde podia avistar-se grande parte da cidade”.

Conforme Santos (2006), a paisagem do Pirambu e as suas belezas naturais, anteriormente descritas, foi intensamente alterada a partir de 1930, principalmente na década de 1950, com a chegada dos “retirantes” vindos do interior do Ceará assolados pela seca. Os migrantes, em virtude da falta de condições financeiras, utilizavam-se de todo tipo de material disponível para a construção de casas; sobretudo, as casas de taipa, constituídas de varas e barro, conforme demonstra a figura 2.

Figura 4 - Praia do Arpoador (1930) e Casas de taipa no Pirambu (1950)



Fonte: José Borzacchiello da Silva (1960) e Arquivo Miguel Ângelo de Azevedo Nirez (1933).

⁶ O nome “Pirambu”, em tupi-guarani significa “peixe-roncador”, espécime de peixe muito abundante no local.

As imagens na figura 2 demonstram duas paisagens diferenciadas do Pirambu. Na primeira imagem pode-se observar as dunas brancas e coqueiros do Pirambu da década de 1930; e na segunda imagem da década de 1960 retrata-se as casas de taipa e ruelas estreitas, dessa forma, pode-se ter uma ideia das transformações ocorridas na área.

Essas transformações da paisagem do Pirambu são relacionadas ao processo migratório para Fortaleza, o qual foi influenciado pela seca e pela expansão ferroviária, a partir da construção de duas ferrovias: a ferrovia Baturité e a ferrovia de Sobral, que possibilitavam intensas migrações a Capital. Segundo Souza (1978, p. 102), “Esse processo migratório, diretamente ligado aos problemas da economia rural do estado, foi intensificado a partir de 1930, em parte por influência das sucessivas secas – 1932, 1952, 1958 e 1970”.

Neste sentido, Conforme Rios (2001):

[...] as ferrovias não traziam somente o algodão ou o fumo, transportavam também milhares de flagelados. Criava-se então, um paradoxal desejo sobre a construção e o alongamento das Estradas de Ferro: o interesse da burguesia industrial e comercial era consolidar cada vez mais o capitalismo em Fortaleza, no entanto a estrada de ferro trazia também a miséria que se queria longe da capital (rios, 2001, p. 16).

Entretanto, a chegada dos imigrantes na capital era vista com pavor pela sociedade fortalezense, principalmente pelos comerciantes e pela elite da cidade. Rios (2001) em seu livro *Campos de Concentração no Ceará: Isolamento e poder na Seca de 1932* nos mostra como os jornais da época tratavam tal processo:

O Diário do Nordeste, nos primeiros dias de 1932, anunciava: “Os famintos estão chegando até Fortaleza. Trens são assaltados e agora os chefes de comboios já não impedem a vinda dos flagelados para a capital (...) (17/02/32). O Correio do Ceará reforçava: “Os retirantes vêm vindo (...) É a seca em toda sua rudeza que traz aos nossos rumos esses infelizes, míseros destroços da catastrophe que enluta os sertões e que acabará por nos envolver completamente (...). Enquanto isso O Povo alardeava: “Hoje, pela manhã quando partia o trem horário de Senador Pompeu, foi o mesmo invadido por uma leva de cento e tantos flagellados, que, embora em atitude pacífica, se mantiveram no firma propósito de se transportarem a esta capital (...) (16/03/32) (RIOS, 2001, p. 30).

Tais notícias favoreceram uma situação de medo e pavor frente aos retirantes que chegavam a Fortaleza e os que ainda estavam por vir, que exigiam uma ação concreta do Governo do estado. Em resposta, Governo local criou os “Campos de Concentração” (NEVES, 1998), sendo cinco no interior e dois na Capital – um deles erguido no Pirambu, conhecido como campo de concentração do Urubu –, como locais construídos com a

finalidade de reunir os imigrantes em um único lugar, mantendo-os sob o olhar das autoridades e com o objetivo de oferecer-lhes “proteção”.

Nesse sentido, segundo Rios (2001, p. 51): “Os projetos de urbanização e modernização de Fortaleza elaboravam “Campos de Concentração”, asilos e casas de pobres para isolamento da pobreza, Fortaleza planejava ter os pobres em lugares adequados”. É interessante o nome dado aos Campos de Concentração pelos retirantes que habitavam nesses locais, pois estes associavam o local e o modo como eram tratados aos animais da área rural. Ainda conforme Rios (2001)

Chamavam-no de Curral do Governo. Na vivência do mundo rural, o sertanejo sabe que o gado precisa ser encurralado para não fugir. O curral é a prisão. Mais que isso: é uma prisão de animais. O Campo de Concentração não era, portanto, um lugar para gente. Era uma prisão que tratava seres humanos como bichos. Na memória de muitos sertanejos, o curral foi mais um caso que explicitava a forma cruel pela qual o Governo costumava, e ainda costuma, assistir os despossuídos (RIOS, 2001, p. 68).

Assim, o Pirambu concentra retirantes desembarcados em Fortaleza, caracterizando-se como o território dos pescadores e imigrantes, os quais ergueram seus barracos e casebres na praia, dando origem à favela do Pirambu. Surgem então as primeiras favelas nos espaços litorâneos de Fortaleza, que na maioria das vezes, conforme Dantas (2002, p. 53), eram áreas que anteriormente foram ocupadas por colônias de pescadores, “[...] o fluxo de pobres à beira-mar, suscita construção de favelas em espaços já ocupados por comunidades de pescadores”. Nesse movimento, os retirantes deixam de ser flagelados e passam a ser favelados. Dessa maneira, pescadores e favelados passam a dividir o mesmo território, vivendo em comunhão e sem conflitos.

A partir da sua industrialização, na década de 1940, o Pirambu já contava com a participação de um razoável número de operários sindicalizados, notadamente daqueles vinculados às indústrias do bairro Francisco Sá, e outros movimentos populares comandados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). A experiência sindical destes trabalhadores irá influenciar na organização de seus moradores, culminando no primeiro movimento social de Fortaleza – A marcha do Pirambu – reivindicando o acesso à terra e posteriormente à moradia (SANTOS, 2006).

Além do PCB, a Igreja Católica, na figura do Padre Hélio, também teve papel preponderante na conscientização dos moradores na luta pela terra. Com a chegada do Padre Hélio em 1958, no Pirambu, a Igreja inicia uma forma de trabalho de análise da conjuntura sócio-político-econômica da realidade em que viviam as pessoas da área, através do

evangelho (BARREIRA, 1992). Conforme Barreira (1992, p.58) “Organizando um trabalho de quarteirão e com a ajuda do Padre Hélio, os moradores realizaram a marcha na cidade no dia 01 de Janeiro de 1962, reunindo 200.000 pessoas até o centro”.

Após a marcha, o Pirambu recebeu então apoio de políticos influentes como o senhor Virgílio Távora, o então Ministro de Aviação e Obras Públicas do governo de João Goulart, o qual se comprometeu a interceder junto ao Primeiro Ministro, Tancredo Neves. Em decorrência da visita, em 25 de maio de 1962, dá-se a desapropriação das terras do Pirambu conforme o decreto abaixo:

Decreto nº 1.058, de 25 de Maio de 1962, declara de utilidade pública para desapropriação, duas áreas de terra situadas no bairro do Pirambu, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, necessárias a melhoramento habitacional de grande centro de população local, com execução de obras de urbanização, obras de higiene e abertura de vias e logradouros públicos, para melhor utilização estética e fixação dos habitantes respectivos (BRASIL, 1986).

Decorridos esses acontecimentos, segue-se um período marcado pela Ditadura Militar, e no intuito de desarticular o crescente movimento de resistência evidenciado no Pirambu, Padre Hélio foi transferido para o Maranhão, e o Pirambu foi dividido em duas paróquias: Nossa Senhora das Graças (Pirambu) e o Cristo Redentor, a segunda paróquia que originou o bairro Cristo Redentor (SANTOS, 2006).

A divisão do Pirambu proporcionou o enfraquecimento dos movimentos populares na área. Os padres nomeados para as duas paróquias restringiam suas ações às questões religiosas, sem interferir nas discussões políticas, ficando os dois bairros sem uma figura forte que pudessem orientá-los e organizá-los como havia feito Padre Hélio. Além do mais, o próprio movimento popular do bairro encontrava-se enfraquecido, em virtude do Golpe Militar de 1964, que instituiu um regime autoritário, reprimindo os movimentos sociais.

A história de luta do Pirambu não se resume à Marcha do Pirambu, mas se traduz numa luta cotidiana de seus moradores em busca de equipamentos de infra-estrutura básica (escolas, creches, postos de saúde e saneamento), transformando a antiga favela em bairro. Segundo a definição dada por Certeau (2003, p. 45):

O bairro é, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo de privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia) e sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia) (CERTEAU, 2003, p. 45).

No entanto, a infra-estrutura instalada no Pirambu não foi suficiente para acompanhar a demanda existente, caracterizando este como um bairro popular litorâneo, constituído de espaços fragmentados, os quais se diferenciam no arranjo sócio-espacial, principalmente, na faixa litorânea, a qual apesar de apresentar espaços altamente degradados, ainda dispõe de áreas com elevado potencial paisagístico.

Nesse âmbito, o Grande Pirambu, território delimitado e apropriado a partir de relações de poder empreendidas por diferentes atores sociais, reflete espacialmente o seu ordenamento territorial, consolidando-se como espaço fragmentado. Esse espaço vem passando por intensas transformações tendo em vista a implantação de políticas públicas na área.

A primeira delas ocorreu na década de 1970, com a construção da Avenida Leste Oeste. Tal avenida tinha como objetivo integrar o setor oeste de Fortaleza (zona industrial da Francisco Sá e Barra do Ceará) ao setor leste (zona portuária do Mucuripe), e ainda erradicar as áreas de populações pobres (tidas como área de prostituição e marginalidade) localizadas ao centro (SOUZA, 1978).

Como consequência da construção da Avenida Leste-Oeste houve o desmonte de dunas, a transferência de famílias do Grande Pirambu, e a quase extinção do bairro Arraial Moura Brasil. Sobre esses impactos o coordenador do programa Terra e Moradia do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), da Arquidiocese de Fortaleza declara que,

No setor oeste de Fortaleza, o “progresso” veio com a avenida Leste-Oeste. Até 1970, aquela área era só zona de habitação, hoje temos o Hotel Marina Park e outros equipamentos. Com a Avenida Leste-Oeste, as comunidades desapareceram, foram expulsas para zonas periféricas, bem longe da vista do mar, sendo relocadas no conjunto Palmeiras (Messejana), no Conjunto marechal Rondon, na Jurema (Caucaia) (MORADORES, 1998).

A declaração do coordenador do supracitado programa nos revela que a Avenida Leste-Oeste teve um caráter de intervenção do poder público, através da adoção de política de controle social, segundo a qual famílias foram divididas, laços de solidariedade desfeitos, parentes e amigos de longas datas transferidos para conjuntos habitacionais, distantes dos locais de trabalho. Sobre esse processo de remoção dessas famílias, Souza (1978, p. 91) assinala:

O trabalho de remoção não abrangeu só o Arraial Moura Brasil, mas todo o leito da Avenida, trechos do Pirambu e da vila Santo Antônio. Aí residiam cerca de 13.000

pessoas, sendo 60% das habitações construídas com palha, taipa ou madeira. Muitas dessas famílias residiam atualmente no Conjunto Marechal Rondon, já nos limites com o município de Caucaia.

O entorno da Avenida Leste-Oeste foi o local no qual iniciam-se as transformações sócio-espaciais no Grande Pirambu, com a expansão da oferta de serviços (comércio, postos de gasolina, escolas, postos de saúde etc). e infra-estrutura ao longo da via (asfalto, iluminação, sinais de trânsito, etc.). Conforme assinala Dantas,

“No que respeita ao Pirambu, a avenida Leste-Oeste deixa de ser litorânea e penetra a favela, provocando uma especialização ao longo da vida, com instalação de comércio diversificado e modificação da aparência da favela com a construção de duplex” (DANTAS, 2002, p. 63).

Apesar da referida avenida ter acarretado o processo de transformação, as melhorias ocorridas ao longo da via não atingem a área como um todo, restringindo-se apenas ao seu percurso e as ruas principais do bairro. Nesse sentido, outro aspecto bastante significativo dos tipos habitacionais no Grande Pirambu é o papel da mobilização de diversos atores sociais tais como instituições do Governo Federal, Estadual e Municipal; as associações comunitárias, o Movimento dos Sem Teto, os grupos de ocupação, a Igreja, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os donos de depósitos de material de construção e os proprietários fundiários, na construção de conjuntos habitacionais em regime de mutirão. Esses atores, com interesses distintos e quase sempre contraditórios, buscam realizar programas de mutirões habitacionais.

O projeto “Vila do Mar”, uma das intervenções espaciais mais importantes realizadas no bairro, não apenas em termos práticos mais também simbólicos, foi anunciado em 2006 pelo governo local como uma das maiores parcerias de investimento da história do Ceará. Esse projeto recebeu investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – tendo como agente responsável o Ministério das Cidades –, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e do governo do estado. A ideia surgiu da necessidade de ligar o Centro Histórico, bairro do Pirambu, av. Leste-Oeste e o bairro Barra do Ceará a outras partes de Fortaleza. Como consequência, surgiu a necessidade de reinstalação das famílias de baixa renda que viviam em zonas ilegais de Áreas de Preservação Permanente (PPA) e zonas de risco, próximas ao mar. Esse espaço é também centro de interesse de instituições privadas.

Provavelmente em decorrência de sua visibilidade, da sua localização privilegiada e do seu histórico, a favela em questão também tem como característica de destaque uma grande quantidade de ONGs e projetos sociais que oferecem serviços ali, dentre esses, a

SOCRELP (Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu) e o movimento Emaús. Além disso, os atores da dimensão institucional e política: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, o Centro de Saúde Guiomar Arruda, o CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) Monsenhor Elio Campos, o Centro Social Urbano Governador Virgílio Távora e o CUCA Barra – complexo cultural mantido pela prefeitura de Fortaleza. Esses projetos ou organizações oferecem atividades muito variadas como aulas de luta, ballet, música, natação, circo, dentre outras. As iniciativas de moedas comunitárias foram igualmente implementadas no bairro através do Banco Pirambu, idealizado pela ONG Centro de Incentivo à Vida (NVIC) e recebeu a chancela do Banco Palmas, o único banco comunitário do país que funciona com autorização do Banco Central. Pode-se relacionar esses exemplos como múltiplas formas de organização no Pirambu, assim, questiona-se como esses esforços influenciam os espaços nesse bairro periférico, quais as práticas espaciais de organização e os atores envolvidos no processo de urbanização do bairro.

5.2 “QUATRO VARAS” E A FORMAÇÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Era uma sexta-feira ao meio-dia, em uma entrevista com a coordenadora do CAPS Geral da Regional I, ela me perguntou: “Tu já foi lá? Já viu o índio? No pé daquele índio tem a história porque do nome 4 Varas (...) Eu vou lhe contar só o miolo da conversa, porque se não vou perder o horário de almoço”. A minha interlocutora já havia ocupado o cargo de coordenadora do Movimento 4 Varas⁷, onde realizou atividades como voluntária e trabalhou por 18 anos. Atualmente, ela ocupa a coordenação de um dos CAPS da cidade de Fortaleza. Indicado por funcionários do MISMEC e no intuito de entender mais sobre a relação do Movimento com o CAPS, marquei uma reunião com ela. Nessa reunião, dentre outros assuntos, ela tratou de me narrar um pouco sobre a história do “4 Varas” – que também consta em parte numa estátua de um índio que se encontra no terreno do MISMEC – e das relações entre atores institucionais e políticos e o “Movimento”. No presente tópico será tratada essa história, relatando também a relação com as transformações materiais produzidas pelos processos organizacionais que ele gera.

O MISMEC – 4 Varas (Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária), também conhecido como Projeto “Quatro Varas”, fica localizado no Grande Pirambu, mais

⁷ Mantenho neste tópico as denominações utilizadas pelos meus interlocutores para se referir ao Movimento Integrado de Saúde Comunitária do 4 Varas: MISMEC – 4 Varas, “o projeto”, “o movimento”, “4 Varas”, “comunidade” ou *spa*.

especificamente na favela Quatro Varas e possui como finalidade, dentre outras coisas, promover o desenvolvimento e organização dessa comunidade e de comunidades vizinhas através das atividades por ela oferecidas, promover estudos, debates, reflexões sobre as implicações socioeconômicas e culturais no processo de exclusão e marginalização de indivíduos e populações. Indicado pelos meus interlocutores durante minhas visitas flutuantes em campo, resolvi realizar visita à essa organização no intuito de entender seus espaços organizacionais, assim como o modo como ela implica os espaços da favela do Pirambu. Por último, abordamos o que entendemos escapar aos fluxos formais de uma organização, nesse sentido, utilizaremos a metáfora de espaços como regiões, redes, fluidos e fogo.

5.2.1 Onde está a Organização 4 Varas?

Foi a partir da entrevista com a ex-coordenadora do MISMEC no CAPS da Regional I, relatada no tópico anterior, que eu comecei a refletir a respeito da atuação dessa organização que está definitivamente presente na favela, mas que atua em outros pontos da cidade, muitas vezes entre grupos de interesses conflituosos. Nessa entrevista também, comecei a pensar sobre a distinção entre a “organização” em si e a comunidade Quatro Varas, como me foi relatado: “Quando eu cheguei não tinha essa diferença do que era projeto e o que era a comunidade porque não era murado, justamente por não ter um muro separando [...]” (Diário de Campo, 21/07/2015).

No que se refere às relações estabelecidas com outros atores e os efeitos do MISMEC nos espaços da cidade, ao longo do meu período em campo, no intuito de acompanhar suas ações, realizei muitas das entrevistas em trânsito, ou no meu carro, ou no do veículo de algum funcionário do “4 Varas”, em outros pontos da cidade, com atores político-institucionais, como CAPS, Prefeitura de Fortaleza, Secretaria de Saúde, Universidade Federal do Ceará (UFC), dentre outros.

Em relação à distinção “4 Varas”, micro-área do Grande Pirambu e as ações desempenhadas pelo MISMEC, pode-se afirmar que as entrevistas as micro-histórias que acontecem nesses espaços oferecem “histórias imbricadas”, onde muitas vezes as duas se confundem. Elas podem ilustrar consequências dos processos organizacionais que envolvem atores humanos, redes sociomateriais, instituições e entidades políticas. Nesse sentido, conforme Czarniawska (2010), as fronteiras das “organizações” não são claras e bem definidas como nos fazia pensar a abordagem sistêmica, assim faz mais sentido falar em

processos de organizar, opção que vem sendo adotada por muitos pesquisadores em estudos organizacionais, dentro de uma perspectiva processual.

O dinamismo do espaço, retratado no início do capítulo, também parecia se refletir nas ações do MISMEC. À respeito disso, um de nossos entrevistados afirma: “Mas não existe uma organização. Isso não é orquestrado, nem organizado a gente se espanta quando vê e diz: olha, que interessante”. Nesse sentido, alguns entrevistados também utilizavam o nome laboratório para definir as ações do MISMEC na comunidade, como: “O Quatro Varas é um laboratório de paradigmas terapêuticos em benefício da comunidade”. A presença de agentes muitas vezes conflitantes e informais, como prefeitura, moradores, tráfico de drogas, polícia, pesquisadores, curandeiros, associações de moradores, rezadeiras, editais, igreja, equipamentos de filmagem, convênios, arquitetura, paisagismo, muros, fitoterápicos, turistas e moradores do “asfalto” que interagem diretamente com o espaço era mediada de alguma forma por uma prática integradora.

Diante disso, qual deveria ser o meu fio condutor que me faria adentrar nessa rede? Desse modo, a TCI (Terapia Comunitária Integrativa) que será explicada adiante foi escolhida como a porta de entrada do estudo pelo qual se pudesse tecer as redes dos efeitos dos processos de organizar e as controvérsias geradas a partir da performance dessa prática em seus espaços de performance.

A história da criação da prática da TCI coincide com a fundação da ONG (Organização Não Governamental) Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária do Ceará – MISMEC, cujo nome popular é Projeto Quatro Varas, em 1995. O MISMEC é uma entidade sem fins lucrativos, que surgiu no Grande Pirambu, mais especificamente na favela 4 Varas (figura 3), como um dos desdobramentos da criação da TCI (Terapia Comunitária Integrativa) e foi paulatinamente desenvolvendo outras práticas de promoção da saúde comunitária, além de rodas de TCI semanais. Foram agregadas outras atividades à ONG, como massagem terapêutica, farmácia de ervas medicinais, oficinas de arte e trabalho psicopedagógico com crianças da comunidade (GIFFONI, 2008).

Figura 5 - Acesso ao Projeto 4 Varas via “Leste Oeste”



Fonte: MISMEC – 4 Varas (2015).

O espaço do MISMEC é caracterizado por possuir ocas indígenas para a realização de atividades coletivas – Terapia Comunitária Integrativa e vivências – caracterizado como uma ONG ela oferece além dessas atividades massagens terapêuticas, farmácia de ervas medicinais, oficinas de arte e trabalho psicopedagógico para crianças da comunidade (GIFFONI, 2008). Essa rede se organiza para manter a identidade em seus espaços através da manutenção de seus espaços e cultivo de horta de ervas medicinais que servem para produção de remédios que são distribuídos nos postos de saúde da cidade.

Conforme um de seus criadores (2008), a TCI é definida como uma abordagem de atenção à saúde comunitária realizada em grupo, que objetiva a criação e o fortalecimento de redes de apoio social promovidos pela troca de experiências e superação das dificuldades do cotidiano. Ainda nesse sentido, outros autores destacam que a TCI é um recurso que promove a formação de redes sociais solidárias de apoio para lidar com o sofrimento e mobilizar os recursos e as competências das pessoas nos níveis individual, familiar e comunitário (NEDER; PINHEIRO, 2010; GRANDESSO, 2005). Desta forma, Giffoni (2008) ressalta o caráter da TCI de favorecer o estabelecimento de uma relação de cuidado e de acolhimento entre as pessoas, na medida em que elas podem se relacionar num contexto de ajuda mútua, num espaço que assegura a fala e a escuta respeitosa.

A TCI também é qualificada como uma tecnologia leve de cuidado pela literatura especializada na área saúde (FERREIRA FILHA *et al.*, 2009; ROCHA *et al.*, 2009). Segundo

essa qualificação, há uma tecnologia leve, semidura e dura no processo de saúde (MERHY, 1997). Giffoni (2008) ressalta que a tecnologia leve refere-se a algo abstrato como as relações humanas, leve-dura relacionada ao conhecimento técnico e dura aos recursos materiais como instrumentos e máquinas utilizados nas ações de cuidados com a saúde.

Conforme Giffone (2008), a TCI é uma prática fomentadora de cidadania por constituir-se num espaço para o exercício de escolhas num contexto coletivo. Nesse sentido, durante a prática, os participantes apresentam temas e escolhem um a partir de uma reflexão coletiva. O grupo elege o que é mais relevante para ser trabalho naquele encontro. Dessa forma, a abordagem, pode favorecer para a transformação social ao promover a autonomia das pessoas, e o exercício da cidadania, além da ação terapêutica em si (GIFFONI, 2008; HORTA; CALDEIRA, 2011).

Para os autores Grandesso e Lazzarini (2010), a TCI surgiu para responder às necessidades de atendimento de uma população carente de recursos financeiros, serviços de saúde e informação. Ainda nesse sentido, conforme Giffoni (2013), a conjuntura de vulnerabilidade social mobilizou atores que trouxeram significativas contribuições para o desenvolvimento comunitário, promoção de saúde e cidadania.

5.2.2 Despejo e ocupação: a comunidade 4 Varas

No início da década de 80, um advogado da Arquidiocese, morador da comunidade e irmão do criador da terapia comunitária, fundou a Comissão de Direitos Humanos do Pirambu, cujo trabalho era de “orientação, encaminhamento de casos, violência policial, reivindicações, isto é, um ponto de apoio para a comunidade local” (RIVALTA; ALMEIDA, 2011, p. 41).

Essa comissão foi criada no bairro no sentido de garantir os direitos da população em meio aos conflitos sociais relacionados aos despejos em meados de 1985 no Pirambu, por conta do fechamento da fábrica “Cimpelco”.

Os donos da fábrica Cimpelco declararam falência e a impossibilidade de indenizar os funcionários. Indignados com a situação, os funcionários resolveram saquear os bens restantes e ocupar a área para estabelecer moradia. A comunidade próxima também decidiu ocupar o espaço da fábrica. Diante da atitude dos operários e da comunidade circunvizinha, o poder público se manifestou por meio de violência e derrubada das casas,

mas as pessoas resistiram e ali se estabeleceram (GIFFONI, 2008; RIVALTA; ALMEIDA, 2011).

Nesse contexto de luta, surgiu outra pessoa importante na criação da TIC, o Padre redentorista Frances Henry Le Boursicaut⁸, que decidiu apoiar as pessoas na luta pela moradia no espaço da antiga fábrica Cimpelco. Diariamente, ele colaborava na construção das casas, bem como confrontava a polícia, quando ela agredia as pessoas ou derrubava suas casas.

Em 1985, a prefeitura desapropriou a área e resolveu as ações de terra pendentes. Vencida a etapa da violência física, a comunidade passou a se reunir para buscar melhores condições de vida. Num de seus encontros, decidiu nomear-se Comunidade Quatro Varas. A escolha do nome ocorreu de forma democrática. Pe. Henry propôs o nome Comunidade Quatro Varas (BARRETO; BOYER, 2003; BARRETO, 2008), narrando a seguinte história:

Um velho, antes de morrer, chamou seus quatro filhos e disse: “Cada um de vocês me traga uma vara”. Quando as trouxeram, ele juntou as quatro varas e as deu ao mais velho para quebrar: “Tente quebrar as quatro varas juntas!” Como nenhum dos filhos conseguiu, o velho observou: “A herança que deixo para vocês é a união das varas, se vocês ficarem unidos como elas, ninguém quebrará vocês” (RIVALTA; ALMEIDA, 2011, p. 42).

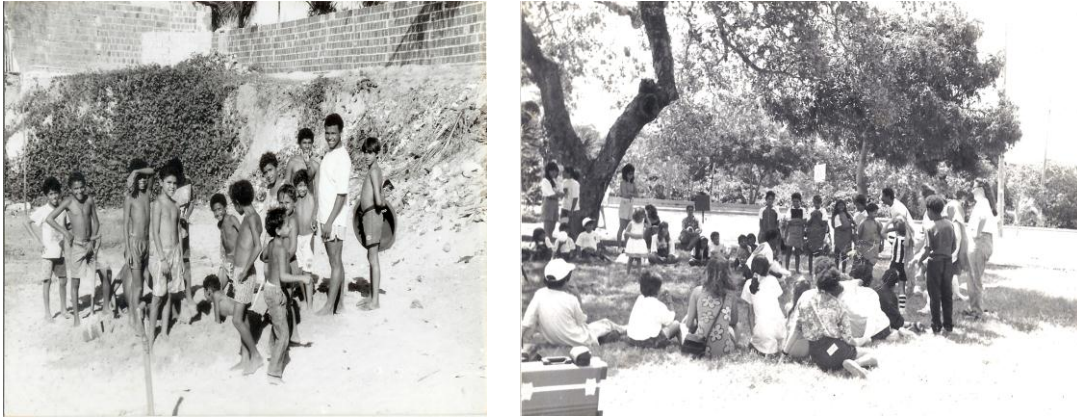
Com a partida do Pe. Henry, o advogado deu continuidade ao trabalho iniciado pelo padre. Mudou-se para uma casa de taipa na Comunidade Quatro Varas e ali inaugurou o Centro de Direitos Humanos na comunidade 4 Varas. Dessa forma, a comunidade começou a tomar forma em seu espaço urbano e adquirir legitimidade.

Algumas semanas após a criação do centro, a capacidade não suportava a procura dos moradores da comunidade pelos serviços oferecidos. A comunidade passou a se reunir sob um cajueiro que havia em um terreno, em frente à sala dos Direitos Humanos, conforme ilustrado na figura 4. Perceberam então que, apesar de terem atingido um razoável nível de organização, não dispunham de um local adequado para a realização das sessões da terapia. Ao tomar conhecimento do problema, o dono do lote onde ficava o cajueiro, resolveu colocá-lo à venda. Coincidentemente, naqueles dias, viera conhecer a terapia, uma psicanalista que Adalberto conhecera durante o doutorado, o Frances Dr. Michel Boussat, presidente da Associação “Psiquiatria sem Fronteiras” que realizava parcerias e doações à instituições de países do terceiro mundo. No início dessas reuniões, os únicos objetos de apoio que tinham eram pedras e troncos de árvores colhidas na rua, que serviam de assento. As cadeiras foram

⁸ O Padre Henry fundou o movimento Emaús no Pirambu, ligado ao Emaús Liberte, criado por ele. O movimento, que defende ideias de liberdade é um desdobramento do Movimento Emaús que existe em mais de 40 países e que foi criado pelo padre Francês Abber Pierre.

adquiridas posteriormente, no ano de 1988, por doação da senhora Eridan Mendonça, líder comunitária. Essas mesmas cadeiras de lona listada passaram longos anos a acolher as pessoas e compor o cenário do ritual da terapia.

Figura 6 - Início das ocupações na Comunidade 4 Varas e da prática de TCI.



Fonte: Arquivos históricos MISMEC – 4 Varas.

Esse é o cenário em que Airton buscou apoio no irmão, Adalberto Barreto, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC). A partir de então, passou a encaminhar pessoas para atendimento no Hospital das Clínicas, o hospital universitário da UFC. A demanda, no entanto, extrapolou a capacidade de atendimento no serviço e Adalberto propôs a ideia dele de levar seus estudantes de Medicina à comunidade (BARRETO, 2008; BARRETO; BOYER, 2003).

5.2.3 Quem são os atores?

Considerando as práticas da Terapia Comunitária Integrativa (TCI) envolvida no seu espaço urbano sob estudo como *porta de entrada*, foi identificado como principal portavoz, isto é, aquele que “fala pela rede”, que acabam por sintetizar a expressão de outros atores humanos e não humanos (LATOIR, 2000; PEDRO, 2008), o seu criador e figura emblemática do Movimento é docente da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Nesse intuito, também foram realizadas ainda entrevistas com funcionários do MISMEC para identificar outros possíveis atores.

Vamos, portanto, à descrição dos atores e os efeitos percebidos na rede durante o meu período em campo, seguindo a direção das ações da TIC no seu espaço urbano. Começo descrevendo a primeira roda de terapia comunitária que pude acompanhar – na quinta-feira

dia 21 de julho de 2015.

1. O Fundador

Cena 1: Num dia de quinta-feira à tarde, chego ao MISMEC de carro em companhia da minha orientadora e seguimos para a oca principal, onde é realizada a Terapia Comunitária Integrativa (Diário de Campo, 21/07/2015). A oca é um salão circular onde ocorre a terapia. No piso verde e meio gasto há o desenho de uma teia de aranha que preenche quase toda a área. As sessões de terapia são filmadas por três câmeras pelos estagiários. As funcionárias do MISMEC pedem silêncio e as pessoas se sentam em seus lugares. Além do público em geral de várias regiões da cidade, também são encaminhados para as rodas pacientes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), AAs (Alcoólicos Anônimos), Al-Anom – Grupos e Clínicas de Apoio à Dependentes Químicos. A sessão de terapia é dirigida nesse dia pelo professor de medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A biografia do criador da TCI está narrada nos livros *O índio que vive em mim: o itinerário de um psiquiatra brasileiro* (BARRETO; BOYER, 2003) e *Un psychiatre dans la favela* (CONTINI, 1995). De acordo com o texto da sua plataforma *Lattes*, o mesmo possui graduação em filosofia – *Université Catholique de Lyon et Pontificia Universitas St. Tomas de Aquino* (1983), graduação em medicina pela Universidade Federal do Ceará (1976), graduação em teologia - *Université Catholique de Lyon et Pontificia Universitas St. Tomas de Aquino* (1983), doutorado em medicina – *Université de Paris V (Rene Descartes)* (1982) e doutorado em antropologia – *Université Lumière Lyon 2* (1985). Atualmente é professor adjunto 4 da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Psiquiatria.

2. As instituições

As instituições, assim como a prefeitura também são atores importantes na rede do Movimento na comunidade. Os efeitos de suas ações apareceram em diversas situações, uma das quais descrevo mais detalhadamente neste tópico: a inauguração do Posto de Saúde da comunidade 4 Varas e o Projeto Vila do Mar.

Cena 2: Parecia que quanto mais frequentava o MISMEC mais percebia os hibridismos que se materializavam no espaço da favela. Numa tarde de setembro, após uma reunião para tratar da questão do convênio do Projeto com a Secretaria Municipal de Saúde na Rua do Rosário, centro de Fortaleza, chego ao MISMEC pela Rua Isaías, comunidade 4 Varas, Grande Pirambu. A entrada, por essa rua, se dá pelo Posto de Saúde 4 Varas,

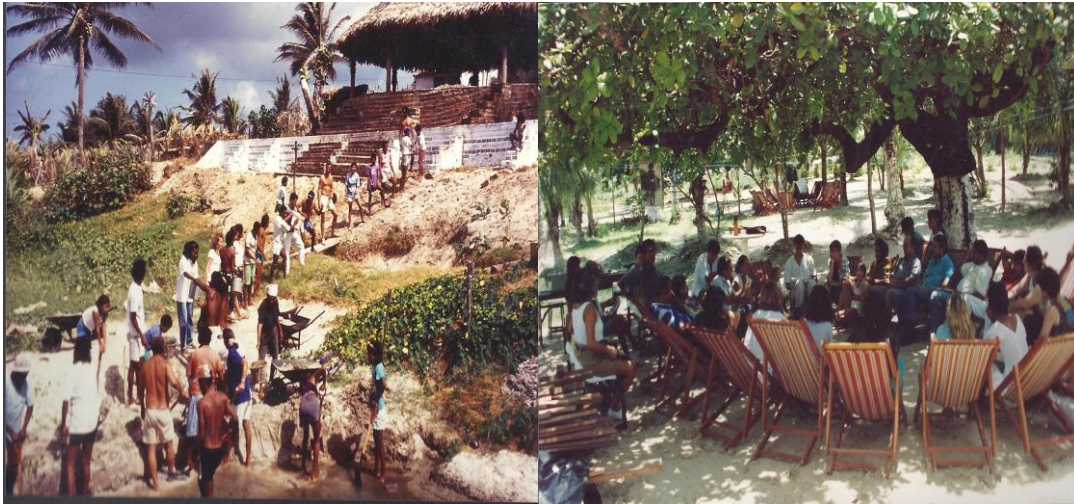
equipamento municipal, que fica localizado no terreno cedido pelo Projeto à Prefeitura. Conforme me relata um funcionário “As pessoas da comunidade têm acesso pelo Posto de Saúde, porque tem vigia e eles fazem a triagem lá. A outra entrada é mais para pessoas que vem de fora, pelo Vila do Mar, que vem de carro, e é um público bem maior”. É dentro desse contexto também que a ONG pode ser entendida como uma forma organizacional híbrida (ARELLANO-GAULT *et al.*, 2013) de fronteiras imprecisas entre a esfera pública e a privada (THOENIG, 2007). Esse caráter de fronteiras imprecisas pode ser destacado por um dos funcionários em entrevista:

Esse projeto é diferente de uma Associação de Bairro, de uma ONG comum. Essas ONGs estão preocupadas em ajeitar casa para os moradores, escola para os meninos da comunidade, ajeitar Posto de Saúde. Então, desde o início que o nosso projeto não é dar coisas para as pessoas. Porque a gente pensa que está em uma comunidade pobre vamos dar coisas materiais, mas desde o início a ideia foi de criar um espaço de acolhimento, para as pessoas cansadas, sem energias, encontrar um espaço para ser cuidada, repor a vida e continuar a vida dela. Quem dá coisas materiais são as ONGs, associações de moradores (ENTREVISTA, 2015).

Marcados por um histórico de “lutas”, devido à escassez de ações dos atores institucionais e políticos, como, a escassez de elementos básicos para a sua sobrevivência, como água, luz ou saneamento básico, conforme descrito em capítulo anterior, os moradores da Comunidade 4 Varas, construíram dentre despejos e ocupações, a comunidade. Dessa forma, o MISMEC atua através de processos de organizar como uma ponte, ou um espaço intermediário, entre a favela e suas demandas e os atores institucionais e políticos. As imagens da figura 5 visam ilustrar a atuação dos moradores da comunidade nesse sentido as origens do Movimento com a realização de terapias na comunidade.

Conforme Fuentes-Rojas (2011), o espaço de encontro da comunidade tornou-se em 1988 um projeto da Pró-Reitoria de Extensão e do Departamento de Saúde Comunitária da UFC denominado Projeto de Extensão Quatro Varas, no intuito de estreitar a relação entre a comunidade e a universidade. O projeto de extensão foi vinculado em 1995 à Organização Não Governamental Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária (MISMEC), sendo gerenciada por lideranças da Comunidade (BAKMAN; RIVALTA; BARRETO, 2010; GIFFONI, 2008). Novas parcerias surgiram deste então, o que permitiu em certos momentos ampliar a área do Projeto e realizar diversas ações que vieram beneficiar a comunidade.

Figura 7 - Construção da oca e realização de terapia no 4 Varas



Fonte: Arquivos históricos MISMEC – 4 Varas.

Nessa época a sociedade civil brasileira firmava parcerias com os movimentos sociais, especialmente alguns ligados à área da saúde chegando a levar suas reivindicações até a Assembléia Nacional Constituinte, que em 1988, promulga a nova Constituição brasileira. O seu artigo 196 levou à criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em Lei Nº 8080, de 19 de dezembro de 1990, importante acontecimento para o processo de institucionalização da terapia (GIFFONI, 2008).

O SUS foi inspirado em três princípios, sendo que os dois primeiros, o da “universalidade” e “equidade” visam garantir o acesso de todas as pessoas aos serviços de saúde, independentemente de sexo, raça, renda e ocupação. O terceiro, o princípio da integralidade inclui a preocupação com as diversas necessidades do indivíduo, somando trabalho, habitação, bem-estar social e espiritual, elementos que compõem a abordagem holística do ser humano. Apesar de abrir perspectivas de inovações no Setor de Saúde, mudanças significativas só poderiam ser efetivadas no Brasil, quando houvesse a ampliação e articulação dos serviços anteriormente existentes, uma vez que para colocar em prática os três princípios era necessário fazer reformas amplas e construir espaços adequados às formas de atendimento alternativas ao modelo biomédico (GIFFONI, 2008).

Nesse período o Brasil passou a viver um impasse porque, se por um lado o SUS representava uma abertura a novas abordagens como a terapia comunitária, por outro, sua consolidação iria depender de mudanças concretas na gestão das políticas e dos recursos, além da participação ativa dos atores sociais, processo que, necessariamente, levaria algum tempo

para acontecer de fato. Como então a terapia, uma abordagem recente e inovadora, emergente da favela, chegaria a se inserir no novo sistema que ainda estava por se consolidar?

No decorrer de dois anos de existência da TIC, ocorrem no Brasil importantes mudanças no setor de saúde, no tocante à área de saúde mental. No plano político, por exemplo após uma luta de vários anos, pela reforma psiquiátrica, o Senado Federal, aprova o projeto de lei No 3.657, em 1989, que inicia a desativação dos complexos manicomial, substituindo-os por serviços abertos e centros de convivência com terapêutica multidisciplinar. Pouco depois, o estado do Ceará se posiciona ativamente diante da reforma com a publicação da lei estadual de 29 de julho de 1993, que levou à implantação de vários centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em diversas cidades do interior e na Capital, Fortaleza. Enquanto nos CAPS as equipes multiprofissionais tentavam implementar as primeiras inovações no sentido de trabalhar numa abordagem mais preventiva e integrar os pacientes à comunidade, continuavam as demandas da população menos favorecida por espaços e experiências de curas alternativas. Nesse contexto, a terapia comunitária continua seu processo de desenvolvimento (GIFFONI, 2008).

Acontece que, apesar de ter se iniciado num período em que ocorriam as mudanças políticas descritas acima como a promulgação da nova Constituição em 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990 a terapia não encontra, de início, apoio por parte das autoridades gestoras, além de enfrentar preconceitos por parte da classe médica e da academia, que não a reconheciam como prática científica. Vale ressaltar a participação em eventos e conferências na trajetória da TIC e que contribuíram para sua legitimidade. Em 1998, o Projeto Quatro Varas ganhou o primeiro prêmio internacional de 30.000 dólares da “*The Conservation Foundation*”, participação em mesas redondas em outros países, por exemplo, organizadas pela UNESCO. Há seis anos Adalberto viaja anualmente para formar terapeutas comunitários em *Grenoble* na França, com o apoio do Instituto de Formação de Trabalhos Sociais e do Instituto de Formação em Cuidados de Enfermagem e há quatro anos realiza cursos de formação na Escola de Altos Estudos Sociais de Genebra, na Suíça (GIFFONI, 2008).

Atualmente, a Associação Européia de Terapia Comunitária, com sede em Genebra, trabalha para implementar a terapia nos programas europeus de saúde pública, pelo enfoque da inclusão social e em defesa de uma visão multicultural nas práticas de saúde. Nessa dinâmica, o Projeto Quatro Varas recebe estagiários de vários estados do Brasil, bem como de outros países. São estudantes de universidades brasileiras e estrangeiras, ou

voluntários desejosos de conhecer a terapia ou colaborar em um trabalho de cunho social (GIFFONI, 2008).

Diante desse contexto de alianças institucionais, após quase vinte anos em que o Prof. Adalberto atuou como porta-voz da TIC no Brasil e em países internacionais, a SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas), decide realizar uma parceria com o Projeto Quatro Varas, financiando, no período de 2005 e 2006, um projeto de pesquisa-ação⁹ com objetivo de fazer uma experiência piloto de implementação da terapia comunitária de forma mais ampla no Brasil. Através desse projeto seriam treinados 270 terapeutas para atuarem com a terapia comunitária no SUS. Envolveram-se diversas categorias de pessoas, a saber: participantes, terapeutas comunitários em formação e formadores.

Este projeto, realizado em 12 dos 36 pólos formadores selecionados entre os estados do Brasil permitiu a análise qualitativa de 12.000 questionários investigando as transformações pessoais e a construção de vínculos a partir da experiência da terapia. Ao final do processo, concluiu-se que a terapia comunitária promove direta ou indiretamente a prevenção do uso do álcool e de outras drogas, o exercício do auto-cuidado e a valorização dos recursos culturais, oferecendo ainda estratégias de empoderamento pessoal que contribuem não só para a promoção da saúde, mas também para a busca de autonomia. Esses resultados chamaram a atenção do Ministério da Saúde do Brasil, mas também pelo fato de que os instrumentos utilizados nas rodas de TIC eram todos acessíveis à comunidade, como por exemplo: uso de chás, caminhada, leitura, escrita, praia, música, massagens, práticas religiosas, dentre outras. Dessa forma, foi assinada uma portaria incluindo a TIC como política pública do SUS, estabelecendo-se de início o convênio (Nº 3363/2007) entre o Ministério da Saúde, Secretarias estaduais e municipais de Saúde e o MISMEC – UFC, com o apoio da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura. O objetivo era capacitar profissionais do SUS a trabalharem com a terapia comunitária.

Para fazer parte do convênio, foram selecionados 15 pólos de formação, dentre os 36 existentes no país, sendo oferecidas 70 vagas para cada um. Um total de 1005 vagas foram distribuídas entre todos os estados e municípios, priorizando locais que atendem um maior número de pessoas por meio do Programa de Saúde da Família (PSF). O projeto já está em vigor, com a realização do primeiro módulo do curso em agosto de 2008. O objetivo é implantar a terapia de forma ampla e geral, nos postos do PSF, em todos os recantos do país.

⁹ Relatório Técnico Científico sobre o Impacto da Terapia Comunitária como Recurso de Prevenção e Atenção na Comunidade. Convênio SENAD/MISMEC-CE/UFC nº 16/2004.

A terapia, assim, despertou interesse das autoridades gestoras do Setor Saúde por se constituir em um método terapêutico facilmente adaptável às condições locais e regionais dos serviços de saúde, bem como por ser exequível por qualquer profissional engajado no SUS. Como política pública, ela beneficia a população, cujas demandas nem sempre podem ser atendidas na abordagem do modelo biomédico, e, por outro lado, também promove a desmedicalização das práticas em saúde, e utilização de recursos emergentes do próprio contexto, segundo orientação da OMS, especialmente para países do terceiro mundo e países em desenvolvimento.

Além dessa formação destinada aos profissionais do SUS, quem desejar fazer a formação em terapia comunitária pode se inscrever em qualquer um dos pólos formadores espalhados pelo país, pelo endereço eletrônico www.abratecom.org.br. O preço dessa formação varia entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 de acordo com a região e as condições estipuladas pela equipe organizadora, sob supervisão da ABRATECOM. Este valor pode ou não incluir hospedagem, traslado e material pedagógico. O curso também tem formatos diversos, mas, de forma geral, consta de 360 horas, distribuídas em 4 módulos de 40 horas, realizados em um hotel, em regime intensivo, e intercalados por intervalos de 45 dias, em que os participantes devem realizar 80 horas de terapias nas instituições onde trabalham.

Hoje em Fortaleza, a TIC é praticada pelo SUS, na comunidade Quatro Varas e em mais três núcleos onde há também diversas atividades terapêuticas, organizados de forma semelhante ao Projeto Quatro Varas. Esses núcleos localizam-se nos bairros Conjunto Palmeiras, Granja Portugal e Bom Jardim. No Brasil, existem oficialmente, registrados na ABRATECOM, mais de duzentas unidades de terapia comunitária, além de 36 polos formadores.

Vale ressaltar também que a parceria com a SENAD garantiu a inclusão da TCI nas ações da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) tendo em vista que a gestão dessa secretaria buscava propostas de intervenções comunitárias consonantes com a PNAD. A TCI foi reconhecida como boa prática no âmbito da Política Nacional sobre Drogas, formalizado em 2004, pelo Convênio n 16 de 2004, firmado entre a SENAD, o pólo formador Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária do Ceará (MISMEC) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), possibilitou a capacitação em TCI, com ênfase nas questões relativas ao uso de álcool e outras drogas, de 780 lideranças comunitárias em 12 Estados brasileiros (BARRETO, 2008).

Estudar o processo de expansão da TCI no Brasil remete às instituições que protagonizaram esse processo: A Associação Brasileira de Terapia Comunitária e os pólos de formação em TCI. Essas entidades possuem, dentre suas missões, a de formar e acompanhar a atuação dos terapeutas comunitários, bem como aprimorar essa prática.

A Associação Brasileira de Terapia Comunitária (ABRATECOM) é a principal instituição representativa da TCI no país. É uma pessoa jurídica constituída para deliberar sobre os assuntos relativos à abordagem, com cursos, certificações, acompanhamento e validação de pólos de formação, congressos, entre outros mecanismos que contribuem para a implantação da TCI no Brasil.

A associação, fundada em 2004 durante o Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária em Brasília, possui membros em todas as regiões do país. Na sua fundação, ela contava com 77 (setenta e sete) associados e em 2013 esse número passou para 425 (quatrocentos e vinte e cinco). Sua atuação ocorre de forma organizada e regular, com a promoção de encontros para deliberações dos associados em duas reuniões anuais e congressos bianuais, disponibilizando apoio aos pólos de formação nos Estados para implantação da TCI.

A ABRATECOM tem um importante papel na disseminação e implantação da TCI no exterior, como em países dos continentes africano e europeu e em países latino-americanos, participando das ações oficiais no âmbito das relações internacionais como também do acompanhamento das formações in loco.

Os pólos de formação em TCI exercem um importante papel no processo de expansão e institucionalização da abordagem no Brasil, pois são instituições que a representam nos Estados, sendo responsáveis pelo desenvolvimento das capacitações (LUIZI, 2006). Os pólos de formação podem ser instituições públicas federais ou municipais; organizações não governamentais (ONGs); organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), ou instituições privadas, devendo a coordenação ser exercida por um profissional ou pessoa física capacitada como terapeuta comunitário.

Além disso, o MISMEC é também serve como espaço de encontro e mediador para projetos relacionados a comunidade. Nesse sentido, durante a fase de elaboração do projeto Vila do Mar, o MISMEC foi utilizado como espaço de reuniões, no sentido de encontrar pontos de consenso entre associações de residentes e pescadores da comunidade, empresários e políticos, conforme relatos colhidos por funcionários durante o meu período em

campo. Parte do terreno do MISMEC que dava acesso à praia foi cedido para a realização de obras desse projeto.

O projeto “Vila do Mar”, uma das intervenções espaciais mais importantes realizadas no Grande Pirambu, não apenas em termos práticos mais também simbólicos, foi anunciado em 2006 pelo governo local como uma das maiores parcerias de investimento da história do Ceará (CEARÁ, 2006). Esse projeto recebeu investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – tendo como agente responsável o Ministério das Cidades –, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, do governo do estado e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O “Vila do Mar” objetivava a inclusão social e o desenvolvimento de um turismo diferenciado, ao propor a construção de via local, contrária à avenida, de trecho rápido, proposto pelo Estado, com equipamentos comunitários identificados com a cultura local (DA SILVA, 2006). Como consequência, surgiu a necessidade de reinstalação das famílias de baixa renda que viviam em zonas ilegais de Áreas de Preservação Permanente (PPA) e zonas de risco, próximas ao mar. Esse espaço é também centro de interesse de instituições privadas.

Sobre o Projeto Vila do Mar e o Posto de Saúde Quatro Varas, o Prof. Adalberto Barreto afirma (2014, em entrevista): “Facilita o acesso, nós perdemos terreno, valioso que é na beira da praia, mas o acesso à nível da segurança melhorou, aquele Posto de Saúde ali também ajudou”. O Prof. Adalberto Barreto (2015, entrevista) afirma: “era o único espaço aberto que dava pra praia então todos os ladrões que roubavam lá por cima, ou que matavam alguém, corriam por ali e atravessavam ali”. Ainda sobre o fato da organização ser aberta, o Prof. Adalberto Barreto acrescenta: “era um lugar a gente tava e aparecia alguém correndo com um revolver”.

Sobre a construção de processos organizacionais que afetam o espaço urbano de região pelo Projeto Quatro Varas, Fabiana Costa (2015, entrevista) me relata em entrevista:

A parada do ônibus ela era mais afastada quando o Vila do Mar passou fizeram a metragem e colocaram a parada muito distante do projeto e aí eu fui levei os documentos e tal para trazer a parada do ônibus para frente do projeto. Porque a gente tem idosas, mulheres gestantes, crianças e como vem pessoas de longe, toda parte da cidade, o risco de acontecer assalto é maior então pra garantir o acesso e a segurança a parada de ônibus devia ser em frente o projeto.

Além disso, a organização abriga o IPTECOM (Instituto de Pesquisa em Terapia Comunitária Integrativa e Ações Complementares). A Terapia Comunitária Integrativa – TCI é uma tecnologia social para a construção de redes sociais solidárias, intervindo nos

determinantes sociais da saúde. Articula o saber acadêmico e saber popular, valorizando as competências do indivíduo e da comunidade, para fazer face aos desafios do cotidiano, como: violências, uso abusivo de álcool e outras drogas ilícitas, desemprego, exploração e abuso sexual de criança e adolescente, evasão escolar, trabalho infantil, depressão, alto nível de ansiedade, estresse, entre outros (IPTECOM, 2014).

5.2.4 O MISMEC – 4 Varas e os seus dispositivos de inscrição

Durante meu último mês em campo com mais frequência. Durante esse período, realizei funções de voluntário no MISMEC e pude participar de reuniões, realizar compras para o escritório, organizar almoços no restaurante localizado em uma de suas ocas. Também me foram conferidas as tarefas de revisão da tradução do endereço eletrônico do projeto (em inglês e francês) e a organização das fitas de filmagem das sessões de terapia. No que se refere aos dispositivos de inscrição, abordo os mecanismos que possibilitem a Terapia Comunitária Integrativa (TIC) e a Comunidade 4 Varas para o interior do escritório, onde atores institucionais e políticos se reúnem em torno da favela abstrata (plana e feita de papel) para pensar e criar formas de intervir no seu espaço urbano concreto (composto de materiais heterogêneos)

Cena 3: Acompanhei o trabalho dos funcionários do MISMEC e da TIC em ação até os escritórios de atores institucionais e políticos, como a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Fortaleza, a Secretaria Regional I, dentre outros, para negociação de repactuação de convênios, aditivos e projetos. Nesse sentido, uma das funcionárias me relata a importância dos projetos: “Eu estou vindo voluntária, na colônia de férias. Quando não tem projeto, não tem remuneração”. Era necessário o deslocamento não apenas dos funcionários, atores humanos, mas também a mobilização do espaço urbano da “favela” 4 Varas e a materialização da TIC. Também chamadas de “móveis imutáveis”, as inscrições são todos os tipos de transformações que materializam uma entidade em um signo, um arquivo, um documento, um pedaço de papel, um traço, permitindo novas translações e articulações ao mesmo tempo que mantêm intactas algumas formas de relação (LATOUR, 2001). No esforço de convencimento dos funcionários, elas desempenham então um papel fundamental, aumentando quer seja a mobilização, a apresentação, a fidelidade, quer seja a disciplina dos aliados cuja presença é necessária para convencer (LATOUR, 1990). Transportando por um lado uma parte da favela e por outro os espaços de arquitetura zen e terapêutico, horto de

plantas medicinais, ambiente praiano, para o escritório da SMS, o projeto possibilitava então que os atores institucionais e políticos pudessem compreender os problemas sem precisar deslocar-se de imediato à comunidade.

Para os funcionários, o papel das inscrições, ou editais, convênios e projetos representa um papel fundamental (ver anexos I e II), como retratado nos fragmentos de entrevistas abaixo:

O projeto foi uma comunidade, é uma comunidade que nasceu debaixo de um pé de cajueiro. Mas que por outro lado acabou virando uma instituição que não é uma empresa porque não gera renda, não tem lucro. A moeda é muito mais uma moeda social, do que uma moeda monetária. Então assim é tanto que o projeto não tem uma reserva financeira pra se manter se caso vier a perder um convênio como o do porte da Prefeitura, que é quem paga funcionários, quem paga energia, telefone.

Além dos projetos, as fichas de formações de terapeuta comunitário como parte da prática da TIC, representavam uma atividade diária que também precisava ser mobilizada, conforme relatado abaixo nos extratos de entrevistas abaixo:

O projeto tem a digitação das fichas, as fichas eram que o terapeuta comunitário fazia a formação e como parte da prática ele tinha que cadastrar todas as rodas de terapia que ele fazia e esse material a gente tinha que digitar, pra servir como base para o relatório de impacto, quais os temas abordados na terapia. Mas aí eu volto na questão dos convênios porque isso tem que ter recursos. Porque isso também tem que ter recurso pra manter essa instituição, essa coisa. Alguém tem que pagar a conta. Eu fico muito preocupada administrativamente falando, porque terapeuticamente falando é a sétima maravilha do mundo. Mas administrativamente é algo bem desafiador (ENTREVISTADO 1).

O maior entrave é não ter uma equipe para conseguir projetos, editais, convênios, porque o Quatro Varas está caminhando pra isso, conseguir projetos que financiem as atividades (ENTREVISTADO 2).

Na comunidade, o nosso maior vínculo é com os Postos de Saúde e com os CAPS, fruto de uma parceria que a gente tem com a Prefeitura. Com a cidade, a gente tem uma parceria maior com a Prefeitura, pois o projeto cresceu e a gente precisa dela para remunerar os funcionários. Atualmente 12 ou 13 funcionários, fora os voluntários. Conta de luz, água é mantido por esse convênio. Então eles encaminham sem nenhum custo (ENTREVISTADO 3).

Essas fichas ou relatórios são enviados para instituições, para o qual representam uma inscrição impressa capaz de permitir aos coordenadores e políticos controlar à distância o trabalho na comunidade. No entanto, conforme Law (1996), o controle de longa distância depende da criação de uma rede de agentes passivos humanos e não-humanos, sendo assim, as fichas não são os únicos recursos mobilizados pelo SMS. Além de receberem as fichas, os

coordenadores reúnem-se regularmente com os atores institucionais e políticos para prestarem contas, que transferem o contexto do trabalho dos agentes para a sede da ONG, e enviam representantes às comunidades em momentos específicos, como a realização de eventos promovidos pelas equipes de Participação Comunitária ou em situações mais delicadas que envolvam os agentes. Assim, é a mobilização conjunta de documentos, dispositivos e pessoas treinadas que asseguram às instituições exercerem o controle de longa distância do trabalho da TIC.

No intuito de ilustrar essa relação entre o MISMEC e as instituições, o trecho abaixo se refere ao projeto de lei nº 0125 de maio de 2014 e estatuto social do Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária (MISMEC). Esse projeto foi emitido pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza.

Art. 1º: O Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e base comunitária de duração indeterminada, com sede e foro à rua Profeta Isaías 126 – Bairro do Pirambú, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará.

Art. 2º: São suas finalidades:

- a) Lutar contra todo tipo de exclusão e promover a integração de pessoas e comunidades ao resgate da dignidade e da cidadania;
- b) Promover encontros interpessoais e inter-comunitários objetivando a revalorização de suas respectivas histórias, o resgate da identidade, a restauração da estima e a confiança em si;
- c) Organizar, promover e/ou incentivar atividades culturais e terapêuticas que
- d) objetivem a integração de populações marginalizadas, em defesa da identidade ameaçada e do meio ambiente [...]

5.2.5 Seguindo a TIC comunidade afora: espaços de regiões, redes, fluidos e fogo

Este tópico tem como objetivo tomar as metáforas propostas pelos teóricos da abordagem Ator-Rede Law e Mol (1994) de espaços como regiões, redes, fluidos e fogo com base nas discussões relatadas nos tópicos anteriores para descrever a TIC. Dos aspectos relatados anteriormente, destaca-se o objeto e a mobilidade. Com base na visão de Serres à respeito do papel dos objetos na construção da coletividade humana – exemplificado através do caso de Adão, Eva e a maçã –, a TAR considera o social como produzido através de uma dupla circulação: de objetos que criam relações sociais e relações sociais que criam objetos. Nota-se nessa perspectiva a relevância dos objetos em manter-nos unidos (LAW, 2002).

No contexto de análise da TIC que envolve sua mobilidade através do espaço urbano, pode-se afirmar que objetos estão presentes nos relatos de campo e envolvidos com a geração do espaço da terapia, este concebido como um efeito das relações entre essas

entidades humanas e não humanas: editais, convênios, projetos, rezadeiras, traficantes, instituições, câmeras de filmagem, muros, ocas, fitoterápicos, estética indígena, etc.

Ao mesmo tempo em que a TIC movimenta-se por meio de redes, ela é uma rede de elementos heterogêneos. A TAR considera que espaço – particularmente, pode-se considerar também o lugar da TIC – como resultado da interação, dos modos com que elementos heterogêneos se relacionam.

Dentre as principais estruturas físicas da propriedade do MISMEC localizadas no *espaço de região* da TIC pode destacar três ocas, típica habitação indígena brasileira. Uma delas, localizada na área central do terreno, é utilizada para atividades coletivas – Terapia Integrada Comunitária; a segunda, para massagens terapêuticas; e a terceira funciona como uma hospedagem para pesquisadores e turistas e como um restaurante para funcionários. Durante as minhas visitas, algumas reuniões do MISMEC foram realizadas na parte superior dessa terceira oca. Os proprietários planejam futuramente transformá-la em um hotel.

O MISMEC também serve como um ponto de passagem para os moradores de Quatro Varas pois seu terreno está localizado entre a comunidade e a praia. Como essa organização até recentemente não possuía muros e mesmo hoje seus portões raramente são fechados (durante a noite) ela é utilizada também como um espaço de encontro onde alguns moradores e funcionários definiram nas entrevistas como “um outro lugar”, “um local de fuga e “aqui me sinto no Hawaii”. “Então ali é o mundo que quando você entra lá você tem a sensação que não está nem aqui em Fortaleza, você está no Havaí ou coisa parecida” e “Isso aqui é um oásis” (Diário de Campo, 21/07/2015). Seu espaço verde misturado com uma decoração Zen e uma estética indígena brasileira destoam da comunidade que se desenvolve às suas costas em terrenos abandonados, ruas imbricadas, onde se observam ligações clandestinas de eletricidade e carência de tratamento de esgoto e água potável. Como nos relata uma funcionária (2015, entrevista):

Com a questão da promoção da saúde dentro da comunidade nesse viés da infância esse espaço, a atividade, ela causa impacto diretamente na comunidade, fora a questão da terapia comunitária em si, da massoterapia. do resgate da auto-estima, tem muito público da comunidade também. Tem dia que você quer estacionar uma moto e não tem espaço de tanta gente que vem de longe. Quem vem de longe vem de carro ou de moto, quem mora na comunidade vai a pé. O público que o 4 Varas tem é muito grande é tanto que no folder dos 25 anos tinha num sei quantos, um milhão e num sei quantos juntando numa estimativa que fizeram. Pra você ver o impacto que causa na comunidade, não só na comunidade mas nos arredores também.

No espaço do MISMEC são realizadas as seguintes atividades diretamente relacionadas com a Comunidade 4 Varas:

- a) Serviço de atendimento e acolhimento para pessoas;
- b) Atelier de arte-terapia;
- c) Centro de promoção e defesa da criança;
- d) Terapia Comunitária;
- e) Farmácia Viva;
- f) Casa da Memória;
- g) Direitos Humanos;
- h) Departamento de recursos financeiros.

Uma das funcionárias, em entrevista, ressalta a importância das atividades do MISMEC para os moradores da comunidade:

A gente tem algumas experiências em relação a isso principalmente com essa população mais jovem. Por conta da Escolinha, o projeto tem um espaço que se chama Espaço Escola de Maria, onde 100% das crianças são da comunidade. Então acho que esse espaço, essa atividade é uma das que gera maior impacto dentro da comunidade porque a criança para estar lá ela precisa estar estudando. Porque é uma comunidade que tem muito tráfico, muito crime, muita prostituição. O projeto acaba sendo um espaço de refúgio para essas crianças desses, jovens pelo espaço que é, pela dinâmica de como as coisas acontecem. Acaba sendo espaço de refúgio para eles (ENTREVISTA, 2015).

A Farmácia Viva, também presente na Comunidade 4 Varas, é definida pelos funcionários do MISMEC como uma “farmácia comunitária”. Ela é uma unidade de saúde que produz fitoterápicos a partir de plantas medicinais (xaropes para tosse, cansaço e gripe, mel e tintura anticéptica) nas hortas do terreno. Esses medicamentos são distribuídos nos postos de saúde de toda a cidade como parte de um convênio com a Prefeitura de Fortaleza e com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e também vendidos para visitantes, como fonte de renda alternativa para o MISMEC. Neste aspecto, a abordagem ator-rede sugere que existe um sistema topológico alternativo: *o espaço de rede*, em que as configurações retêm suas integridades espaciais em virtude das suas posições em um conjunto de conexões ou relações (DOS SANTOS, 2011). A integridade não está associada ao volume euclidiano, mas relaciona-se com a sustentação de padrões de conexões estáveis, como apresenta Latour (2001) na noção de *móvel imutável* – algo que se move, mas que também mantém seu

formato. De acordo com Law e Singleton (2003), o móvel imutável mantém seu formato em dois modos diferentes: no espaço físico ou geográfico, e também em algumas maneiras relacionais e possivelmente funcionais em que pode ser imaginado como uma rede de associações mais ou menos estável. No contexto de análise, os fitoterápicos têm que ser móveis e ao mesmo tempo precisavam manter seu formato tanto fisicamente quanto como um conjunto de relações, uma rede em que pesquisadores, farmacêuticos, plantas medicinais etc. trabalhassem como esperado.

Por outro lado, terreno do MISMEC também atrai traficantes de drogas da comunidade que utilizam a organização como um local para esconderem drogas e armas, assim como para realização de festas e casamentos. Sobre esse fato, um funcionário do MISMEC em entrevista chegou a me confessar: “Com certeza escondem armas e drogas mas o que podemos fazer não somos polícia”.

Ontem por exemplo, esqueci de perguntar como foi, o chefe da gangue local pediu permissão para fazer uma reunião lá e nos garantiu que não teria nem álcool, nem droga. E vai não vai. Ligaram pra mim e eu digo eles são tão legítimos quanto as outros que são... Talvez façam menos mal que os evangélicos, por exemplo, e eles não utilizam a propriedade do MISMEC. Peça pra oficializar e passa por escrito a gente autoriza por escrito e olha o compromisso de vocês.

Porque aí a gente cria um vínculo, hoje você não pode viver fora da realidade, hoje eles, esses traficantes tem o comando ali, se roubam uma coisa da gente eles vem deixar porque quem vão vender é eles. Então vamos pegar uma briga com esses caras?

Como contrapartida, eles oferecem segurança nos arredores para os funcionários e para as “pessoas de fora” – que vêm de outras regiões da cidade e turistas.

[...] aqui é aberto a comunidade qualquer pessoa desde que solicite, a razão que eles pediram foi essa, desde que não houve droga mas foram os ladrões e as gangues todinhas da região.

Pelo menos nós não criamos zona de atrito se a gente tiver alguma coisa, rapaz dá uma ajuda aí e em um instante eles resolvem.

São essas coisas que é inimaginável fazer no nível institucional.

Apesar dessas controvérsias, o MISMEC representa um espaço de tranquilidade para alguns atores políticos e institucionais como a Secretaria Municipal de Saúde, os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), polícia etc, através de convênios e projetos, conforme descritos no tópico anterior. Muitas instituições e empresas das vizinhanças enviam empregados para praticarem a Terapia Comunitária Integrativa (TIC) e outras atividades, no intuito de “anuviar” as tensões no ambiente de trabalho. Dentre elas, a Delegacia de Polícia

local, a FUNCI (Fundação da Criança e da Família Cidadã), os CAPS (Centros de Atendimento Psicossocial), Postos de Saúde, e a Rede Cuca, um conjunto de complexos culturais chamado de Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência; todos esses equipamentos do município e o Movimento Emaús. Essas podem ser caracterizadas como instituições adjacentes envolvidas ou uma rede de atores envolvidos nos processos de organizar do bairro.

No Brasil, atualmente, existem atualmente 51 (cinquenta e um) pólos formadores habilitados para realizar formações em Terapia Comunitária Integrativa (TIC). Quando ao número de terapeutas comunitários existentes no país, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará (PREX-UFC) informa que existem 26.500 terapeutas comunitários certificados. Além disso, um levantamento recente do MISMEC – 4 Varas apontou 25 artigos publicados em revistas nacionais e internacionais e 23 teses de mestrado e doutorado relacionadas a TIC. Vale ressaltar também no país são oferecidos cursos de mestrado e doutorado em Terapia Comunitária pelo Centro de Ensino, Pesquisa e Atendimento do Indivíduo, Família e Comunidade em Porto Alegre – RS.

Nesse sentido, a TIC (Terapia Comunitária Integrativa) é um sucesso e se espalha por todo país porque ela muda seu formato, tanto no espaço euclidiano quanto no espaço da rede. Como ela não se mantém estável na rede, poder-se-ia supor que se trata de uma rede que falhou, não conseguiu manter sua invariância – mas ela mostra variância; é um móvel mutável. Conforme me relatou em entrevista o Prof. Adalberto Barreto: “Na França, lá a gente chama Espaço de Escuta, Palavra e Vínculos e já é diferente mas pra mim o nome não é importante, o importante é o espírito”.

Além do Brasil, a TIC também vem sendo desenvolvida em países da Europa, como França e Suíça, através da Associação Européia de Terapia Comunitária, como também em outros países da América Latina, como México, Uruguai, Argentina, Venezuela e Chile (ABRATECOM, 2009).

Vale ressaltar que a TIC já é utilizada em outros países, como por exemplo na França através da L'AETCI - A4V ou *Association Européenne de Thérapie Communautaire – Amis de Quatro Varas* onde a prática da terapia é chamada de *espaces d'écoute et parole* e possui diferenças entre a aplicabilidade, como nos explica Christiane Fénéon (2015, entrevista):

Ela é proposta *ao paciente com a sua família*, para que cada um escute o sofrimento do outro. Realizamos sessões com 15, 20 pessoas, nunca com 80 pessoas como aqui no Brasil. Outra coisa, nós temos as discriminações, algumas pessoas não querem se juntar, se misturar com outros tipos. Então existem grupos para as mulheres

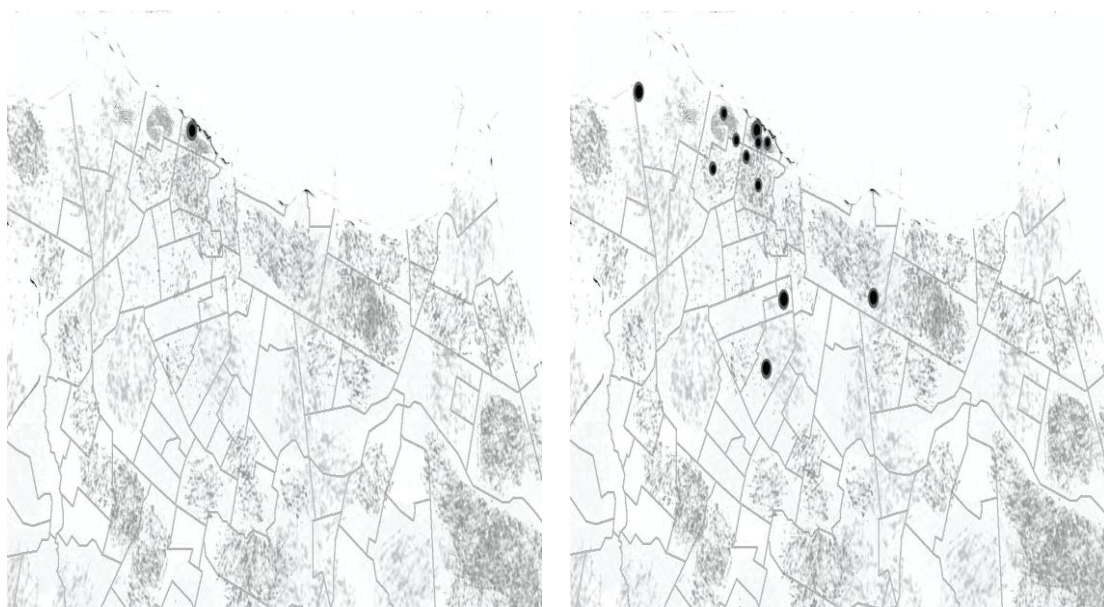
magrebinas, para pessoas que moram nas ruas etc. Nós somos todos seres-humanos. Quem não é confrontado por certos problemas? São as vezes problemas em comum. E isso é ainda difícil lá. Outra adaptação é também à *nível cultural*. No Brasil nós cantamos muito e na França nós não temos cantos comuns. A gente canta pouco porque nós não temos músicas em comum.

A gente não diz Terapia Comunitária. Isso seria impensável na nossa cultura. O nome terapia é tomado só pelos médicos que tem alguma formação psíquica e a palavra comunitária pode soar pejorativo. Então nós traduzimos na França por *Group de Écoute et de Parole Social*.

Nesse caso, se poderia questionar se a terapia é a mesma nos dois lugares; o analista da rede diria que não, mas também faz sentido dizer que é a TIC que se move pelo Brasil e em outros países precisamente porque não é um formato invariante. A conclusão de De Laet e Mol (2000) é que seria mais útil pensar esse objeto como um objeto fluido; um objeto que flui e muda seu formato, gentilmente – isso porque as mudanças que acontecem no objeto não são abruptas, a ponto de gerar o desaparecimento do objeto ou sua classificação como objetos diferentes. Trata-se de um objeto resultante de um conjunto de relações que mudam; um oximoro: algo que muda e ao mesmo tempo permanece o mesmo (LAW; SINGLETON, 2003). Sobre esse caráter maleável da TIC, o Prof. Adalberto Barreto explica:

É uma tecnologia social, mas é muito mais uma postura diante da vida, embora ela tenha etapas, é claro que tem um esboço, mas ela é, o espírito dela, ali é um corpo um cadáver, que você vê. É uma contradição. Para você estudar, para compreender a vida na universidade, lhe dão um cadáver na faculdade de medicina. Você trabalha com um morto para entender a vida. Então a terapia comunitária tem a sua estrutura, mas apesar de ter a estrutura ela é muito mais uma postura, por isso que ela é adaptável.

Nesse sentido, no intuito de ilustrar as metáforas propostas por Law e Mol (1994), a figura mostra dois espaços chaves para a TIC: o espaço de região (a favela 4 Varas) e o espaço de redes (atores político-institucionais, incluindo CAPS, UFC, SMS, AAAs, dentre outros).

Figura 8 - Espaço de Região e Redes da TCI

Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto os espaços da TCI não são apenas múltiplos e deslocados, mas também podem ser entendidos como móveis e mutáveis. De fato, a “favela” e MISMEC – 4 Varas se desloca através de uma rede de lugares, espaços e locais que estão em constante movimento através de dispositivos de inscrição, envio de pacientes dos CAPS, SUS, pesquisas e pesquisadores e turistas, convênio, editais e projetos, para citar alguns. Assim, apesar de algumas atividades da TIC estarem concentradas em uma zona da cidade, dentro dessa delimitação sua espacialidade é temporal e contingente. No intuito de ilustrar a metáfora proposta por Law e Mol (1994) de espaços fluidos, a figura 10 busca representar a fluidez da TCI quando levamos em consideração que sua prática é constituída por esses nós na rede de pessoas e objetos, tais como convênios e projetos, que se deslocam no espaços urbano da cidade.

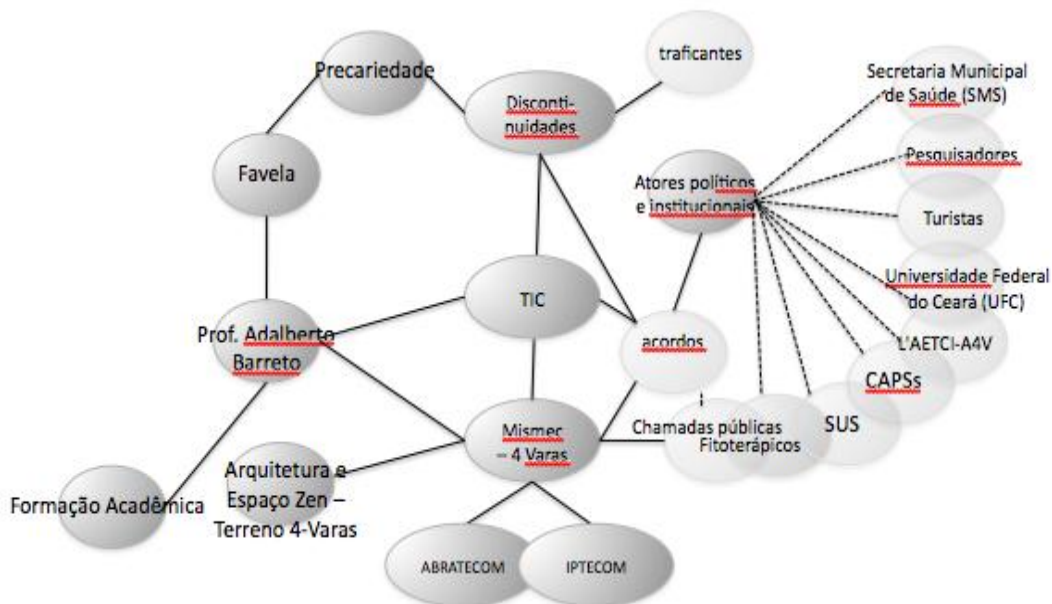
Figura 9 - Espaço fluido da TCI



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar da TIC poder ser entendida como móvel e mutável, a metáfora do espaço fluido não daria conta do caráter de continuidade do formato como um efeito de descontinuidades de processos de organizar que oferece a metáfora do fogo proposta por Law e Mol (2003) em referência ao filósofo da ciência Gaston Bachelard. Essa metáfora diz respeito à relação oscilante entre presença e ausência. Outros ausentes. A continuidade no caso da metáfora do fogo poderia ser vista como: um efeito de descontinuidades; a presença e a ausência de Outros (LAW e MOL, 2003). Nesse sentido, podemos dizer que os confrontos entre traficantes, as armas e drogas escondidas no terreno, “os meninos da boca” que comercializam drogas nas ruas adjacentes fazem parte de uma presença ausente do MISMEC (descontinuidades). Portanto, na metáfora do fogo, diferentes mundos estão próximos uns dos outros, se encontram imbricados na presença/ausência de objetos, materialidade e pessoas que unem em um mesmo espaço tais como pesquisadores, turistas, editais, convênios, tráfico de drogas, espaços precários, atores institucionais e políticos, fitoterápicos. Uma tentativa de representar essa metáfora é ilustrada na figura 11 através de pontos ligados por linhas onde podem ser observados as descontinuidades, como a violência no espaço (ausência/presente), o discurso favela, representada muitas vezes como precária, os convênios e as associações estrangeiras como a L'AETCI - A4V.

Figura 10 - Espaço de Continuidades e (des)continuidades da TCI



Fonte: Elaborado pelo autor.

Através das noções de espaço, podemos observar como os processos organizacionais e sua contínua existência está enredado em uma complicada teia de relações institucionais. Nesse sentido, a oca onde é realizada a TCI representa um ponto fundamental do terreno além de que a sua manutenção seja a maior fonte de subsídios da prefeitura através de um convênio de nível municipal. Assim, através da análise do espaço no qual a organização opera, e a terapia comunitária como um processo organizacional, diferentes espaços são especificados, revelando espaços de regiões, redes, fluidos e fogo assim como a prática da terapia comunitária como um móvel mutável (Mol; Law, 1994). As três topologias são evidentes, mas a performance da rede de atores fora do espaço de região do MISMEC é caracterizada como fluida, gerando um senso de organizar nos espaços urbanos do Pirambu. Turistas, traficantes, pesquisadores, moradores e atores institucionais e políticos se encontram imbricados nesse processo organizacional, dessa forma estabelecendo múltiplos espaços em uma organização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando como os processos organizacionais que ocorrem na comunidade 4 VARAS, através da ação da Terapia Comunitária Integrativa (TCI), como fio condutor da pesquisa, esse estudo buscou descrever as suas relações, assim como os “nós” nessa rede – os que ligam atores institucionais e políticos, uma organização não-governamental o MISMEC – 4 Varas (Movimento Integrado de Saúde Comunitária da Comunidade 4 Varas), moradores, funcionários e a comunidade, à prática da TCI através de convênios, projetos, editais e fitoterápicos.

Esse estudo se insere na chamada “virada espacial” no campo de estudos organizacionais. Se sentido foi mobilizada a abordagem ator-rede enquanto estratégia teórico-metodológica para investigar relações humanas e não-humanas imbricadas em redes. O foco empírico foi o espaço “precário” de uma favela brasileira e, mais precisamente, a Terapia Comunitária Integrativa, como um projeto social (um movimento integrado de saúde mental) em ação no seu território. Nesse sentido, esse estudo se valeu de uma literatura que busca introduzir a abordagem ator-rede aos estudos urbanos, e que apreendem as cidades e os espaços como concebidos através de práticas sociomateriais. Nesse sentido, as metáforas de espaço como (a) regiões, (b) redes, (c) fluidos e (d) fogo são propostas baseadas em Mol e Law (1999). A metodologia e os resultados são inspirados em técnicas etnográficas de imersão em campo. Os relatos, foram construídos a partir de dados coletados através de observação participante, entrevistas, fotografias, análise de documentos, dentre outros foram produzidos no período que vai desde a primeira semana do mês de maio do ano de 2015 até o começo da última semana de setembro de 2015. Assim, buscou-se contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem para os estudos que utilizam a perspectiva espacial no campo dos estudos organizacionais.

Para seguir a prática da TCI e os seus atores envolvidos, foram desenvolvidos conceitos da abordagem ator-rede, tais como, porta de entrada, inscrição, porta-vozes e dispositivos de inscrição, a fim de compreender o modo como as atividades no MISMEC se deslocam e a prática é progressivamente constituída e disseminada. A intenção é de poder contribuir para o campo dos estudos organizacionais pois um estudo dessa natureza pode abrir caminho para pesquisas que visem traçar as associações entre atores e suas experiências.

Desse modo, com intuito de cumprir o objetivo geral foram identificados os atores humanos e não-humanos, com base na abordagem ator-rede, envolvidos na rede da TIC do

MISMEC – 4 Varas. Dentre os atores, podemos destacar: a Prefeitura de Fortaleza, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), os CAPS, a Universidade Federal do Ceará (UFC), o Sistema Único de Saúde (SUS), os pólos de formação, o PNAD, a SENAD, a ABRATECOM, o IPTECOM, o fundador da TCI, a “favela”, dinheiro, ruas, tráfico de drogas, armas, parada de ônibus, o apoio internacional, o posto de saúde 4 Varas, o muro, a arquitetura, os fitoterápicos e a legislação.

Em seguida, foram evidenciadas as relações entre os processos organizacionais e as relações entre o MISMEC – 4 Varas e a Comunidade do 4 Varas, do espaço como um corredor da organização 4 Varas que ao mesmo tempo que conecta a comunidade como um ponto de passagem, fornecendo uma rota para moradores, e divide através das diferenças espaciais.

Por fim, foi realizado o mapeamento das combinações de associações e as controvérsias estabelecidas entre os atores, entidades, instituições e empresas envolvidas na conformação de redes de atores referente à mobilidade da TCI no espaço da cidade. A partir do percurso desta pesquisa foi possível responder as questões inicialmente estabelecidas.

Dentre as limitações que acompanharam essa dissertação, primeiramente, como escolha de utilizar a abordagem ator-rede enquanto método, no contexto da pesquisa, à princípio se mostrou uma tarefa difícil se desvencilhar de categorias de peso atreladas ao meu campo de estudos. Porém, durante meu percurso em campo pude constatar como, em redes sociomaterias ou nos processos organizacionais e nas discontinuidades desses processos, essas categorias podem ser “inventada” ou utilizadas pelos atores em campo no intuito de garantir sua legitimidade, assim como nos lembra Valladares (2005) ressalta: “essa favela tão evidente é, de certo modo, uma favela ‘inventada’” (VALLADARES, 2005, p. 21). Ou como Calvino nos remete em sua obra *As cidades invisíveis*: “As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa” (CALVINO, 2008, p. 44). Em segundo lugar, o acesso aos atores institucionais envolvidos no estudo, pois mesmo com a abertura para darem entrevistas e falarem sobre as iniciativas na “favela”, o contato com convênios e editais era uma tarefa mais difícil de ser realizada.

Finalmente, como Latour (2000) afirma e fazendo um paralelo com o campo de estudo desta pesquisa não temos que nos desfazer de todas as categorias como essas de poder, conhecimento, lucro ou capital, porque elas dividem um tecido que desejamos íntegro, para

estudá-lo da maneira que escolhermos. Porém, o autor ressalta que ao nos libertarmos da confusão criada por todos esses termos tradicionais, a questão fica bem simples: como atuar a distância sobre eventos, lugares e pessoas pouco conhecidos? Resposta: trazendo para casa esses acontecimentos, lugares e pessoas. Como fazer isso se estão distantes? Inventando meios que (a) os tornem móveis para que possam ser trazidos, (b) os mantenham estáveis para que possam ser trazidos e levados sem distorções, decomposição ou deterioração, e (c) sejam combináveis de tal modo que, seja qual for a matéria de que são feitos, possam ser acumulados, agregados ou embaralhados como um maço de cartas. Se essas condições forem atendidas, então uma cidadezinha provinciana, um obscuro laboratório ou uma empresa de fundo de quintal, inicialmente tão fracos quanto qualquer outro lugar, se transformarão em centros capazes de dominar a distância muitos outros lugares.

Desse modo, espera-se que trabalhos futuros possam aprofundar a análise realizada nessa dissertação acompanhando – por um maior período de tempo e com maior acessibilidade no campo – postulantes o espaço e, mais especificamente a favela, no campo dos estudos organizacionais, para que se possa compreender o que os vínculos e nós responsáveis por manter juntos os inúmeros recursos heterogêneos produzidos no sentido dos efeitos que decorrem das alianças entre os atores. Espera-se também que novos estudos possam ampliar a compreensão da relação entre a sociedade e o material.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R. **Practices of Organizing**: enacting boundaries and performing production in newspaper printing. Tese defendida na University of Manchester, Manchester Business School, 2008.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria Ator-Rede e análise organizacional; contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 51, pp. 647-664, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=720>> Acesso em: 13 abr. 2015.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Critical theory and postmodernism approaches to organizational studies. Em: CLEGG, S.; HARDY, C. (Eds). **Handbook of organizational studies**. Newbury Park, CA, Sage, p.191-217, 1996.
- AMIN, A.; THRIFT, N. **Cities**. Reimagining the Urban, Cambridge, Polity, 2002.
- ARELLANO-GAULT, D.; DEMORTAIN, D.; ROUILLARD, C.; THOENING, J. C. Bringing public organization and organizing back in. **Organization Studies**, v. 34, n. 2, p. 145-167, 2013.
- BACHELARD, G. *The Psychoanalysis of Fire*, Boston: Beacon Press, 1964.
- BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e mirante do Paranapanema**: dos mitos pretéritos às recentes transformações, 2006. 2007, f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- BARNES, B.; BLOOR, D.; HENRY, J. *Scientific knowledge. A Sociological Analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- BATESON, G; MEAD, M. **Balinese Character: A Photographic Analysis**. New York Academy of Sciences, New York, 1942.
- BENJAMIN, W. **The Arcades Project**. Translated by Howard Eiland and Kevin MacLaughlin. Cambridge: Belknap Press of Harvard University, Press, 1999.
- BISPO, M. S.; GODOY, A. S. A Etnometodologia enquanto Caminho Teórico-metodológico para Investigação da Aprendizagem nas Organizações. RAC. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, p. 684-704, 2012.
- BLANDIN, B. **La construction du social par les objets**. Paris: P.U.F, 2002.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **The new spirit of capitalism**. London: Verso, 2005.
- BRULON, V. ; PECI, A. Organizações públicas e espaços às margens do estado: contribuições para investigações sobre poder e território em favelas. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 1497-1518, 2013.

_____. (Des)Organizando o Espaço Social: O Campo Burocrático do Estado e a Favela Líquida. Em : VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. **Anais...** Gramado: ANPAD, 2014.

BAKKEN, T.; HERNES, T. Organizing is both a verb and a noun: Weick meets Whitehead. **Organization Studies**, v. 27, n.11, p.1599-1616, 2006.

BARRETO, A ; BOYER, J. P. **O índio que vive em mim**. O itinerário de um psiquiatra brasileiro. São Paulo : Editora Terceira Margem, 2003.

BINGHAM, N.; THRIFT, N. Some new instructions for travelers: the geography of Bruno Latour and Michel Serres. In: CRANG, M.; THRIFT, N. (Eds.). **Thinking space**. London: Routledge, 2000.

BOURDIEU, P. O Campo Econômico. **Revista Política e Sociedade**, n. 6, abr., p. 15-57, 2005.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. Elements of the Sociology of Corporate Life. London: Heinemann, 1979.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation – domestication of the scallops and the fishermen of St-Brieuc Bay. *Sociological Review Monograph*, p. 196-233, 1986.

_____. Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis. Em: WIEBE, E; HUGHES, T. P.; PINCH, T. (Ed). **The social construction of technological systems**. Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 1987.

CAPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J. de. Relações de poder no espaço organizacional: o caráter disciplinar das práticas de gestão de pessoas em uma organização de desenvolvimento de software. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. 26., 2002, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2002.

CALVINO, I. As cidades invisíveis. Tradução: Diogo Maninardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAPELLE, M. C. A.; SILVA, A. L.; VILAS BOAS, L. H. B.; BRITO, M. J. de. Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 253-276, 2002.

CARVALHO, J. L. F. ; VERGARA, S. C. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 78-91, jul. / set., 2002.

CASTELLS, M. **The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process**. Oxford (UK): Blackwell Publishers, 1989.

CASTILHOS, R. B.; CAVEDON, N. R. Mercado Público de Porto Alegre: um espaço organizacional dividido entre o sagrado e o profano. **REAd**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 1-15, jan./fev. 2004.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para administração**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CAVEDON, N. R.; LENGLER, J. F. B. (org.) **Pós-modernidade e etnografia nas organizações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

CHANLAT, J-F. Space, organisation and management Thinking: a Socio-Historical Perspective. Em: CLEGG S., KORNBERGER M. **Space, Organisations and management Theory**, Liber & Copenhagen Business School Press, 2006.

CHIA, R.; KING, I. W. The organizational structuring of novelty. **Organization**, London, v.5, n.4, p.461-478, 1998.

CHIA, R. Ontology: organization as “worldmaking”. In R. Westwood & S. Clegg (Eds.). **Debating organization: pointcounterpoint in organization studies**. p. 98-113. Malden: Blackwell, 2003.

CHRISTENSEN, T.; LAEGREID, P. **Competing principles of agency organization** – the reorganization of a reform. Paper presented at the EGPA Conference, Bucharest. p. 7-9 September 2011.

CLEGG, S. R; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1. p. 227-266, 1998.

CLEGG, S. R., HARDY, C. **Organizations, organization and organizing**. Em: CLEGG, S. R., HARDY, C. & NORD, W. R. Handbook of Organization Studies. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, p.1-28 (a), 1996.

CLEGG S., KORNBERGER M. **Space, Organisations and management Theory**, Liber & Copenhagen Business School Press, 2006.

COLETTA, C. Dare i nomi alle strade, dare le strade ai nomi. Organizzare l'urbano secondo pratiche di toponomastica. '**Tecnoscienza**', v. 1, n.2, p.5-32, 2010.

COOPER, R. Formal Organization as Representation: Remote Control, Displacement and Abbreviation. Em: M. Reed & M. Hughes (Eds.) **Rethinking Organization**. p.254-272. Londres: Sage, 1992.

CRANG, M.; THRIFT, N. Introduction. In: CRANG, M.; THRIFT, N. (Org.). **Thinking space**. London: Routledge, 2000.

CUNHA, J. **Negociações e conflitos em jogo no processo de implementação de políticas públicas em uma favela da cidade do Rio de Janeiro, Brasil**. Em: Second International Conference of Young Urban Researchers, p. 1–16. Lisbon: Instituto Universitario de Lisboa, 2011.

CZARNIAWSKA, B. **Narrating the organization: dramas of institutional identity**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

_____. **A tale of three cities, or the glocalization of city management**, Oxford, Oxford University Press, 2002.

_____. On Time, Space, and Action Nets. **Organization**, v.11, n.6, p.773-791, 2004.

_____. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 3, n. 1, p.4-20, 2008.

_____. Organizations as obstacles to organizing. In: Robichaud, Daniel; Cooren, François (eds.) **Organizations and organizing**. Materiality, agency, and discourse. New York: Routledge, p. 3-22, 2013.

DALE, K. Building a social materiality: spatial and embodied politics in organizational control. **Organization**, v.12, n.5, p.649-678, 2005.

DALE, K., BURRELL, G. **The Spaces of Organisation & The Organization of Space: Power, Identity & Materiality at Work**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2008.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. Editora Boitempo: São Paulo, 2006.

DONALDSON, L. **For Positivist Organization Theory**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

DAS, V.; POOLE, D. State and its margins: comparative ethnographies. In: DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DE LAET, M.; MOL, A. The Zimbabwe Bush Pump: Mechanics of a Fluid Technology. **Social Studies of Science**, v. 30, n. 2, p. 225–263, 2000.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. In: Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

DUREPOS, G.; MILLS, A. Actor-Network Theory, ANTi-History and critical organizational historiography. **Organizations**, v.19, n.6, p.703-721, 2012.

DUREPOS, G.; MILLS, A. J.; MILLS, J.H. Tales in the manufacture of knowledge: Writing a company history of Pan American World Airways. **Management & Organizational History**, v.3, p.63-80, 2008.

ELIAS, N. **What is sociology?** London: Hutchinson, 1978.

FARIÁS, I.; BENDER, T. **Urban Assemblages: How Actor- Network Theory Changes Urban Studies**. London: Routledge, , ed. 2010.

FARIÁS, I. 'The politics of urban assemblages', **City**. v.15, n.3-4.p.365-374, 2011.

FELSTEAD, A.; JEWSON, N.; WALTERS, S. **Changing Places of Work**. Hampshire, England: Palgrave Macmillan, 2005.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais — Salvador da Bahia, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 74-88, mai/jun. 1997.

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta [Militaryization of the social as strategy for integration: The case of UPP in Santa Marta]. **Sociologia** v.14, n.30, p.194–222, 2012.

FOUCAULT, M. de. “**Questions à Michel Foucault sur la géographie**”, 1976: DE III, 28-40 (entretien publié dans Hérodote; métaphores spatiales du pouvoir). Cf. aussi "Des questions de M. F. à "Hérodote"", 1976: DE III, 94. Disponível em : <<http://libertaire.free.fr/MFoucault224.html>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

GAGLIARDI, P. Artifacts as pathways and remains of organizational life. Em: GAGLIARDI, P. ed. **Symbols and Artifacts: Views of the Corporate Landscape**. Walter de Gruyter, New York, v.3, n.38, 1990.

_____. Exploring the aesthetic side of organizational life. Em S. CLEGG, C. HARDY, & W. R. NORD (Eds.), **Handbook of Organization Studies**, p. 565-580, 1996.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

_____. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GERGEN, K. J. Co-constitution, causality, and confluence: organizing in a world without entities. Em: HERNES, T.; MAITLIS, S. **Process, sensemaking, and organizing**. Oxford University Press, 2010.

GHERARDI, S. **Organizational Knowledge: The Texture of Workplace Learning**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

GIFFONI, F. A. **O. Saber ser, saber fazer: Terapia Comunitária Integrativa: uma experiência de aprendizagem e construção da autonomia**. Doutorado (tese de doutorado em educação brasileira). Programa de Pós-Graduação em educação brasileira da UFC – Faculdade de Educação. Fortaleza – CE, 2008.

HANNERZ, U. **Exploring the City**. Inquiries Toward an Urban Anthropology. NY: Columbia University Press, 1980.

HATCH, M. The Symbols of Office Design: An Empirical Exploration. Em: GAGLIARDI, P. (1990) **Symbols and Artifacts**. Nova Iorque: De Gruyter,. 1990.

HERNES, T. **The spatial construction of organizations**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários : os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.

KNORR-CETINA, K. **The manufacture of knowledge**: An essay on the constructivist and contextual nature of science. Oxford: Pergamon Press, 1981.

KORNBERGER, M., S.R. CLEGG. Bringing Space Back In: Organizing the Generative Building, *Organization Studies*, v. 25, n. 7, p. 1095 -1114, 2004.

KUNTER, A.; BELL, E. The promise and potential of visual organizational research. **M@n@gement**, v.9, n.3, p.169-189, 2006

LACERDA, D. S.; BRULON, V. Política das UPPs e Espaços Organizacionais Precários: uma análise de discurso. **Revista de Administração de Empresas**. (RAE) v.53, n.2, p.130–141, 2013.

LANGLEY, A.; TSOUKAS, H. Perspectives on process organization studies. In: T. HERNES & S. MAITLIS (Eds.), **Process, Sensemaking, and Organization**, p. 1-26. Oxford, Oxford University Press, 2010.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory life**: the social construction of scientific facts. Beverly Hills. London: Sage, 1979.

_____. « On Recalling ANT », in Law J., Hassard J. (eds.), **Actor Network Theory and After**, Oxford, Blackwell Sociological Review, p.15-25, 1999.

_____. **Nous n'avons jamais été modernes**: Essai sur d'Anthropologie Symétrique. Paris, Éditions La Découverte, 1991.

_____. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor Network Theory**, Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. Réponse aux objections...: enjeux politiques et écologiques de l'idée de nature, **“Revue du MAUSS semestrielle”**, n.17, p. 137-152, 2001.

_____, B.; HERMANT, E. **Paris: Invisible City**. Disponível em: <<http://www.brunolatour.fr/virtual/index.html>>. Acesso em : 15 nov. 2015.

LAURIER, E. Bruno Latour. In: HUBBARD, P.; KITCHIN, R.; VALENTINE, G. (Eds.) **Key thinkers on space and place**. London: Sage, 2004.

LAW J. **Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?**, Routledge, London, 1986.

LAW, J. **Organising Modernity** (Blackwell, Oxford), 1994.

_____. MOL, A. Regions, Networks and Fluids: Anaemia and Social Topology. **Social Studies of Science**, v. 24, p. 641-671, 1994.

_____, MOL, A. **Situating technoscience**: an inquiry into spatialities. Lancaster: Centre for Science Studies, Lancaster University, Online, Disponível em www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Mol-Situating-Technoscience.pdf. 2001.

_____. COOPER, R. Organization: distal and proximal views. Em: BACHARACH, S. B.; GAGLIARDI, P; MUNDELL, B. (eds.) **Research in the Sociology of Organizations: Studies of Organizations in the European Tradition**. Greenwich, Conn.: JAI Press. n.13, p.275-301, 1995.

_____; SINGLETON, V. Allegory and its Others. Publicado pelo Departamento de Sociologia da Lancaster University, UK. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Singleton-Allegory-and-Its-Others.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. **Objects, Spaces and Others**. Lancaster: Centre for Science Studies, Lancaster University, Online. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Objects-Spaces-Others.pdf>, 2000>. Acesso em: 11 mai. 2015.

_____; HETHERINGTON, K. **Materialities, Spatialities, Globalities**, Lancaster: Centre for Science Studies, Lancaster University, Online. Disponível em: <www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Hetherington-Materialities-Spatialities-Globalities.pdf. 2003>. Acesso em: 11 mai. 2015.

_____. **Actor network theory and material semiotics**. Lancaster: Centre for Science Studies, Lancaster University, Online, disponível em: Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law-ANTandMaterialSemiotics.pdf>>, 2007. Acesso em: 11 mai. 2015.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEITE, M. Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v.6, n.2, p.374-389, 2012.

LEMOS, L. H. Reprodução das elites, consumo e organização do espaço urbano: questões comparativas entre a Barra da Tijuca e a Zona Sul do Rio de Janeiro. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2., p. 1-10, jul. 2004.

LEONARDI, P. M. Indeterminacy and the discourse of inevitability in international management. **Academy of Management Review**, v. 33. n. 4, p. 975-984, 2008.

LEONARDI, P. M.; NARDI, B. A.; KALLINIKOS, J. (Orgs.), **Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LINDBERG, K.; CZARNIAWSKA, B. Knotting the action net, or organizing between organizations. **Scandinavian journal of Management**, v. 22, n. 4, p. 292-306, 2006.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.11, edição especial, p.171-181, 2004.

MAFFESOLI, M. **Elogio à razão senível**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MALINOWSKI, B. **The Argonauts of the Western Pacific**. NEW YORK: E. P. Dutton & Co., 1922.

MASSEY, D. B. **Space, Place, and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOL, A. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham, NC: Duke University, 2002.

NEVES, J. P. Seres humanos e objectos técnicos: a noção de « concretização » em Gilbert Simondon. **Comunicação e Sociedade**, v. 12, p. 67-68, 2007.

PEREIRA, D.; CARRIERI, A. Espaço religioso e espaço turístico: significações culturais e ambiguidades no santuário do Caraça/MG. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.12, n. 34, p. 31-50, jul./set. 2005.

ORLIKOWSKI, W.J. “Material knowing: the scallfolding of human knowledgeability”, **European Journal of Information Systems**, v. 15 n. 5, p. 460-466, 2006.

ORLIKOWSKI, W.J. “Sociomaterial practices: exploring technology at work”, **Organization Studies**, v. 29 n. 9, p. 1435-1448, 2007.

ORLIKOWSKI, W.J. “The sociomateriality of organisational life: considering technology in management research”, **Cambridge Journal of Economics**, v. 34 n. 1, p. 125-141, 2010.

PECI, A. Além da dicotomia objetividade-subjetividade. In VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PICKERING, A. **The mangle of practice: time, agency, and science**. Chicago: University Of Chicago, 1995.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, H. M. dos. **Trabalho Móvel: em trânsito por aeroportos e aviões / Heloísa Mônaco dos Santos**. - 2011. Tese (doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2011.

SENNETT, R. **Flesh and Stone: The City in Western Civilisation**, London: Faber and Faber, 1995.

SENNETT, R. **The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities**, London: Faber and Faber, 1990.

SENNETT, R. **The Fall of Public Man**, London: Faber and Faber, 1977.

SERRES, M.; LATOUR, B. **Conversations on science, culture, and time**. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press, 1995.

SCHATZKI, T. R. On Organizations as They Happen. **Organization Studies**, v.27, n.12, p.1863– 1873, 2006.

SHOTTER, J. Adopting a process orientation... in practice: chiasmic relations, language, and embodiment in a living world. Em: HERNES, T.; MAITLIS, S. **Process, sensemaking, and organizing**. Oxford University Press, 2010.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In Velho, O. G. (Org.). O fenômeno urbano. p. 11-26. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Trabalho original de 1903), 1979.

SISMONDO, S. An Introduction to science and technology studies. Malden, Blackwell, 2004.

SOARES, L. A. Entre a "Casa" e a "Rua": revisitando o espaço shopping center no Brasil. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, v.24, 2000, Florianópolis, SC. **Anais...** [S.I.]: 2000.

SOJA, E. W. **Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London ; New York: Verso, 1989.

SOJA, E. W. **Thirdspace**. Oxford: Blackwell Publishers Inc, 1996.

STEELE, F. **Physical Settings and Organizational Development**. Massachusetts: Addison-

STRATI, A. **Organization and Aesthetics**. London: Sage, 1999.

TAYLOR, S; SPICER, A. Time for space: A narrative review of research on organizational spaces. **International Journal of Management Reviews**, v. 9, n. 4, p. 325-346, 2007.

TSOUKAS, H. Organization as chaosmos. In: ROBICHAUD, Daniel; COOREN, François (Ed.). **Organization and organizing: Materiality, agency and discourse**. Routledge, 2013.

TONELLI, D. F. **O empreendedorismo de base tecnológica no complexo público de pesquisa em Minas Gerais: um olhar pelo calidoscópico da Teoria do Ator-Rede**. 2011. 288p. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

TURETA, C.; ROSA, A.R.; SANTOS, L.L. da S. Estratégia como prática social e actor-network theory: uma possível conversação para o estudo da estratégia. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Salvador, 2006. **Anais...** Salvador, ANPAD, 2006.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VAN MARREWIJK, A.; YANOW , D. **Organisational spaces: rematerializing the workaday world**. Northampton: Edward Elgar, 2010.

VAUJANY, F.-X.; MITEV, N. (Eds.). **Materiality And Space: Organizations, artefacts and practices** Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2013.

WEICK, K. E. **The Social Psychology of Organizing**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WEICK, K. E. The poetics of process: theorizing the ineffable in organization studies. In: HERNES, Tor; MAITLIS, Sally. **Process, sensemaking, and organizing**. Oxford University Press, 2010.

YANOW, D. Space stories: Studying museum buildings as organizational spaces while reflecting on interpretive methods and their narration. **Journal of Management Inquiry**, v.7, n.3, p.215-239, 1998.